

WANILTON DUDEK

**POLÍTICA, REPRESSÃO E NACIONALISMO: O COTIDIANO DA
COMUNIDADE ALEMÃ DO VALE DO IGUAÇU DURANTE A ERA VARGAS**

PASSO FUNDO, 2012

WANILTON DUDEK

**POLÍTICA, REPRESSÃO E NACIONALISMO: O COTIDIANO DA
COMUNIDADE ALEMÃ DO VALE DO IGUAÇU DURANTE A ERA VARGAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo – UPF, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Mestre em História sob a orientação do prof. Dr. Adelar Heinsfeld

Passo Fundo

2012

Dudek, Wanilton

Política, repressão e nacionalismo: o cotidiano da comunidade alemã do Vale do Iguaçu durante a Era Vargas / Wanilton Dudek. - 2012. 131 f.

Orientador: Adelar Heinsfeld.

Dissertação (mestrado) -- Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo, RS, 2012.

1. História. 2. Autoritarismo. 3. Era Vargas. 4. Vale do Iguaçu. 5. Imigração alemã. 6. Alemães I. Heinsfeld, Adelar (orient). II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Fernando Leiphnitz CRB10/1958

À Juliana e Arthur.

AGRADECIMENTOS

Durante o período em que estive fortemente envolvido com este trabalho, algumas pessoas e instituições contribuíram de forma direta e indireta para a conclusão das pesquisas. Portanto quero dedicar este espaço para os mais sinceros agradecimentos.

Agradeço primeiramente à minha esposa Juliana Mayorca e meu filho, Arthur Dudek, pelo apoio e fonte de inspiração. Sem vocês este trabalho provavelmente ainda seria apenas um projeto. Ao meu irmão, Elvis Dudek, e minha mãe, Alice Brinkmann, pelo apoio incondicional durante toda a minha vida. Ao meu pai, Milton Dudek (*in memoriam*),

Ao meu orientador, Prof. Dr. Adelar Heinsfeld, pelos comentários que ajudaram a pesquisa a ganhar corpo. Quero agradecer especialmente aos professores Dennison de Oliveira e Rosane Marcia Neumann, pela contribuição com indicações de bibliografias, adequações de termos e apresentação de novas abordagens sobre o tema. Agradeço a todos os professores do PPGH da UPF que fizeram parte desta caminhada intelectual e, por que não, afetiva. À Jeniffer, secretária do PPGH, por sempre estar disposta a nos atender com simpatia e atenção.

Um agradecimento especial ao Centro Universitário de União da Vitória – UNIUV – pelo apoio financeiro para esta pesquisa. Por fim, a todos aqueles que de alguma forma estiveram envolvidos neste trabalho, e não foram citados acima.

RESUMO

O estudo das estruturas políticas e sociais do cotidiano está relacionado à compreensão dos fenômenos que vinculam as instituições públicas do Estado ao campo da vida privada, estabelecendo novas relações de poder. O objetivo geral da pesquisa é analisar como a política nacionalista de Getúlio Vargas alterou o cotidiano da região do Vale do Iguaçu, enfatizando as ações públicas direcionadas à comunidade alemã, e como a população civil atuou neste processo. Para dar conta dos objetivos, utilizamos as seguintes fontes: recortes do periódico *O Comércio*, que circulava na região de União da Vitória e Porto União, disponíveis na atual redação do jornal, e documentos da extinta Delegacia de Ordem Política e Social dos Estados do Paraná e Santa Catarina, separados por pastas e eixos temáticos no Arquivo Público do Paraná. Através destas fontes, foi possível observamos a atuação policial que, por meio de ações legitimadas pela legislação do Estado Novo, e da participação da sociedade civil, sistematizou uma política de vigilância aos imigrantes alemães e seus descendentes.

Palavras – chave: Vale do Iguaçu, alemães, autoritarismo e Era Vargas.

ABSTRACT

The study of the political and social structures of the everyday is related to the comprehension of the phenomena that links the public institutions of the State to the field of the private life, establishing new power relations. The main objective of this research is to analyse how Getulio Vargas' nationalist policy has changed the routine of the region of Iguaçu Valley, emphasizing the public actions directed to the German community, and how the civil population has acted in this process. In order to reach the objectives, the following resources were utilized: "O Comércio" journal clippings - which used to circulate in the region of União da Vitória and Porto União – available in the current newsroom; and documents of the former Department of Political and Social Order of the states of Paraná and Santa Catarina, divided by files and themes in the Public File of Paraná. Through these sources, it was possible to observe the policing which, by means of legalized actions by the New State legislation, besides civil society involvement, systematized a surveillance policy for the German immigrants and their descendants

Keywords: Iguaçu Valley; Germans; authoritarianism; Vargas age.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 Localização geográfica de União da Vitória e Porto União
- Figura 2 Ferrovias do Paraná.
- Figura 3 Vista parcial de Porto União/SC.
- Figura 4 Getúlio Vargas em visita à Porto União da Vitória - 1930
- Figura 5 Capa do Jornal *O Comércio*, 19 de julho de 1934.
- Figura 6 Portaria número 30. Chefatura de Polícia de Curitiba, 28 de janeiro de 1942.
- Figura 7 Relatório dos Funcionários da Empresa Schlemm. Porto União 12/06/1942.
- Figura 8 Reunião de membros do Partido Nazista

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: entrada de imigrantes alemães no Brasil (1920-1939)

Tabela 2 – Distribuição de imigrantes no Paraná até 1945

Tabela 3 – Distribuição de imigrantes na região do Vale do Iguaçu em 1920

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

APP – Arquivo Público do Paraná

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DOPS/PR – Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná

DOPS/SC – Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina

EUA – Estados Unidos da América

NSDAP – Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A RE-INVENÇÃO DO BRASIL: VARGAS E A NACIONALIZAÇÃO ..	16
1.1 Panorama político na Era Vargas.....	16
1.2 Estado Novo.....	20
1.3 Fundamentos ideológicos do Estado autoritário: a construção da noção de brasilidade no governo Vargas e o papel dos intelectuais	23
1.4 A Imigração como projeto étnico-político do Estado brasileiro	41
2 A OCUPAÇÃO DO VALE DO IGUAÇU: COTIDIANO E FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DURANTE OS ANOS 30.....	59
2.1 A imprensa e o espaço público: concepções sobre os estrangeiros	59
3 POLÍCIA, POLÍTICA E VIOLÊNCIA: OS ALEMÃES SOB SUSPEITA EM UNIÃO DA VITÓRIA E REGIÃO.....	76
3.1 Delegacia de Ordem Política e Social	76
3.2 O crime político no Vale do Iguaçu durante o Estado Novo e a Guerra	85
3.3 A denúncia contra o elemento subversivo.....	103
3.4 O “perigo alemão” através das ondas do rádio	108
3.5 Pós-guerra: fim ou recomeço?	111

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
FONTES	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

INTRODUÇÃO

As cidades de União da Vitória, no Paraná, e Porto União, em Santa Catarina, localizadas na região do Vale do Iguaçu, desenvolveram-se com a presença de famílias imigrantes, provenientes de várias partes do mundo - poloneses, alemães, ucranianos, italianos, entre outros – e formaram uma multiplicidade étnica, influenciando a diversidade cultural presente em toda a região. Estes fluxos migratórios transformaram o cotidiano em seus mais variados aspectos. No trabalho, ocorreu a consolidação de novas técnicas, tanto no meio rural quanto no meio urbano, alterando o comércio e o desenvolvimento econômico da região.



Figura 1: Localização geográfica de União da Vitória e Porto União.

Na maioria dos casos, tratava-se de comunidades fechadas, com poucos espaços para a interação com a cultura nacional. De forma distinta e individual, alguns indivíduos experimentaram ascensão social, galgando representatividade política e econômica nas cidades de Porto União, União da Vitória e região.

Independente da forma de inserção, os grupos de imigrantes alemães é o que nos interessa nesta pesquisa. Deste modo, nossa proposta é analisar a sua atuação, presença e relações sociais durante a Era Vargas, nas cidades e região já citadas. Sendo assim, importa-nos entender como se deram as disputas dos espaços coletivos, no campo das ideias e como se desenvolveram as relações destes indivíduos com os grupos brasileiros.

Não pretendemos analisar apenas o dia a dia destes grupos, mas sim a sua atuação frente ao contexto nacional, os desdobramentos locais da política de nacionalização empregada pelo Estado Novo e, no agravante do quadro político mundial, a Segunda Guerra Mundial.

A política aliada às atividades cotidianas encontra-se no cerne da atividade do historiador. Seu papel está na possibilidade de entender o processo socializador e as suas possibilidades para a emancipação do indivíduo frente à sociedade. Consideramos a revolução historiográfica iniciada por Marc Bloch e Lucien Febvre em torno da Escola dos *Annales*, e os desdobramentos da Nova História, como aporte teórico adequado para a construção dos nossos argumentos na presente pesquisa, cujo principal intuito é o de analisar como o projeto político ideológico proposto por Getúlio Vargas teve influência direta nas relações de poder na região do Vale do Iguaçu, enfatizando as políticas públicas de repressão voltadas contra a comunidade alemã, bem como a atuação da sociedade civil frente a este processo.

Se considerarmos os aspectos políticos e culturais como complementares um ao outro, podemos trabalhar estes temas a partir de novas interpretações, permitindo-nos trazer à luz um leque maior de documentação, tais como as ocorrências, a legislação, os processos-crime, os diários, a documentação oficial produzida, os jornais, a propaganda, a produção literária do período, cartazes, etc. Sendo assim, a Nova História Política nos fornece ferramentas importantíssimas para uma compreensão das perseguições realizadas contra os alemães em União da Vitória e região durante o governo Vargas. Os diferentes aspectos pelos quais podemos analisar o nosso objeto de estudo podem ser tratados como parte da própria pesquisa, e não como empecilho. Sobre isto, Marc Bloch¹ escreveu:

¹BLOCH, M. *Apologia da História ou Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.p. 135.

É preciso distinguir as diversas instituições que compõem um sistema político, as diversas crenças, práticas, emoções de que é feita uma religião. É preciso, em cada uma destas peças e nos próprios conjuntos, caracterizar os traços que ora os aproxima, ora os desviam das realidades de mesma ordem.

Pensar as novas abordagens da História Política significa entendermos como as concepções do cotidiano se ampliaram na história. Aliar a política ao cotidiano nos permite desvendar questionamentos inerentes ao espaço público, à família, às tradições, às relações de poder e coerção social. Neste sentido, o âmbito político está invariavelmente atrelado ao âmbito privado, pois aquilo que é político se expande e transforma-se em social, refletindo nas atividades diárias dos indivíduos. O político não pressupõe fronteiras pré-determinadas, pois as ações dos indivíduos podem ganhar dimensões amplas ou fechadas. Rene Rémond² alerta

Lembremos apenas alguns dados elementares, que possam servir de critérios operatórios para o discernimento dos objetos. Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada.

Desta forma, o político não pode ser estabelecido a partir de fronteiras e grupos específicos, mas sim de cada atividade relacionada ao cotidiano das pessoas. Neste sentido, o cotidiano vai ganhando novos significados a partir das diversas vivências sociais. É por este prisma que procuramos entender a repressão contra a comunidade alemã no Vale do Iguaçu durante o cotidiano da Era Vargas.

Michel de Certeau pensou o cotidiano como o lugar invisível para o historiador, mas ao mesmo tempo o lugar da invenção, onde as pessoas comuns de fato realizam as suas atividades rotineiras, formulando suas visões de mundo e formas de resistência ao que lhes pareçam inconvenientes.

² RÉMOND, R. Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 442

O cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, no oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo.³

Ao percebermos como se deu o processo de politização do cotidiano durante os anos 30 e 40, conseguimos elucidar as motivações que levaram parte da sociedade civil a cooperar com a política de repressão contra os alemães na região de União da Vitória e Porto União no período citado. Tal premissa nos serve de referência quando nos damos conta da propaganda maciça e do discurso autoritário, ambos apresentados de forma subjetiva, dentro do espaço público. Para Bourdieu⁴ “todos fazem parte de um novo campo de lutas pela manipulação simbólica da condução da vida privada e da orientação da visão de mundo”. Portanto, o discurso oficial só é legítimo quando referendado pelo público.

A noção de política e cotidiano que pretendemos apresentar é parte das opiniões coletivas e individuais que ficaram latentes durante o governo de Vargas. Embora sejam na sua maioria baseadas no senso comum, estas opiniões expressam um imaginário social subjetivo, onde as ações demonstram as alterações de comportamentos dos cidadãos frente ao fortalecimento do discurso nacionalista que o Estado divulgava através da polícia política e dos meios de comunicação.

As tensões entre imigrantes e brasileiros são permeadas por um discurso, que busca nas representações a sua legitimidade. Neste sentido, a cidade propicia um cenário ideal para equalizar estas lutas pessoais e coletivas. O imigrante alemão passou a ser taxado como inimigo público, quando no passado foi trazido ao país como solução para o trabalho. O brasileiro procurava afastar o elemento estrangeiro com a justificativa da necessidade de transformação e progresso do Brasil a partir da construção do nacionalismo.

A pesquisa foi motivada a partir da constatação da lacuna existente na historiografia da região do Vale do Iguaçu referente ao tema do autoritarismo no período do governo Vargas. Em diversas conversas e debates informais,

³ CERTEAU, M. et. el. A invenção do Cotidiano:2, morar, cozinhar. Petrópolis: Artes de fazer, 1997. p. 31

⁴BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 2005.p. 121.

descendentes das comunidades alemãs e moradores em geral narram as perseguições que seus pais, avós e conhecidos sofreram durante o Estado Novo. A literatura regional sobre as imigrações se resume em textos de monografias de graduação e especialização, onde o próprio formato não permite um aprofundamento maior no tema.

Trabalhos com tema similares ao nosso são encontrados em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. A dissertação de mestrado “O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo”, escrita por Priscila Ferreira Perazzo, em 1999, na Universidade de São Paulo, “Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e Medo durante Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina”, escrita por Marlene de Fáveri, em 2002, na Universidade Federal de Santa Catarina e “Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor!”, escrita pela professora Rosane Marcia Neumann, auxiliaram-nos na comparação de ideias e propostas com o que ocorreu em outras regiões.

Os documentos usados como fontes para a nossa pesquisa constituem-se em sua maioria de jornais da época e dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). No caso dos jornais, utilizamos o periódico semanal fundado em 1932, *O Comércio*, de União da Vitória, que se encontra em poder dos atuais proprietários do grupo de comunicação a qual o jornal pertence. Elencamos recortes relevantes para a elucidação do nosso problema de pesquisa, procurando observar a importância das notícias veiculadas para a constituição do nosso texto.

A documentação do DOPS está disponível no Arquivo Público do Paraná, separado por temas de interesse. Os dossiês estão divididos por delegacias regionais, e cada pasta contém arquivos de uma cidade diferente. Selecionamos as pastas referentes às Delegacias de União da Vitória, Cruz Machado, Irati, Bituruna, Paula Freitas, Paulo Frontim, São Mateus do Sul, Rio Azul e Mallet, onde todos foram digitalizados e analisados posteriormente. Além destes, outros documentos que serviram de apoio para a construção da nossa pesquisa também foram usados, tais como as pastas referentes ao DOPS de Curitiba, os dossiês sobre as propagandas nazistas e o dossiê escrito pelo Capitão Antônio de Lara Ribas, intitulado de “O punhal nazista no coração do Brasil”, este último disponível nos arquivos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O texto foi dividido em três capítulos. A distribuição se deu de modo a entendermos a formação do contexto nacional e os seus desdobramentos no espaço regional. Na primeira parte, discutimos a Política de Nacionalização implementada por Getúlio Vargas. Deste modo, damos ênfase para o plano da política interna e externa do Brasil frente ao contexto mundial nas décadas de 1930 e 1940. Neste momento, ainda discutimos a construção ideológica do autoritarismo brasileiro, formulada por intelectuais que participavam ativamente das decisões políticas do Estado, e os desdobramentos do autoritarismo frente à política de imigração.

Na segunda parte, delimitamos o espaço regional do Vale do Iguaçu, levantando um breve histórico da ocupação da região até a década de 1930. Procuramos, aqui, demonstrar como a multiplicidade étnica regional contribuiu para as divergências entre a política de nacionalismo e os imigrantes taxados como “súditos do eixo”. Neste ponto, analisamos o que a imprensa regional escrevia sobre a imigração de modo geral e, em momento específico, sobre a comunidade alemã, tendo um papel crucial para a construção imagem negativa que os estrangeiros e suas ideologias representavam no cenário nacional. Isso nos permitiu traçar um panorama da esfera pública enquanto espaço de conflitos políticos–ideológicos, onde os discursos anti estrangeiros refletiam a política nacional da construção da brasilidade e legitimava as ações coercitivas contra os alemães. Nosso escopo está em perceber como fatores cotidianos levaram a população a criar um imaginário composto de ações, impulsionados pelo estado de guerra, a favor do nacionalismo varguista em detrimento das liberdades individuais dos indivíduos estrangeiros.

Na parte final, procuramos analisar como se deu a atuação da polícia política em relação aos imigrantes alemães e seus descendentes. A nossa finalidade foi ainda a de mostrar como as leis atingiram diretamente as práticas sociais cotidianas dos alemães, prejudicando as liberdades destes indivíduos. Sendo assim, o levantamento destes fatos nos permite entender as motivações que levaram a perseguição e repressão contra as comunidades alemãs de União da Vitória, Porto União e localidades próximas.

1. RE-INVENÇÃO DO BRASIL: VARGAS E A NACIONALIZAÇÃO

1.1 Panorama político na Era Vargas.

Desde a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, nitidamente o Estado brasileiro passou a se fazer mais presente na vida da população. Seguindo tal postura, até 1938, o modelo político da Alemanha nazista serviu como exemplo pelo Brasil. Portanto, o totalitarismo se tornou fonte de inspiração para o regime forte e nacionalista planejado pelo governo Vargas.

A Revolução de 30 abriu espaço para uma nova geração de políticos assumirem o poder. Desintegrou a estrutura política da Primeira República, cujos líderes pertenciam à aristocracia agrária produtora de café, que viam na exportação daquele produto a principal fonte de lucros. O processo de sucessão presidencial obedecia à lógica da chamada “política dos governadores” – ou política do “café-com-leite” – que consistia em esquemas de fraudes e cooptação dos eleitores para manter mineiros e paulistas no poder. O resultado disto foi um amplo descontentamento por parte de vários setores da sociedade brasileira frente a este monopólio político exercido pela aristocracia rural.

Na Alemanha, os líderes nazistas sustentavam que o povo alemão passou por humilhações, com o Tratado de Versalhes, seguido de crises, mas que este povo jamais havia se abatido com tal situação, desenvolvendo o progresso junto ao Reich, liderado por Adolf Hitler. Estas ideologias se espalhavam nas colônias brasileiras através da propaganda, o que, em princípio, Vargas via com bons olhos, pois dava base aos seus projetos políticos. Desta forma, o discurso varguista

também se pautava no desenvolvimento de um povo forte, unido, rumo a um Brasil moderno. Somente com o Golpe de Estado e o estabelecimento do Estado Novo é que o modelo estrangeiro transformou-se em um entrave para o projeto da construção da brasilidade, identificando, a partir daí, os estrangeiros como uma ameaça à segurança nacional.

É preciso enfatizar que no Brasil, os anos 1930 e 1940 são extremamente marcados pela institucionalização da repressão, autoritarismo e preconceito racial empregado pelo Estado, assimilando com políticas europeias, mas com o pressuposto de manter grupos com os mesmos privilégios herdados do Império. Desta forma, a República brasileira transformou-se numa ditadura populista capaz de criar no imaginário social a ideia de “Brasil moderno”, quando a estrutura de poder era arcaica.

Neste contexto, as características políticas do povo brasileiro passam por um intenso processo de mudança com o advento da imigração. Ainda no século XIX, a substituição gradual da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre marcou esta transição, quando o sistema escravista já dava sinais de decadência. Ao fim daquele século, as comunidades imigrantes já se encontravam organizadas junto ao operariado brasileiro, os quais formaram uma classe combativa durante o período republicano, até pelo menos 1930.

O Estado brasileiro, desde o início do Governo Vargas, tendia a centralização do poder. Assim, os imigrantes italianos e alemães encontraram similaridade com as formas de governos fascistas exercidas no mesmo período na Europa. A ligação, em qualquer grau, entre imigrantes e seus países de origem é que vai orientar as suas formas de ação política frente ao cotidiano social brasileiro. Os alemães procuraram reforçar os laços com o germanismo, este fenômeno pode se observar com muita clareza principalmente nos países com tendências autoritárias na América Latina.

Durante a década de 1930, o governo nacional inicia uma política de cooptação e conseqüente anulação da capacidade combativa dos imigrantes através da legislação trabalhista. Em um período de efervescência política na Europa, onde as ideologias anarquistas e socialistas davam cada vez mais suporte às classes trabalhadoras no bojo da exploração industrial e camponesa, os imigrantes que aqui chegavam disseminavam rapidamente estas ideias. Após a revolução de 1930,

governo e sindicatos deixaram de entrar em conflitos entre si, para então estabelecer negociações. Cabe salientar aqui que, além disso, Vargas usava de mecanismos para manter sempre alguns de seus representantes entre os sindicalistas.⁵

Quanto à política externa brasileira durante o governo de Vargas, podemos ressaltar que esta ganhou novos enfoques de atuação. Um dos elementos que muito aproximou Brasil e Alemanha foram as relações comerciais. Apesar da promessa de cumprimento dos compromissos de governos anteriores, o novo ministério passou a ver na economia a sua principal preocupação com a política externa. Segundo Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, isso se deu, entre outras causas, pelo contexto da crise de 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York e o consequente problema com diminuição das exportações brasileiras.⁶

No entanto, a implantação do Estado Novo trouxe reflexos diretos na diplomacia brasileira. Como sua forma de governo foi bem vista pelo Eixo Roma-Berlim, era natural que as relações entre estes países se estreitassem. Importantes nomes que compunham a base do governo Vargas, tais como Góes Monteiro, Filinto Müller e Eurico Gaspar Dutra eram claramente simpatizantes do Eixo, uma vez que as relações de barganha com armamentos seriam melhores com estes países. Frank D. McCann, estudioso do período, afirmou que a posição dos Estados Unidos só começa a mudar depois da derrota francesa para a Alemanha: “(...) um retardo que impediu uma cooperação militar efetiva até o final de 1940 e quase jogou os brasileiros nos braços dos alemães.”⁷ Contudo, após Osvaldo Aranha manifestar-se contra o golpe de 1937 e pedir demissão do cargo de embaixador do Brasil em Washington, foi reintegrado ao governo em 1938 com o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Desta maneira, havia um contrapeso entre os membros do governo que se alinhavam ideologicamente com os países do Eixo e o ministro Aranha, mantendo ligações estreitas com o governo Norte-Americano.

Em 1939, após a visita de Góes Monteiro aos EUA, as discussões a cerca da segurança do Brasil, em especial na região sul, se acirraram. Durante esta visita, o

⁵GAMBINI, R. O duplo jogo de Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.

⁶CERVO, A.; BUENO, C. História da política exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

⁷McCANN, Frank D. A aliança Brasil-Estados Unidos: 1937/1945. Rio de Janeiro: Biblex, 1995, p. 101.

general apresentou um pedido de material bélico junto aos EUA, oferecendo vários tipos de matérias-primas como forma de pagamento.⁸

Ainda assim, em 1940 Aranha declarou ao embaixador norte-americano Caffery que se o governo dos EUA não abastecesse as forças armadas do Brasil com armamentos, os militares brasileiros estreitariam mais ainda as suas relações com a Alemanha, inclusive alguns instrutores alemães poderiam vir ao Brasil. O professor McCann afirma que estas declarações, conhecendo a posição pró-EUA de Aranha, servia apenas como uma forma de pressionar Washington.⁹

Com as medidas de cerceamento das atividades políticas dos estrangeiros no Brasil, houve um abalo significativo nas relações internacionais entre Brasil e Alemanha, visto que a propaganda nazista adentrava em larga escala no território nacional. A situação com o embaixador Karl Ritter chegou ao extremo de este passar a questionar até mesmo as atividades comerciais entre os dois países.

Em meio a isto, havia as atividades da Ação Integralista Brasileira. No entanto, é preciso afirmar que as ideias entre os integralistas e os nazistas mantinham apenas uma proximidade por motivos puramente teóricos, pois não há nada que indique uma ligação entre o governo alemão ou o partido nazista com a AIB. Segundo Gertz¹⁰ isto acontecia por dois motivos primários: o primeiro é que o governo alemão, por interessar-se nas relações comerciais com o Brasil, não apoiaria uma facção que fazia oposição a Vargas. Em segundo, como uma das características principais da política integralista era a defesa do nacionalismo, um partido puramente brasileiro, distanciava-se do elemento estrangeiro, como o nazi-fascismo.

Além disso, havia diferenças básicas entre as premissas integralistas e nazistas. Enquanto o integralismo defendia a miscigenação como forma plena da construção da Nação, o nazismo adotava a ideia de que um Estado forte só poderia ser formado com uma raça pura.

⁸ Idem p. 118.

⁹ Idem p. 171 – 172.

¹⁰ GERTZ, Rene. *O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, nazismo e integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Isto quer dizer que caso os integralistas chegassem ao poder com Plínio Salgado, suas concepções políticas de miscigenação uma vez que fossem postas em prática representavam uma ameaça para a preservação da cultura alemã dentro do país. Desta forma, Berlim via como erro a simpatia de teuto-brasileiros com o integralismo, pois estariam ajudando para a formação de uma ideologia fortemente nacionalista.¹¹

O fato é que em 1937 Vargas declarou a AIB como ilegal, rompendo relações com os seus membros, o que deixou claro que as intenções do Brasil estavam cada vez menos em se alinhar com os países do Eixo. A partir de 1938 as relações entre o Brasil e Estados Unidos se estreitaram ainda mais com a presença de Osvaldo Aranha a frente do Ministério das Relações Exteriores. Segundo Amado Luiz Cervo,¹² as preocupações dos norte-americanos com a aproximação entre Brasil e Alemanha não estavam apenas no universo das relações econômicas, mas também na expansão da propaganda política e ideológica que o Partido Nazista poderia realizar em territórios da América do Sul.

1.2 Estado- Novo: consolidação do Estado autoritário

No plano interno, Vargas enfrentou ferrenha oposição de vários setores da sociedade brasileira em seus primeiros anos de governo. A Revolução Constitucionalista de 1932, liderada pela elite paulista, enfraqueceu o governo provisório, não deixando alternativa para o governo senão a promulgação de uma constituição. Após a convocação de uma Assembleia Constituinte, a carta foi outorgada pela mesma em 1934, determinando a permanência de Getúlio Vargas na presidência até 1938. Os anos que se seguiram de 1930 até 1937 são marcados por ajustamentos das bases de apoio ao projeto político do governo.

A Intentona Comunista¹³, ocorrida em 1935, mesmo tendo sido rapidamente eliminada, representou profundas modificações na ordem política. O anticomunismo

¹¹HILTON, Stanley E. O Brasil e a crise internacional (1930-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

¹²CERVO, A.; BUENO, C. História da política exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1992.p. 227.

¹³ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado em 1922, em Niterói, Rio de Janeiro. Suas bases contavam com proletários e outros membros da sociedade. No mesmo ano de fundação foi declarado ilegal pelo Presidente

ficou impregnado no discurso oficial brasileiro desde então. Apesar do abalo político, Vargas soube capitalizar os acontecimentos para o fortalecimento do Estado. Deste modo, o governo procurava deixar clara a existência de um inimigo comum que precisava ser combatido a partir de bases sólidas na liderança. Em discurso proferido à população do Rio de Janeiro em 10 de maio de 1936, Getúlio Vargas deixava clara a sua posição referente ao comunismo:

Os comunistas reconhecidos e declarados, os pretensos pregoeiros de reformas sociais, os utopistas ingênuos e os agitadores mercenários que pregam idéias subversivas aberta ou disfarçadamente, devem ser afastados do contato da sociedade e recolhidos a colônias agrícolas, onde os trabalhos da terra lhes aproveitarão como corretivo e educação para a vida honesta e construtora, ensinando-lhes o caminho do bem e o respeito aos direitos alheios.¹⁴

Sendo assim, as agitações políticas e a denuncia de um suposto plano comunista, o Plano Cohen, que intencionava tomar o poder no Brasil legitimou a instalação de uma ditadura através de um golpe de estado, minando as possibilidades de eleições para presidente em 1937.

Seitenfus afirma que o golpe de 1937 foi planejado pelo próprio Vargas, e inicialmente apenas pessoas muito próximas a ele estavam cientes do que aconteceria, estimulando também apoio pleno das forças armadas.

Segundo a historiadora Dulce Pandolfi¹⁵, “durante o Estado Novo, o regime autoritário implantado com o golpe de novembro de 1937, Getúlio Vargas consolidou propostas em pauta desde outubro de 1930, quando, pelas armas, assumiu a presidência da República.” Entendemos que a instalação de uma ditadura em 1937 não representou uma ruptura total com o processo político iniciado em 1930, mas sim uma aceleração da política nacionalista. Esta intervenção direta para a tomada de poder por Vargas se estabeleceu com a proposta de acabar com o caos político e social que o Brasil passava, onde nem o comunismo e nem a democracia liberal poderiam dar conta de resolver os problemas da nação.

Importa-nos contextualizar o Golpe de 1937 com a ascensão dos estados totalitários europeus. Uma das diferenças do Estado Novo para a onda de

Epitácio Pessoa, voltando à legalidade em 1927. Concorreu às eleições em 1930, não apoiando a Revolução daquele ano.

¹⁴ VARGAS, G. O pensamento político de Getúlio Vargas. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Júlio de Castilho. 2004.

¹⁵ PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

totalitarismos na Europa reside no fato de que, no caso brasileiro, as revoluções que modificaram as estruturas políticas brasileiras entre 1930 e 1937 não houveram participações diretas das massas.

Na tentativa de justificar à Nação as suas ações, Getúlio Vargas, com a constituição em mãos, direcionou seu discurso ao povo

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. A tanto havia chegado o País. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade.¹⁶

A todo tempo o discurso se pautava na necessidade de reprimir ações que atrapalhavam o desenvolvimento do país, e não uma opção pessoal de governo. Durante o seu governo, Vargas procurava trabalhar com a “lógica da desconfiança”, onde forças nacionais e estrangeiras ameaçavam a integridade do país, legitimando a caça à todo tipo de elemento político que ameaçava a ordem proposta pelo projeto nacionalista.

O golpe era tratado como uma violência necessária, resultante do processo de caos social pelo qual o Brasil vinha atravessando. As forças ameaçadoras – comunistas - precisavam ser eliminadas. Mais adiante em seu discurso, Vargas reafirma a necessidade do autoritarismo:

Restauramos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.¹⁷

¹⁶VARGAS, G. Estado Novo. Disponível em: <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=152>> Acesso em 12 de junho de 2012.

¹⁷ Idem.

A base de sustentação do Estado Novo não repousava em um partido, o que o diferenciava dos regimes fascistas europeus, pois estes eram reunidos em torno de um partido, não permitindo oposição. Vargas via os partidos como desagregadores da ação coletiva

Contrastando com as diretrizes governamentais, inspiradas sempre no sentido construtivo e propulsor das atividades gerais, os quadros políticos permaneciam adstritos aos simples processos de aliciamento eleitoral. Tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos. A verdadeira função dos partidos políticos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não a exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais. O fato é sobretudo sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o bom funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interesses.¹⁸

Pelo Decreto Lei número 37, de 02 de dezembro de 1937, Vargas extinguiu todos os partidos políticos, fato que não seria revogado enquanto esteve no poder. O resultado disto foi a concentração de todos os poderes ao Executivo federal e o fechamento do Congresso. Na prática, o presidente poderia legislar e tomar qualquer decisão sobre os funcionários civis e das Forças Armadas. Esta estrutura permitiu o aperfeiçoamento dos órgãos policiais repressivos e de censura e a consequente suspensão dos direitos políticos e individuais.

A Constituição promulgada por Vargas em 1937 substituiu a carta de 1934, escrita por Francisco Campos.

No apoio ao regime autoritário de Vargas encontravam-se as Forças Armadas. Estas, todavia, a figura do presidente se sobrepunha à dos militares. Ambos intencionavam a destruição do poder das oligarquias regionais que haviam se consolidado durante a Primeira República. Esta seria a base para a integração do nacionalismo defendido pelos adeptos do Estado Novo. Segundo José Murilo de Carvalho¹⁹, dentro do Exército, a influência política e ideológica que tendia ao

¹⁸ Idem.

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAUJO, Maria Celina. **As instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ/ FGV, 1999b.

autoritarismo eram mantidas pela liderança dos generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

No ano de 1945, com a criação do Partido Trabalhista Brasileiro, um segundo ponto passou a ser relevante no jogo de poder no Estado Novo: o Trabalhismo. No entanto, a ideia de que Vargas se aproximasse da classe operária não era vista com bons olhos pelos militares, gerando uma crise na relação entre estes e o governo, e a consequente deposição de Getúlio Vargas em 1945, orquestrada pelos próprios militares.

1.3 Fundamentos ideológicos do Estado autoritário: a construção da noção de brasilidade no governo Vargas e o papel dos intelectuais.

Desde a fundação do Estado Nacional brasileiro em 1822, após D. Pedro I declarar a emancipação política com relação a Portugal, a discussão a cerca do que caracteriza o “ser brasileiro” esteve sempre presente nas hordas intelectuais do país. No entanto, a partir da segunda década do século XX, este debate ganhou maiores dimensões com a adesão dos escritores modernistas aos ideais nacionalistas. No fim década de 1920 e com o desenrolar da Revolução de 1930, assuntos como etnia, racismo, herança escravista, questões agrárias, modernização do Estado, o elemento estrangeiro ora como solução, ora como fator de desagregação da ordem nacional, tornaram-se corriqueiros entre os pensadores nos núcleos das Universidades recém criadas no Brasil.

Na ótica de Gramsci²⁰, os intelectuais são dotados de certa autonomia na formação de grupos com ideias homogêneas, cujo objetivo perpassa pela formatação dos quadros políticos dominantes dentro da sociedade. Antonio Gramsci dedicou boa parte dos seus estudos para explicar a relação dos grupos intelectuais com as classes dominantes. Segundo ele, a política de dominação torna-se cada vez mais eficaz na medida em que os intelectuais orgânicos estejam legitimando as formas de poder do Estado.

²⁰GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é a sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.²¹

Em detrimento das posições científicas que predominavam na Europa durante o século XIX, os institutos históricos, os museus etnológicos, as escolas de medicina e de direito representavam os espaços de discussão, onde a questão racial foi amplamente tratada e debatida no Brasil. No entanto, embora o darwinismo social tenha sido uma grande referência teórica para os analistas sociais brasileiros, a ideia de mestiçagem jamais fora descartada.

É possível dizer, no entanto, que os modelos deterministas raciais foram bastante populares, em especial no Brasil. Aqui se fez uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferentes hierarquias, mas, feitos certos arranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça.²²

Nestas possibilidades apresentadas pelos grupos de estudiosos do século XIX, a nação brasileira estaria fadada a lidar com o hibridismo em uma configuração de três “raças” básicas: o negro, o índio e o branco. Ainda, as publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tratavam o índio e o negro de formas distintas. O que predominava nestas análises eram as visões evolucionistas e deterministas da evolução das raças. Tanto o darwinismo social quanto o determinismo geográfico de Ratzel serviram como base teórica para os intelectuais destes institutos formadores de opinião no meio científico, sobretudo depois dos anos 1870. Neste caso, segundo artigos da Revista do IHGB,

²¹ Idem, p. 09.

²² SCHWARCZ, L.M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 65.

o potencial civilizatório dos negros era nulo, “Os negros representam um exemplo de grupo incivilizável”, afirmava um artigo publicado em 1891; “As populações negras vivem no estado mais baixo da civilização humana”, ponderava um ensaio de 1884.²³

Quanto aos índios, as opiniões geralmente eram variáveis: de todas as tendências teóricas encontradas nos núcleos do IHGB, seja o evolucionismo, seja o discurso conservador religioso católico, não raro o índio era apresentado como símbolo da identidade nacional.

No começo do século XX a prática teórica que consistia em separar a humanidade em grupos e lhes denotar valores biológicos, morais, psicológicos e culturais ainda carregava teor científico com valor de verdade. No Brasil, o problema da mestiçagem centralizava estes debates, pois aqui isto era corriqueiramente visível.

Para dar conta de explicar as problemáticas enfrentadas por um país de grandeza continental, que precisava ser explorado em suas riquezas naturais, e para isso dependia de uma grande população, que no período era reduzida, o discurso empregado era o do futuro, pois ainda no presente a nação não havia resolvido as suas questões inerentes à nacionalidade. Para exemplificar tal premissa, Tania Regina de Lucca evocou Azevedo Amaral:

Em 1916, Amaral assim caracterizou o Brasil: “país onde 80% da população não sabe ler, onde não há senão uma literatura incipiente e uma arte andrajosa, onde a caça ao dinheiro predomina desenfreadamente a todas as outras manifestações da vida moral, onde não há opinião, não há tradições, não há cultura, não há ideais nacionais, não há correntes nem embates fundamentais de crenças e ilusões coletivas.”²⁴

Neste caso, como as análises econômicas, políticas e sociais encontravam-se intimamente ligadas ao desenvolvimento da civilização. A conclusão do subdesenvolvimento do Brasil era automaticamente vinculada à ideia de que não havia uma homogeneidade étnica, o que seria imprescindível para o desenvolvimento da Nação.

²³ Idem, p. 111.

²⁴ DE LUCA, Tania Regina. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação. São Paulo: Unesp, 1999. p. 159.

A abordagem sanitaria na década de 10 do século passado evoca a possibilidade de ampliação do debate étnico no país. Ao apresentar para a sociedade o Jeca Tatu, Monteiro Lobato trouxe um personagem cheio de novas perspectivas para a compreensão do que é ser brasileiro. Neste caso, o Jeca trazia aspectos tanto do sertanejo nordestino quanto do sulista, que, de cócoras, se distanciava do ideal nacional de civilidade. O incômodo foi de todas as partes: as críticas tanto vinham da parcela liberal do país, que viam no Jeca a incapacidade o brasileiro na compreensão da política nacional, e, portanto, distante do jogo democrático; e do outro lado o personagem abandonado do homem do campo era resultado do descaso dos governos com os altos impostos cobrados da população.²⁵

Os intelectuais, portanto, desempenham um importante papel na legitimação do poder. Quanto mais coeso e orgânico for o grupo, a assimilação do poder torna-se maior. Neste aspecto, um texto esclarecedor de Mônica Pimenta Veloso, intitulado *Cultura e poder político*, publicado na coletânea *Estado Novo: ideologia e poder*, no ano de 1982 discute o fato de como no Brasil dos anos 30 formou-se uma coesão entre os “grandes intelectuais”, e os “intelectuais médios”. Segundo a autora, “os grandes intelectuais” corporificaram a sua atuação em torno da revista *Cultura Política*, onde puderam veicular as ideologias que sustentaram o projeto político do Estado Novo. Neste sentido, ficam estabelecidos os papéis dos “grandes intelectuais”, enquanto formadores das bases teóricas do autoritarismo e, em auxílio os “intelectuais médios”, como divulgadores de tais ideologias.

(...) a *Cultura Política* congrega os “grandes intelectuais”, responsáveis pela criação de uma determinada concepção de mundo, informadora do discurso autoritário. A importância desses intelectuais é notória, no conjunto do projeto ideológico estado-novista, dado que os seus discursos servirão como paradigma para toda uma camada de “intelectuais médios”, que se prontificarão a difundi-lo para o conjunto da sociedade.²⁶

A revista *Cultura Política*, gerenciada pelo DIP, servia como referencial teórico dentro do Estado Novo para a formação de concepções sobre a sociedade que

²⁵ Idem.

²⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar, 1982.

interessava diretamente ao grupo político capitaneado por Vargas. Deste modo, os termos “cultura” e “política” eram coligados, uma vez que dentro do projeto estadonovista estava a ideia de fazer o cidadão crer que estava na competência do Estado a capacidade de reformular as bases culturais do País.

A rejeição de ideologias importadas foi tomando cada vez mais força no Brasil na geração dos anos 1920 a até a década de 1940. O liberalismo era visto por muitos intelectuais, tais como Oliveira Vianna, Alberto Torres e Francisco Campos, como inadaptável a realidade brasileira. Neste rumo, o comunismo era considerado uma ameaça constante que vinha do estrangeiro, daí a necessidade do Estado Nacional forte, autoritário e conservador na identidade nacional. Em espaços do interior do Brasil, como veremos adiante, a desinformação, ou a informação construída, fazia com que a população enxergasse o estrangeiro com um perigo eminente, colocando alemães, italianos, poloneses, comunistas, todos como sinônimos, que deveriam ser combatidos. Obviamente que esta imagem não foi criada de um dia para o outro, mas sim sendo construída ideologicamente e legitimada pelas ações do Estado.

Na passagem do século XIX para o século XX, o número de estrangeiros aumentou significativamente no Brasil. A presença deste elemento no mundo social do trabalho passou a ser visto como uma ameaça às oligarquias, pois muitos grupos preservaram os seus hábitos, crenças, línguas, ideias políticas, que muitas vezes colocava-se em confronto com o ideal de ordem vigente no país, pois trazia consigo a organização combativa de classes. O imigrante trabalhador, sinônimo de progresso, passou a ser visto como elemento perigoso.

Em 1937, com o golpe e a instituição do Estado Novo, ficou claro o projeto nacionalista. O objetivo era unificar a sociedade brasileira em torno da noção de unidade nacional. O ato da queima das bandeiras estaduais, em 04 de dezembro de 1937, demonstrou a intenção de Vargas em acabar com as diferenças regionais, procurando agrupar simbolicamente todos apenas na adoração da bandeira nacional. Além disso, declarou também a ilegalidade de todos os partidos políticos.

Entre os anos 1930 e 1937, as ideias conservadoras, fascistas, liberais, socialistas estavam presente de maneira simultânea no aparelho de Estado. Em 1933 o governo criou o DESPS (Delegacia Especial de Segurança Política e Social),

com vistas a repreender os trabalhadores considerados subversivos, ligados ao comunismo. A criação em 1936 da CRP (Comissão de Repressão ao Comunismo) acirrou ainda mais o cerco anticomunista, atuando junto a DESPS.²⁷

Um dos objetivos do Estado brasileiro era o de fortalecer a nação frente aos demais países do globo. A ideia de desenvolvimento interno, impulsionado por uma nação moderna, que tinha a capacidade de superar o seu passado humilhante de colonialismo e escravidão, era central no projeto político de Vargas. De certa maneira, isto serviu também para que grandes potências internacionais, como o caso de Alemanha e Estados Unidos, passassem a prestar atenção maior no direcionamento político que o Brasil vinha tomando.

O imigrante passa a ser visto como um entrave para a construção da brasilidade empregado pelo Estado. No caso dos alemães, tanto em meios urbanos como rurais eram numerosos e pouco se interessavam em “abrasileirar-se”. Ao contrário, preservam seus costumes, através da criação de escolas que ensinavam em língua e a cultura alemã, jornais e reuniões políticas que seguiam claramente as ideologias e orientações diretas do governo alemão.

No cerne da política varguista estava a construção de uma nação capaz de combater a pobreza, uma vez que esta era responsável tanto por greves nos meios urbanos, quanto por agitações nos meios rurais. Sintetizava-se nisso a ignorância, a miséria e a doença, distúrbios que se superados resolveriam os problemas nacionais. Desta forma, a implementação de um projeto político ideológico estava intimamente ligado as novas relações de trabalho que deveriam ser constituídas para a renovação do papel do homem perante o país. Segundo Angela de Castro Gomes²⁸:

Promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação.

²⁷ Ver DOPS- a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado e Justiça. APERJ: 1993.

²⁸ GOMES, A. in: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.p. 55.

Essa lacuna que trazia a necessidade de vincular o cidadão brasileiro ao trabalho foi até justificada pelo fato de que como o Brasil experimentou séculos de escravidão, o liberalismo clássico vinculado ao trabalho, enquanto formação de cidadania esteve distante da vida social e política dos indivíduos. As bases para a formação da identidade social, portanto, passava pela formação da identidade do trabalho.

O trabalho passou a ser encarado no pós 30, sobretudo durante o Estado Novo, como forma de consentimento do povo ao projeto ideológico do governo Vargas. Havia nisso tudo um evidente objetivo em controlar os conflitos sociais através da coesão entre povo e o Estado, embasado na premissa de que através da melhoria das condições de vida das pessoas, portanto de trabalho, a aceitação da coerção seria maior por parte dos cidadãos. Para Angela de Castro Gomes²⁹

O processo de produção de consentimento não se sustenta somente em apelos ideológicos, tendo uma explícita dimensão socioeconômica. Isto é, ele está fundado em procedimentos que asseguram a existência de vantagens materiais efetivas para os grupos dominados.

Em torno do trabalhador brasileiro pensou-se no “homem novo”, através do discurso oficial de aperfeiçoamento do indivíduo e cidadão para servir melhor ao projeto de nação. Identificamos neste ponto por que a razão de Getúlio Vargas ser tão amplamente ligado a imagem dos trabalhadores brasileiros.

A criação de políticas públicas com a intenção de cobrir cada vez mais o trabalhador com pequenas vantagens cedidas pelo Estado serviu para o fortalecimento deste vínculo direto entre Vargas e o cidadão/trabalhador. O trabalho adquiriu caráter e organização científica. O Brasil estava fazendo, na década de 1930, os que Bismark havia feito na Alemanha do fim do século XIX, no qual a medicina social assistia aos trabalhadores como figuras centrais na composição do Estado. Até a década de 1930 a saúde pública no Brasil era gerenciada apenas para a contenção de epidemias.

²⁹ Idem, p. 56.

Com Vargas, a saúde do trabalhador foi colocada em primeiro plano, visando alinhar as políticas públicas da saúde com a maior eficácia da produção do país. Segundo Luiz Cordoni Júnior³⁰ “Tal política visava dar apoio ao modelo econômico agrário-exportador, garantindo condições de saúde para os trabalhadores empregados na produção e na exportação.” O resultado destas medidas era um intervencionismo estatal cada vez mais forte no dia a dia dos cidadãos brasileiros, procurando promover até mesmo as necessidades básicas do povo.

O conservadorismo moralista republicano tende sempre a se fazer presente quando há contestações sociais. Em uma República que foi fundada com o lema “ordem e progresso” já podemos desconfiar que qualquer sublevação social não seria bem vista nem pelos donos do poder, nem pelos que legitimam este poder. É o que Elizabeth Cancelli chamou de “construção do projeto político ‘democrático-autoritário’”³¹

No caso da chamada “Era Vargas”, quando tomamos o uso do termo autoritário, faz-se necessário sublinhar que o autoritarismo aqui não deve ser levado como sinônimo de governo conservador³², pois, ao entendermos o pensamento conservador norteando-se a todo tempo pelo passado, e com projeção lenta e gradual das mudanças, o autoritarismo varguista esteve sempre desprendido do passado, ou ainda, numa crescente depreciação do que era antigo, velho ou ultrapassado para a formação de uma nova concepção de política e de indivíduo. Desta forma, o autoritarismo getulista se apega na ideia de necessidade de mudança, guiada pela força do Estado, onde o coletivo deve estar acima do individual. Sendo assim, o autoritarismo aqui deve ser compreendido como forma distinta de conservadorismo ou reacionarismo. No caso deste último, faz-se sempre um apelo objetivo ao passado, como o berço das qualidades efetivas do ser humano. O autoritarismo é, portanto, e neste caso, uma forma de efetivação e legitimação forçada da ideologia do Estado.

Desde o início da República, o Estado liberal brasileiro atuou de forma efetiva na perspectiva do modelo de Estados modernos que tem como base a burocracia

³⁰JUNIOR, Airton Paulaus. JUNIOR, Luiz Cordoni. *Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p.13-19, dez.2006. p. 14.

³¹CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: UNB, 1994.p. 18.

³² Embora quando se achava necessário, Vargas e sua equipe eram extremamente conservadores.

organizada e o poder legítimo da violência. No entanto, com o Golpe de 1930, ficava clara a objetividade de um projeto político pautado nas representações ideológicas, com vistas a penetrar no imaginário social, que via na ideia de nacionalismo algo anterior à democracia e à liberdade individual. Este projeto parecia bem direcionado a manter o Brasil livre de “ameaças internacionais”, ou criar aqui um ambiente livre de rebeldia política, relacionadas quase sempre com a classe trabalhadora. Para tal intuito, uma base intelectual e ideológica se fazia necessária.

Referendando intelectualmente a teoria do Estado Novo que se formava desde a Revolução de 1930, Francisco Campos, jurista e consultor geral da república proferiu uma conferência no dia 28 de setembro de 1935, justificando o modelo político autoritário de Getúlio Vargas. A conferência denominada “A política do nosso tempo” foi realizada no salão da Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro, para um vasto público de intelectuais e políticos influentes do período. Defendia claramente que a democracia não era suficiente para sanar os problemas do país, somente um regime autoritário poderia dar conta disto. Além do mais, o jurista afirmou que a “irracionalidade política” é que daria base para este intuito:

Não há para esta teologia processos racionais de integração política. A vida política, como a vida moral, é do domínio da irracionalidade e da ininteligibilidade. O processo político será tanto mais eficaz quanto mais ininteligível. Somente o apelo às forças irracionais ou às formas elementares da solidariedade humana tornará possível a integração total das massas humanas em regime de Estado. O Estado não é mais do que a projeção simbólica da unidade da Nação, e essa unidade compõe-se, através dos tempos, não de elementos racionais ou voluntários, mas de uma cumulação de resíduos de natureza inteiramente irracional.³³

Este trabalho representava não apenas a formação de um “Estado Novo”, mas passava também pela perspectiva de se criar indivíduos novos. Era um convite ufanista para a reformulação da moralidade baseada na padronização dos interesses nacionais. Na gênese deste processo, a revolução de 1930 sequer era representada por um partido político, os grupos que a orquestraram encontraram no seu líder a possibilidade de mobilização das massas.

³³ CAMPOS, Francisco. On line

A cada discurso a população simpatizava mais com Getúlio Vargas e sua proposta de totalitarismo político, principalmente a massa dos trabalhadores. Usando destes meios, a centralização política do Estado brasileiro dispensou a implantação de um partido político para tomar as rédeas deste projeto. O que se via era uma ligação direta entre os agentes do Estado, sempre representando a figura do presidente, com a população, sem intermediação de partidos, visto que o próprio Vargas eliminou a Legião de Outubro e o Clube 3 de Outubro.

Como em modelos autoritários espalhados pela Europa, o governo autoritário de Getúlio Vargas consistia na anulação do indivíduo em face ao bem comum, desta forma, a violência transformou-se em instrumento necessário para o exercício do poder. Neste sentido, em um emaranhado de ideologias com perspectivas repressivas, como o positivismo, o bem do Estado deve estar acima do bem do homem, pois o homem é quem deveria se sacrificar pelo bem da Nação. É a inversão da premissa de que o Estado serve a população, neste caso é a população que deve servir ao Estado. A integração política defendida pelo governo Vargas representava uma refutação do liberalismo, uma vez que

As categorias da personalidade e da liberdade são apenas ilusões do espírito humano. Só é livre o que perde a sua personalidade, submergindo-a no seio materno onde se forjam as formas coletivas do pensamento e da ação ³⁴

Após exercer vários cargos no governo, Francisco Campos é nomeado Ministro da Justiça em setembro de 1937. Em seguida, elaborou a nova Constituição dando início, em 10 de novembro do mesmo ano, ao Estado Novo. Nas suas primeiras falas, como Ministro, para a imprensa já afirmava: “A Revolução de 1930 só se operou, efetivamente, em 10 de novembro de 1937”.³⁵

Analisando as afirmações de Francisco Campos, e fazendo um retrospecto das décadas de 1930 e 1940, conseguimos perceber que de fato o projeto revolucionário de 1930 (ou a inexistência dele) logo dá um jeito de suprimir as concepções de esquerda ou direita com fins a atrelar todos os grupos ao Estado. Os

³⁴ Idem.

³⁵ MEDEIROS, Jarbas. Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978. p. 110.

lampejos do liberalismo na Constituição de 1934 serviram apenas como base para fornecer argumentos na implantação do Estado Novo, uma vez que o debate ideológico, logo nos primeiros tempos após a Revolução de 1930, já caminhava para uma hegemonia política autoritária sobre a Nação. Campos já declarava sua desconfiança às ideias liberais e democráticas ainda nos anos 10, em um pronunciamento afirmou o seguinte:

Para resolver, por conseguinte, o problema da democracia é necessário que os juristas, largamente embebidos da inspiração nacional, estejam sempre prontos a adaptar os órgãos legais da Nação à satisfação das necessidades democráticas, sem permitir que a orientação do desígnio nacional seja quebrada pela interferência dos conflitos democráticos... O futuro da democracia depende do futuro da autoridade. Reprimir os excessos da democracia pelo desenvolvimento da autoridade será o papel político de numerosas gerações.³⁶

Em toda a sua trajetória política e profissional, Francisco Campos acabou por desenvolver, como característica fundamental do seu pensamento, uma posição conservadora, autoritária, mas com um discurso direcionado ao moderno, somado ao progresso. Desta forma, entendemos que a capacidade burocrática não era o único critério para Vargas compor o seu quadro de colaboradores mais próximos, mas a visão política, para a consolidação do seu projeto nacionalista, era de tal forma relevante.

Sendo o autoritarismo e a violência o aparato central do poder na Era Vargas, a estruturação do conjunto das instituições foi sendo montada com vistas à vigilância cotidiana. Na definição de Weber o Estado se distingue das demais instituições pelo fato de deter o monopólio legítimo da violência.³⁷ Mas de fato, no período em questão, o Estado não só mantinha o uso legítimo da violência, mas fazia dela o seu instrumento de ação contínua, através do terror na sua prática generalizante. Neste caso, a polícia passou a ter um papel preponderante de ação, fundamentando a estrutura de poder montada.

São complexas as instituições e os procedimentos do exercício do poder nos Estados modernos. Esta prática, a governamentalidade, como denominou Michel

³⁶ CAMPOS, Francisco. On line

³⁷ WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva. Brasília, UNB. 1999.

Foucault ³⁸, tem como objetivo final a legitimidade frente à população, e no caso do Estado autoritário a centralização política, frente ao partido único e militarizado, se referenciam objetivamente a partir dos dispositivos de segurança.

Compondo o quadro de intelectuais brasileiros que endossavam o autoritarismo como uma qualidade primária para o desenvolvimento do país, o jornalista carioca Antonio José de Azevedo do Amaral foi defensor de um governo autoritário e racista. Suas posições a cerca da política autoritária pode ser observada desde as suas primeiras publicações, como na obra *Ensaios brasileiros*, onde já atenta ao fato de que o século XX é um século caracterizado pelas revoluções, diferente do século XIX, que havia sido do evolucionismo. De tal forma, sua posição já se mostrava contrária ao liberalismo, uma vez que via na prática revolucionária, e não no parlamento, escolhido pela maioria no sistema democrático-liberal, as possibilidades de transformações de que a sociedade brasileira precisava. ³⁹

Em 1938 Azevedo Amaral publicou um livro intitulado *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Trata-se de um texto com altíssimo valor histórico, pois representa parte do pensamento intelectual da época, que buscava justificar o autoritarismo no Brasil das décadas de 1930 e 1940. Durante o texto, Azevedo Amaral elogia a Constituição de 1937 e procura desvincular a imagem de que o regime de governo de Vargas seja similar ao fascismo italiano ou ao nazi-fascismo alemão. Já no início do texto mostra o seu intento ao autoritarismo.

O sufrágio universal, associado ao sistema de eleição direta, tinha forçosamente de produzir no Brasil efeitos ainda mais prejudiciais à eficiência do Estado, à boa orientação legislativa e ao funcionamento adequado da maquinaria administrativa do governo. A flagrante disparidade entre as condições reais de cultura da enorme maioria da nossa população e um sistema representativo baseado na hipótese de capacidade do eleitorado para exercer com discernimento a prerrogativa cívica, apreciando problemas muitas vezes delicados, criava um obstáculo irremovível ao êxito do método sobre o qual se baseava a nossa organização democrática. ⁴⁰

³⁸FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

³⁹AMARAL, A.. *Ensaios brasileiros*. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930.

⁴⁰Idem, p. 55.

A prerrogativa de que o povo brasileiro era incapaz de escolher os seus rumos foi, em grande parte do tempo, uma justificativa amplamente usada pelos setores da sociedade brasileira que queriam perpetuar-se no poder. Não raro, se usava do artifício de que o Estado vigente era o único que detinha a capacidade plena de conduzir a nação. Lembremos aqui, como já afirmou Michel Foucault, na obra *Microfísica do Poder*, que o poder e a autoridade não se encontram apenas repousando nas ações diretas de violência do Estado, mas é no discurso e na condução diária das agendas políticas que a repressão penetra na vida do indivíduo, e suas ações são voltadas diretamente para a população, não mais ao território que ele ocupa.⁴¹

No intervencionismo econômico estatal, Azevedo Amaral distinguiu duas definições, uma referente ao Estado totalitário, o qual combatia, e outra ao Estado autoritário, embora ambos ele tratasse como formas modernas de organização, frente ao Estado liberal, com o *laissez-faire*, o que para ele, já se encontrava superado, até mesmo nos Estados Unidos.⁴² Segundo ele, a função do Estado seria a de dirigir as atividades econômicas, mas no totalitarismo a direção das atividades econômicas estariam submetidas à orientação do pensamento estatal, “modelo que vinha sendo aplicado na Rússia Soviética, Itália fascista e Alemanha social-nacionalista”⁴³

A segunda forma, a melhor para Azevedo Amaral, seria a da “economia equilibrada”, a qual o autor exemplifica com o modelo norte americano que vinha sendo colocado em prática por Roosevelt para superar a crise iniciada em 1929. A caracterização destes modelos é usada por Amaral para sublinhar as diferenças entre o Brasil do Estado Novo e os regimes totalitários vigentes na Europa. Enquanto a economia dirigida pelo totalitarismo fazia com que firmasse uma “imposição do poder estatal às forças de produção, associadas à distribuição da riqueza, diretrizes técnicas, econômicas e sociais”. Relativizando o Estado brasileiro da década de 1930, para Amaral⁴⁴.

⁴¹FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.p. 293.

⁴² Lembremos que Azevedo Amaral está fazendo uma análise do mundo da década de 1930, portanto os Estados Unidos passavam pela aplicação do *New Deal*, o que, para Amaral, representava uma evolução no modelo econômico americano.

⁴³AMARAL, A.. *Ensaio brasileiros*. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930. P. 222.

⁴⁴ Idem, p. 223.

A economia equilibrada, que pode ser definida como uma forma de dirigismo econômico compatível com a manutenção de uma considerável liberdade assegurada às iniciativas privadas, não apresenta na sua fisionomia, nos seus métodos e nas suas finalidades, qualquer correlação com a ideia do totalitarismo. O Estado democrático, desde que seja organizado em linhas autoritárias, como é o caso do Estado Novo brasileiro pode tornar-se órgão eficaz de um sistema de economia equilibrada.

Na ordem econômica a intenção do Estado Novo era clara de não privilegiar as iniciativas individuais e privadas. Neste sentido, a “economia equilibrada” tinha como prerrogativa o alinhamento das atividades econômicas entre as iniciativas privadas e o Estado, fato este que pode ser observado ao ler o artigo 135 da Constituição de 1937.⁴⁵

Ao afirmar que o Estado Liberal já se encontrava falido, para Azevedo Amaral a concepção de evolucionismo natural também se encontrava decadente. De tal maneira, o Estado Moderno era então o Estado Intervencionista, capaz de gerir os assuntos gerais da nação. O poder executivo deveria atuar de forma autoritária, “por toda parte da esfera da ação executiva”, sendo exercida de forma ditatorial. Sendo assim, “a autoridade administrativa do Executivo federal deveria intervir na elaboração legislativa”⁴⁶. Recorrendo a filosofia política de Rousseau, o autoritarismo seria a própria essência do poder estatal, pois qualquer Estado se fundamentaria na autoridade, de outra forma as instituições não existiriam. Mais adiante, Amaral afirma que “onde o conceito de autoridade estatal oblitera-se de modo acentuado, a confusão política e a ataxia dos movimentos de administração pública patenteiam-se logo”⁴⁷

Todas estas concepções ficam muito claras quando observamos a certa distância quais as práticas políticas desempenhadas pelo Estado Novo. O controle das informações, com o D.I.P. (Departamento de Imprensa e Propaganda), a perseguição aos estrangeiros, a submissão dos sindicatos, ou seja, defendemos a

⁴⁵ Art 135 - Na iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado. A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estímulo ou da gestão direta.

⁴⁶ AMARAL, A.. *Ensaio brasileiro*. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930, p. 242.

⁴⁷ Idem, p. 256.

ideia de que isto foi pensado e planejado por um grupo de intelectuais e políticos ensejando plenos poderes para atender aos seus interesses particulares, embora sempre se objetivasse a criação de um imaginário social de progresso e modernidade conduzidos pelo Estado. Com a ideia de perigo eminente, como no caso de comunistas, vinha a calma que só o Estado com plenos poderes poderia fornecer. A imagem construída era de algo novo, um “Estado Novo”, cultuado, racionalizado para a resolução dos problemas brasileiros. Azevedo Amaral justifica:

A democracia liberal postula a extensão da liberdade individual até o ponto em que ela vem a ser automaticamente neutralizada pelo direito que ao exercício da mesma liberdade tem os outros indivíduos. O novo regime não veio criar um fator de compreensão do indivíduo, mas apenas demarcou a este a posição que ele tem forçosamente de ocupar em um sistema no qual todas as atividades são coordenadas para um objetivo supremo, representado pela segurança, tranqüilidade e prosperidade da Nação.”⁴⁸

A ideologia autoritária oferece a ideia de que os indivíduos devem ser adaptados a funções específicas, guiadas pelo governo. Repousando nisto, faz crer que o contrário traz desorganização do todo, o que poderia comprometer o funcionamento eficiente das organizações nacionais. Todas estas prerrogativas vêm arraigadas de definições para a organização industrial, do mundo do trabalho e da vida cultural dos indivíduos. Encerrando o seu texto produzido em elogios ao golpe que culminou no estabelecimento do Estado Novo, Azevedo Amaral afirma o que vinha propondo desde o início, que “o Estado autoritário trazia a esperança de um Brasil melhor”, segundo ele “O golpe de Estado de 10 de novembro foi a nossa primeira revolução construtiva”⁴⁹

Oliveira Vianna foi um dos teóricos que mais defendeu a “limpeza racial” no Brasil. O pensamento do jurista, historiador, sociólogo, membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, imortalizado na Academia Brasileira de Letras, tem seus fundamentos no cientificismo, positivismo e no darwinismo social, o qual justificava a desigualdade natural entre os homens e a seleção natural das raças. Estas concepções levariam Vianna a defender o Estado forte corporativista, através de uma relação de submissão dos indivíduos sob o governo.

⁴⁸ Idem, p. 283-284.

⁴⁹ Idem, p. 310.

Do darwinismo social Oliveira Vianna tirou a tese de que as ações sociais tinham o seu funcionamento baseado nas leis naturais. Desta forma, há uma seleção natural que separa apenas os indivíduos que tem mais capacidade de adaptação, ou seja, somente os seres mais fortes, no aspecto físico e intelectual, sobrevivem. Na transposição destas ideias para as organizações sociais, para uma nação tornar-se próspera a sua composição social deve passar por um aperfeiçoamento da raça, subjugando, portanto, os indesejáveis. Havia, neste sentido, um alinhamento entre as ideias de Oliveira Vianna e teóricos como Silvio Romero e Capistrano de Abreu, que defendiam o branqueamento do povo através da mistura de raças, e a consequente preponderância dos brancos sobre os demais.

Vianna elaborou em seu texto intitulado *Problemas de Política Objetiva*, escrito em 1930, alguns pontos onde demonstrava a sua simpatia pela centralização política seguida com o autoritarismo. Dentre eles, destacamos o seguinte: segundo Vianna⁵⁰, “o mandato do Presidente, que amplia para oito anos, deveria ser ampliado para dez; A eleição do Presidente passaria a ser feita por um corpo selecionado de eleitores”.

Em 1938 ficava clara a intenção do governo Vargas em criar barreiras para os estrangeiros, empreendendo uma intensa política de nacionalização, que marcou fortemente o Estado Novo. Desta forma, uma quantidade grande de decretos passaram a ser impostos, interferindo diretamente nas atividades diárias dos estrangeiros residentes no país, em especial na vida dos germânicos, que se transformaram em estrangeiros indesejados, e, portanto, vigiados pelo aparato repressivo do Estado. A legislação tornou-se arma eficaz do Estado na campanha de nacionalização. Vejamos alguns decretos:

No Decreto lei nº 341 de 17 de março de 1938, “Regula a apresentação de documentos, por estrangeiros, ao Registro de Comércio e dá outras providências”, determinava que os estrangeiros que pretendessem matrícula de firma, arquivamento de contratos ou qualquer documento no Registro de Comércio deveriam apresentar “bom procedimento no país”. Além disso, aos estrangeiros era

⁵⁰ VIANNA, O. Problemas de política objetiva. São Paulo: Nacional, 1930. p. 14.

determinado que estes obtivessem comprovação do seu bom comportamento expedido pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal.⁵¹

Em 27 de abril de 1938 o governo baixou o Decreto lei nº392 com intuito e regulamentar a expulsão de estrangeiros do país. Neste caso, a lei determinava que o estrangeiro devesse cumprir a pena no país e logo em seguida ser expulso. O objetivo geral era cercear qualquer manifestação contrária a política de nacionalização que vinha sendo aplicada por Vargas. Seria expulso do país qualquer estrangeiro que “comprometesse a estrutura das instituições e a tranqüilidade pública”.⁵²

Em maio do mesmo ano o governo brasileiro continuou a apresentar diversos decretos abertamente veiculados contra os estrangeiros que não assimilaram a brasilidade que Vargas pretendia impor. No dia 18 de maio de 1938, o Decreto lei nº 431⁵³ determinava:

Art. 1º Serão punidos da forma desta lei os crimes contra a personalidade internacional do Estado; a ordem política, assim entendidos os praticados contra a estrutura e a segurança do Estado, e a ordem social, como tal considerada a estabelecida pela Constituição (...)

Mais adiante, o Decreto apresenta várias outras sanções contra os estrangeiros, com penas que variam entre prisão por 30 anos e condenações a morte.

Acompanhando a política de “melhoramento da raça”, o Decreto lei nº 406 de 04 de maio de 1938⁵⁴ dispunha sobre a entrada de estrangeiros no país. No artigo primeiro definiu-se que ficava proibido entrar no Brasil estrangeiros “aleijados, mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos; II – indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres”. Ficava ainda proibida a entrada de estrangeiros maiores de 60 anos, ou menores de 18 sem acompanhamento. Neste decreto passaram a ser impostas quotas para a entrada de imigrantes de determinados países. Além do mais, estava proibido constituir colônias de uma só nacionalidade, sendo que a fiscalização era

⁵¹ BOBBIO, P. V. (org). Lex, Coletânea de Legislação. São Paulo: Lex, ano II, 1938. p.97.

⁵² Idem, p.134.

⁵³ Idem, p.156.

⁵⁴ Idem, p. 162-167.

exercida por membros do Conselho de Imigração e Colonização, nomeado diretamente por Getúlio Vargas.

Não podemos deixar de mencionar que o ano de 1938 havia sido marcado pela tentativa integralista em derrubar Vargas. Em dois momentos, março e maio daquele ano, integralistas se articularam para eliminar os projetos do Estado Novo. Ambos os movimentos tiveram participação de liberais, o que denota uma conspiração de vários setores engajados contra o governo neste momento.⁵⁵ Este momento marca o início do combate sistemático do integralismo e nazismo por parte do governo Vargas, os dois tratados como subversivos desde então.

De tal forma, entendemos que no decorrer do ano de 1938, o Estado Novo de Vargas preocupou-se em criar normas legais a fim de cada vez mais engessar as atividades estrangeiras dentro do país. Este projeto jurídico e repressivo não visava apenas acelerar o processo de nacionalização, com vistas aos problemas internos que os imigrantes poderiam representar para a segurança nacional, mas também representava uma visão da política externa do Estado, que percebia a necessidade do país se adaptar aos conflitos que se formavam na Europa. Após o Brasil declarar-se inimigo do eixo, a repressão contra os imigrantes de Alemanha, Japão e Itália tornaram-se muito mais intensas. Em 1942 a comunidade germânica passa a sofrer perseguição sistemática, contando o Estado com o aparato legal criado com os citados Decretos - lei.

A preocupação do Estado brasileiro no final de 1938 era a de reprimir as atividades culturais de tais grupos. Com o Decreto-lei n° 868⁵⁶, de 18 de novembro de 1938, estava proibido o ensino em língua estrangeira no ensino primário. Esta medida, como veremos a seguir, significou mudanças extremas no cotidiano das populações de imigrantes, sobretudo nas colônias, onde o uso da língua do país de origem era intensamente difundido e praticado. Em 1939, atenuando as reformas educacionais, o governo decretou, através da Lei n° 1545, de 25 de agosto, que os descendentes de estrangeiros deveriam se adaptar ao meio nacional através do ensino da língua portuguesa e História do Brasil. Nas escolas, portanto, os

⁵⁵ REVOLTA INTEGRALISTA. In: ABREU, Alzira et alii. (orgs.) Dicionário histórico biográfico brasileiro: pós 1930. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

⁵⁶ Idem, p. 522-523.

professores deveriam ser em sua maioria brasileiros e os seus diretores não poderiam ser estrangeiros.

O setor jurídico do Estado brasileiro serviu como arma eficaz na implantação do projeto nacionalista orquestrado por Getúlio Vargas. No que concerne à utilidade prática destes decretos, o pano de fundo era a justificativa da necessidade de integração dos estrangeiros com a Nação. Ao contrário disto, na prática, a legislação brasileira para os imigrantes levou a exclusão, o pré-conceito e a repressão destes no cotidiano do país. Os alemães viraram sinônimo de nazismo, sendo-lhes vedada a possibilidade de ação e locomoção sem a permissão legal da Polícia Política. Além de corriqueiramente serem investigados e presos pelo Dops, também foram submetidos aos campos de internamento em diversas partes do país.

Quando o Estado determinou que o alemão era sinônimo de perigo para a Nação, fez com que a sociedade visse como legítima a opressão e a vigia intensa sobre estes elementos. Não raro denúncias anônimas chegavam às delegacias do Dops, com queixas de populares contra alemães, na sua maioria, descritos como perigosos. Assim, as medidas legais serviam como legitimador da autoridade do Estado.

Tais ações se intensificaram ainda mais quando o Brasil tornou-se aliado definitivo dos Estados Unidos em 1942, significando que a repressão aos alemães era legitimada não só internamente, mas era um problema de guerra. Neste contexto foi sendo difundida a ideia de perigo alemão, passando este para a condição de imigrante indesejado e perigoso para os projetos do Estado Novo.

1.4 A Imigração como projeto étnico-político do Estado brasileiro

O debate sobre a assimilação dos estrangeiros no Brasil data ainda do século XIX, quando a política imigratória ganhou força em meio à eminente abolição da escravidão. Apesar de amplas discussões que remetiam ao problema da soberania nacional em núcleos coloniais distantes, as primeiras iniciativas restritivas do Estado com relação ao imigrante foram durante a primeira Guerra Mundial. A comunidade alemã sofreu medidas coercitivas durante o período de 1917 a 1919, sendo-lhes fechadas várias “escolas alemãs”, exigindo o ensino em língua portuguesa para

todos os imigrantes. Mas é a partir de 1937, com a campanha de nacionalização, que estas medidas ganham maior abrangência, modificando intensamente a vida de uma parcela significativa da população das comunidades ditas “estrangeiras” por todo o Brasil.

Ao refletirmos sobre os resultados gerados pelos contatos entre diferentes culturas, tomamos como pressuposto a ideia de que as mudanças são processos inevitáveis, embora dificilmente ela aconteça de modo completo. De forma relativa, as alterações dos costumes devem ser entendidas dentro de contextos distintos.

Nunca se deve esquecer que o contato entre dois grupos sociais não é comparável, de maneira alguma, com o contato de duas substâncias químicas que, invariavelmente, se atraem ou se repelem segundo leis predeterminadas. Os contatos sociais e culturais são condicionados por um número praticamente ilimitado de fatores.⁵⁷

Deste modo, ao entendermos o conceito de assimilação como um complexo sistema de seleção de elementos das culturas em contato. Os imigrantes, independente da efetiva presença do Estado, processam experiências a partir da convivência cotidiana com os indivíduos “nacionais”. Isto representa que são estes “subprocessos” os responsáveis pelas alterações nos costumes. Segundo Emílio Willems “Jamais o imigrante tem contato com “a nação” como tal, mas sempre com grupos e subgrupos, famílias, empresas, sindicatos, seitas, clubes, repartições públicas, escolas, etc. Toda assimilação se processa nesses grupos e por meio deles.”⁵⁸

Os impactos gerados pelos primeiros contatos entre os fluxos migratórios e o país de destino não impedem que as comunidades estrangeiras assimilem a nova cultura. O espaço físico, a organização econômica e outros fatores, influenciam na readaptação das experiências adotadas no país de origem. As atividades rotineiras sofrem, forçosamente, alteração na medida em que as condições físicas não são as mesmas.

⁵⁷ WILLEMS, E. Assimilação e populações marginais no Brasil. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasileira, 1940. p. 03.

⁵⁸ Idem. p. 11.

Padrões de habitação, de vestuário, de alimentação, de trabalho, de locomoção, de recreação etc. tem de ser abandonados diante das diferenças do meio físico. (...) Embora geralmente não correspondam a atitudes prévias, tais mudanças afetam profundamente os hábitos individuais e os costumes de nossas comunidades. Insistimos sobre este aspecto porque nele identificamos processos de assimilação incipiente, pelo menos entre imigrantes alemães no Brasil.⁵⁹

Portanto, não é possível a substituição completa de um esquema de conduta por outro. A alteração se dá de forma relativa ao contexto histórico e espacial pelo qual este processo está estabelecido. Esta razão é evidente: a mudança não pode se dar de forma completa, pois estaria submetida a desagregação total da cultura de origem. O que acontece são transformações e reajustamentos de todos os envolvidos.

Como política de Estado, o Império criou um projeto de imigração através do modelo de agricultura familiar. Já em 1818 e 1819 as primeiras colônias foram se formando na Bahia e no Rio de Janeiro. Os resultados não foram os esperados, gerando um abandono por parte dos colonos, de maioria suíços, alegando precariedade das condições de trabalho. Até meados do século XIX foram formados pequenos núcleos de colonização, onde a maioria era formada por alemães, principalmente no Rio Grande do Sul⁶⁰, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Também uma leva de imigrantes, entre eles suíços, portugueses, belgas e alemães, se estabeleceram em São Paulo através do sistema de contrato e parceria.

Com a promulgação da Lei nº 601, de 1850 (Lei de Terras), houve mudanças nas concessões e acesso as terras, que passaram a ser adquiridas por meio de compra de lotes. Isto fez com que se consolidasse o processo de colonização do Sul, quando imigrantes da Rússia, Itália, Polônia e Alemanha passaram a chegar em maior quantidade. Impulsionados também pelas agitações abolicionistas, com as leis de proibição do tráfico de escravos, a mão de obra negra africana atingia preços

⁵⁹ WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1980. p. 07.

⁶⁰ Onde foi formada a Colônia de São Leopoldo em 1824, a primeira alemã do Brasil.

cada vez mais elevados, o que automaticamente tornava mais lucrativo a substituição desta força de trabalho por imigrantes livres. De tal forma, o sistema de colônias brasileiras na Região Sul organizou-se com a meta de povoamento de terras devolutas, onde estes imigrantes assumiam a condição de pequenos proprietários rurais. Quanto às nacionalidades, podemos afirmar que na maioria eram colônias de alemães e italianos, sejam isolados, ou em colônias mistas, o que não nos impede de contatar que também havia imigrantes de diversas nacionalidades entre estes espaços, na sua maioria oriunda da Europa. Segundo Giralda Seyferth⁶¹

A homogeneidade étnica era maior nas unidades espaciais básicas do sistema colonial, as chamadas linhas, a partir das quais os lotes foram demarcados. Esse modelo de ocupação, com assentamento de imigrantes europeus em lotes recebidos por compra, persistiu após 1889, apesar das críticas suscitadas por sua composição étnica.

Portanto, duas datas tornam-se significativas para o fluxo de imigração no Brasil: 1850, com a lei de terras, e 1888, com o fim da escravidão. No fim do século XIX, particularmente na década de 1890. Segundo dados do IBGE, entre 1884 e 1893 entraram cerca de um milhão de imigrantes no país.

Até a década de 1940 registra-se a entrada de cerca de 5 milhões de imigrantes, sendo a maioria nos estados do sul e em São Paulo. Grande parte destes imigrantes manteve suas origens étnicas bem preservadas, principalmente aqueles que se encontravam em colônias interioranas, e mantinham um menor contato com o resto do país. O processo de expansão destas colônias aconteceu em sentido sul até o oeste do Paraná. Nos meios urbanos, cidades como São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre concentravam grandes contingentes de imigrantes e seus descendentes, claramente dispostos e identificáveis até a década de 1930, formando até mesmo alguns bairros divididos por etnias.

Com estes dados apresentados é possível afirmarmos que a grande parte dos imigrantes que entraram no país, desde o início da independência até a década de

⁶¹SEYFERTH, G. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, 1999. P. 201.

1930, era de origem latina⁶², enquanto que alemães e japoneses figuravam entre os quarto e quinto lugares, respectivamente. Fora os citados, também faziam parte os eslavos, austríacos, sírio-libaneses, dos quais os dados são menos precisos por fazerem parte de grupos com identidades étnicas menos definidas de acordo com suas nações. Ainda, no que diz respeito a assimilação, e as preocupações nacionalistas com isso, também faz-se necessário citar os judeus, que mantinham uma visibilidade étnica importante no país.

De qualquer forma, todos os grupos de imigrantes que se estabeleceram no Brasil mantiveram, em certo grau, forte ligação com sua nação de origem, formulando suas características étnicas através de uma mescla do que tinham em seus costumes, com aquilo que passaram a compartilhar no Brasil. No entanto, é possível afirmar que ao longo do processo histórico foram produzindo-se diferenças sociais mais contundentes, principalmente nas colônias da região sul, onde o contato entre imigrantes e o restante da realidade nacional foi menor. Isso significa que, principalmente no período do Estado Novo, quando se procurava resolver o problema da “nacionalização” do Brasil, e, portanto a perseguição contra o elemento estrangeiro foi maior, a representação de etnicidade estrangeira parecia ser mais radical nestas colônias, e áreas com menor concentração urbana.

A esta discussão sobre a conservação cultural da etnicidade dos imigrante não é nova. O autor alemão Heinrich Handelmann, no livro intitulado *História do Brasil*, escrito em 1859, sugere algumas reformas na forma do governo brasileiro proceder com os imigrantes. No trecho a seguir, Handelmann relata sobre a característica de assimilação do povo alemão:

A raça de língua alemã, forte em número e em energia interior, não é daquelas que facilmente se deixam absorver e assimilar; mesmo abandonando a sua terra natal, e transferindo francamente para a nova pátria o seu amor pátrio, as suas inclinações, de modo algum deseja incorporar-se sem mais nem menos ao povo ao qual s ajunta, porém quer conservar, guardar a sua nacionalidade alemã, a sua língua e seus costumes.

⁶² Italianos, portugueses e espanhóis.

Mais adiante, Handelman sugere que o Estado brasileiro coloque em igualdade a possibilidade de uso da língua alemã com a língua portuguesa.⁶³ Estas análises nos sugerem que, ainda no século XIX, a imigração gerava mais debates do que apenas a questão das colônias, mas a preocupação já girava em torno, também, da assimilação dos estrangeiros à cultura nacional. A ocupação se desenvolvia junto a preocupação com a integridade, unidade e nacionalização das áreas colonizadas. Lembremos que foi no sul uma das maiores revoltas separatistas que quase culminou na secessão de parte do país, e eram pra estes mesmos lugares que a maioria dos imigrantes estava sendo direcionados.

O desenvolvimento agrícola era a tese central da motivação para a política imigratória europeia para o Brasil. Desta forma o Estado brasileiro imaginava sanar o problema da mão de obra ao mesmo tempo ocupar o território. Atrelado a isto, as reflexões sobre a questão racial são postas em pauta, pois a escolha do imigrante desejável passava pelo crivo da cor e nacionalidade. Quando uma parcela de imigrantes, primeiramente vistos como detentores de qualidades ideais para a ideia de nação que se formava ainda no século XIX, começa a questionar a exclusividade da Igreja Católica, a propriedade latifundiária, entre outros problemas que dificultariam a presença de povos estrangeiros no país, passa a rivalizar com os ideais nacionalistas presentes ainda no Império. Segundo Seyferth (1999, p.211), “Negros e amarelos, (...) eram vistos como elementos perturbadores do processo de formação de uma nação branca e civilizada.” Não havia dúvidas quanto a opinião sobre a cor de pele do imigrante ideal: negros e asiáticos representavam um problema para o desenvolvimento nacional.

As teorias raciais do ideal de branqueamento presentes no final do século XIX⁶⁴ foram seguidas por diversos teóricos durante o Brasil República. Baseando-se na premissa de que a tendência era de que com a mistura dos mestiços com pessoas brancas, resultaria na predominância de pessoas claras a partir da terceira geração, os fluxos de imigrantes vindos da Europa para o Brasil eram imensamente maiores. Os dados estatísticos nos permitem supor na intenção do branqueamento progressivo da raça após a abolição. Estas ideias ganharam corpo até a década de

⁶³HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/IHGB. 1931.p. 994.

⁶⁴ As primeiras teses do “branqueamento” foram apresentadas por Lacerda em 1911, embora vários autores mencionavam esta possibilidade ainda no século XIX. Ver: Seyferth, 1999.

1930, servindo de base para a construção do mito de que o ser humano da modernidade seria formado a partir da homogeneidade da raça, portanto, desarticulada da heterogeneidade da sociedade brasileira.

No caso dos alemães, não existem dados oficiais do número de imigrantes que se estabeleceram no Brasil. Segundo os números fornecidos por René Gertz o total de imigrantes teutos que se estabeleceram no Brasil até 1940 é o de 233.392.

Tabela 1: entrada de imigrantes alemães no Brasil (1820-1939)

Período	Quantidade de imigrantes alemães
1820 – 1829	2.326
1830 – 1839	207
1840 – 1849	4.450
1850 – 1859	15.815
1860 – 1869	16.514
1870 – 1879	14.627
1880 – 1889	19.201
1890 – 1899	17.034
1900 – 1909	13.848
1910 – 1919	25.902
1920 – 1929	75.839
1930 – 1939	27.629
Total	233.392

Fonte: GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, nazismo e integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Os dados acima nos indicam que houve uma significativa diminuição da vinda de imigrantes alemães durante a década de 1930, pois as políticas repressivas aos imigrantes do eixo restringiram a entrada e circulação destes elementos no cotidiano nacional.

A discussão sobre o número de alemães estabelecidos no Brasil durante a década de 1870 nos parece bastante divergentes. Na maioria das estatísticas oficiais brasileiras o que encontramos são estimativas nas quais não são contempladas as diferenças entre as origens, ou seja, todos que adquiriram a nossa cidadania são considerados brasileiros. Em 1920 o recenseamento do IBGE conclui que o número de alemães estabelecidos no Brasil é pouco mais do que 50 mil pessoas, e em 1940 este número passa para 90 mil⁶⁵. Este aumento pouco significativo é resultado, acima de tudo, da política de naturalização destes imigrantes.⁶⁶ De tal maneira, para entendermos a política nacionalista empregada pelo Estado brasileiro, sob o comando de Vargas, durante as décadas de 1930 e 1940, e a conseqüente perseguição à comunidade alemã, vamos considerar primeiramente o perfil cultural destes imigrantes, e a mudança do objetivo inicial do governo brasileiro com relação a eles, ou seja, de imigrante atrelado ao projeto étnico-político do Estado brasileiro, à estrangeiro considerado indesejável e propagado de ideias antinacionalistas.

A alteração dos fluxos imigratórios dos povos de origem germânica ao Brasil constitui-se de uma relação com os acontecimentos de relevância nacional na Alemanha durante os séculos XIX e XX. O processo de unificação alemã, que inicia na primeira metade do século XIX e se consolida em 1871. O povo alemão presenciou, neste período, a crescente industrialização do seu país, e com isso a formação de uma classe operária atuante politicamente. Desta forma, os surgimentos do Partido Social Democrata (1875), do Partido Comunista Alemão (1919), do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (1920) certamente estiveram ligados a este contexto. Acompanhando isto, a Alemanha assistiu ao surgimento da República de Weimar, entre 1919 e 1933, o levante do

⁶⁵ IBGE, Recenseamento. 1920. v.IV p. 317. IBGE, Recenseamento. 1940. v. II, p. 14.

⁶⁶ Em fontes particulares encontramos números bem superiores, como no estudo feito por WAIBEL, em 1950, publicado na revista *Geographical Review*, onde as estimativas são de 845 mil pessoas de origem alemã no sul do Brasil. Estes dados também foram usados por DALBEY, R., *The German Private Schoolsof Southern Brazil during the Vargas Years, 1930-1945*, da Universidade de Indiana, onde aponta-se para números semelhantes.

Nazismo sob o comando de Adolf Hitler como chanceler do III Reich, e a política racista e expansionista do Estado Alemão.

Mesmo em face do número reduzido de imigrantes alemães no Brasil durante o século XIX, não podemos deixar de citar que este povo representava uma mudança cultural e política nos locais em que se fixaram. Oriundos das Revoluções Liberais europeias, o perfil dos europeus que, de forma geral, que se estabeleceram no Brasil era de descontentamento com a ordem vigente. Não raro, encontramos fontes indicando que imigrantes alemães comumente se envolviam em revoltas contra as péssimas condições dos trabalhadores estrangeiros em fazendas brasileiras.⁶⁷

O espaço de tempo entre 1918 e 1933, que se localiza o fim da I Guerra Mundial e a ascensão de Adolf Hitler como chanceler alemão, requer uma atenção maior para compreendermos as tensões políticas e a repressão do Brasil e da Alemanha. Ao analisarmos as variações dos fluxos imigratórios percebemos que, em grande parte, estão ligados a tensões políticas e sociais, levando o povo alemão a buscar outros lugares para se estabelecer. Dos milhares de imigrantes que saíram da Alemanha neste período, grande parte deles veio para o Brasil. Os conflitos contra França e Inglaterra na I Guerra Mundial entre 1914 a 1918 pôs fim ao Império alemão, dando lugar à República de Weimar, onde a inflação, seguida da miséria social, tomou conta daquele país.

Esta situação gerou uma onda de descontentamento popular, criando um ambiente propício para o surgimento de ideologias nacionalistas, como o Partido Nazista. Em 1920 era criado o Partido dos Trabalhadores Alemães (*Deutsche Arbeiterpartei*). Na sequência, o partido mudou o seu nome, integrando o termo Nacional-socialista, a fim de atrair difundir com mais clareza a sua proposta. Desta forma, o nome do partido ficou: Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei - NSDAP*), originando o termo *nazista*.

⁶⁷A exemplo disso podemos citar o trabalho do professor Marcos Justo TramontiniA escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX), que trata sobre a efetiva participação dos colonos alemães nos assuntos políticos, como a questão do mandonismo das oligarquias locais.

Em meio às crises enfrentadas pela República de Weimar na Alemanha, o número de imigrantes deste país para o Brasil aumentou. Entre os anos de 1920 e 1929 foram mais de 75 mil pessoas que cruzaram o oceano para o Brasil, vindos de uma Alemanha humilhada, pobre e com tensões políticas, típicas do mundo ocidental da década de 1920, por conta da crise do capitalismo.

A crise do capitalismo em 1929 acelerou o processo de emigração em todo o mundo ocidental, elevando as taxas de desemprego e arrastando a maioria dos países à depressão econômica. Segundo Eric Hobsbawn⁶⁸, a crise do capitalismo e do liberalismo ocidental contribuiu para que ideologias antisemitas obtivessem sucesso na Alemanha garantindo o poder do NSDAP. Em 30 de janeiro de 1933 Hindenburg nomeou Adolf Hitler, líder do NSDAP, chanceler. Rapidamente nomeou ministros para o seu governo, iniciando a sua política repressiva contra socialdemocratas, comunistas, judeus, ciganos, e todos aqueles que os nazistas consideravam indesejáveis para o desenvolvimento do povo germânico.

O historiador paranaense Ruy Wachowicz (1995, p.152) distribuiu as principais correntes de imigração no Paraná de forma a destacar as principais, como ilustra a tabela abaixo:

Tabela 2 – Distribuição de imigrantes no Paraná até 1945.

Nacionalidade	Quantidade	Porcentagem
Ucranianos	22.000	17.18%
Alemães	20.000	15.62%
Japoneses	15.000	11.74%
Italianos	14.000	10.93%
Poloneses	57.000	44.53%

⁶⁸ HOBBSAWN, E. *Era dos extremos: o breve século XX 1914 -1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Total	128.000	100.0%
--------------	---------	--------

Fonte: WACHOWICZ, Rui Christovan. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1995.

Neste período de efervescência política, havia uma crescente industrialização e urbanização no país. Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório, iniciando profundas mudanças que podem ser verificadas até o fim do seu mandato, em 1945. A região sul, por sua vez, experimentava as discussões políticas que ecoavam dos centros industriais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Na medida em que a repressão contra comunistas e judeus aumentavam, as noções ideológicas destes elementos também se faziam presentes na esfera pública de cidades menores, como Porto União, em Santa Catarina, e União da Vitória, no Paraná, tema que retomaremos adiante.

No ano de 1934 Hindenburg faleceu na Alemanha. Com isso, Hitler assumiu o posto de líder máximo naquele país, com o título de Führer. Com eficiente política econômica adotada, conseguiu diminuir em grande parte o desemprego, elevou o crescimento alemão, e pode assim, eliminar sua oposição, tanto por persuasão da propaganda, quanto das práticas autoritárias adotadas. Com a adoção desta política racial pelo Terceiro Reich, parte destes alemães, tidos como indesejáveis, emigraram para a América, em especial para o Brasil.

O desenrolar da década de 1930 a ideologia nazista fora expandida em forma de políticas raciais que contava com práticas efetivas de segregação, em especial aos judeus. Com a lei de Nuremberg de 1935, Hitler estabeleceu os critérios de pureza da raça, que em prática significou a suspensão dos direitos de cidadãos para os judeus, inclusive os levou a expulsão do território alemão.

Em todas as áreas do Brasil onde a imigração alemã se fez presente os seus costumes foram alterados. Estas mudanças variam de acordo como o lugar e condições em que viviam. As alterações estão relacionadas principalmente com a substituição das rotinas e da cultura material e tecnológica que as comunidades germânicas estiveram submetidas nas colônias. Willems afirma que as condições sociais da família e da vizinhança foram mais determinantes do que o país de

origem para as transformações que este povo sofreu.⁶⁹ Diante disto, a proposta do Estado Novo era a de atropelar o desenvolvimento natural do processo de assimilação, acelerando o mesmo, através de medidas nacionalistas, determinando tempo para que os estrangeiros se adequassem ao modelo imposto. Desta forma, a coerção através das leis e da atuação da polícia tornaram-se instrumentos de imposição aos alemães e seus descendentes no Brasil.

Na medida em que o avanço alemão chegava a territórios poloneses, franceses, tchecos, etc, a composição do fluxo imigratório para o Brasil aumentava, alterando o perfil das próprias colônias aqui estabelecidas. Neste sentido, o Governo Vargas, tendo em comum com a Alemanha nazista o anticomunismo e o anti-semitismo, afunilou o seu aparato repressivo contra as etnias estrangeiras que partilhavam destas ideologias. Em locais do interior brasileiro, como no caso das cidades “Gêmeas do Iguaçu”, União da Vitória/PR, e Porto União/SC, estas perseguições passaram a ser genéricas, ou seja, sem distinção entre o que é comunista e imigrante, quase sendo identificado um ao outro de forma imediata. Isto se fazia através da construção de uma esfera pública condicionada pelo jornal *O Comércio*, único periódico local, o qual divulgava intensamente propagandas anticomunistas e anti - estrangeiras.

⁶⁹WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980. p. 415.

2 A OCUPAÇÃO DO VALE DO IGUAÇU: COTIDIANO E FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DURANTE OS ANOS 30.

Desmembrando-se do Município de Guarapuava, a freguesia de União da Vitória foi elevada a condição de município pelo decreto nº55, no dia 27 de março de 1890, quando passou a se chamar Porto União da Vitória.

A região do Vale do Iguaçu começou a ser explorada pelos portugueses ainda no século XVIII, quando era povoada por nativos das etnias caingangue e botocudos. Em 1842, Pedro Siqueira Côrtes seguiu da localidade de Porto Vitória para encontrar uma passagem, o vau, para a travessia do Rio Iguaçu. Algumas léguas para cima encontrou um ponto onde levaria depois o nome de Porto da União. O resultado disto foi a continuação da abertura da estrada de Palmas, que ligaria Nossa Senhora das Vitórias a Palmas. Deste caminho resultou a formação de vilas e agrupamentos, que mais tarde originariam cidades. Alvir Riesemberg escreveu um livro sobre a ocupação da região do vale do Iguaçu, intitulado “A instalação humana no Vale do Iguaçu”, onde afirma que:

O rio, entretanto, não foi abandonado. Entre Porto da União e Caicanga (Porto Amazonas) estabeleceu-se um serviço de navegação por canoas, que fazia suplementarmente o transporte de gêneros de que necessitavam os fazendeiros. Tão promissora era mesmo aquela via de comunicação que, em 1866, por determinação do Dr. André de Pádua Fleury, presidente da província do Paraná, os engenheiros Francisco e José Keller iniciaram a exploração do rio, visando à navegação a vapor.⁷⁰

Com tal intento, as primeiras avaliações geológicas e pluviométricas começaram a ser feitas na região. Somente em 1882, Amazonas de Araujo Marcondes trouxe o primeiro barco a vapor, o “Cruzeiro”. Outros barcos de maiores portes, como o “Paraná”, o “Vitória” e o “Palmas” deram continuidade ao estreitamento das comunicações entre as vilas que beiravam o rio Iguaçu. Surgiram desta forma, outras comunidades, como é o caso de São Mateus, “em torno de pequeno núcleo de povoamento constituído de nacionais e alemães”⁷¹

Na medida em que os afluentes do Rio Iguaçu tornaram-se rotas de mercados da região, o seu interior foi sendo ocupado pelos colonos. Municípios

⁷⁰RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no Vale do Iguaçu*. União da Vitória. 1973.p. 41.

⁷¹ Idem, p. 93.

como Mallet e Rio Azul surgiram após o avanço das populações de Campo Largo e Palmeira através do transporte de mercadorias pelo Rio Claro.

A Colônia de General Carneiro, a 36 quilômetros de União da Vitória, formou-se como centro dos trabalhos da construção da estrada de Palmas. Os militares empreendidos na construção da estrada serviram como o sustentáculo econômico regional. Logo em seguida, a facilidade na comunicação com União da Vitória consolidou a estrutura econômica.

Aos arredores de União da Vitória, núcleos coloniais foram sendo fixados, sempre com uma relação de interdependência comercial e cultural, pois o transporte de produtos como a erva-mate, implicou não somente em trocas econômicas, mas também na consolidação de aspectos culturais característicos da região. Em 1907 localidades como “Coronel Amazonas” e “Vitória” deram origem aos atuais municípios de Porto Vitória e Colônia Amazonas, ambos povoados, em grande parte, por imigrantes alemães.

Entre 1909 e 1910 foram fundados os núcleos coloniais de Vera Guarani e Cruz Machado. O primeiro foi estabelecido entre o Rio Iguaçu e a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, a poucos quilômetros da estação ferroviária de Paulo Frontim, onde a imigração austríaca e polonesa foi intensa. Cruz Machado foi fundado em 19 de dezembro de 1910, como núcleo do município de União da Vitória. Em 1933, Cleto da Silva escreveu que “Cruz Machado, hoje Distrito Judiciário de União da Vitória, é o núcleo que mais produz no município”⁷². Em 1918, Cruz Machado passou ao posto de distrito judiciário de União da Vitória, pela lei estadual nº 1735. Em 14 de novembro de 1951, pela lei nº 790, tornou-se município.

O desenvolvimento econômico e social foi determinando as divisões administrativas do vale. Podemos afirmar que foi esta divisão inicial que prevaleceu sobre a composição social da região. As características locais são determinadas pela presença maciça do elemento estrangeiro, que trouxe seu modo de produzir, de se relacionar, ou seja, a sua visão de mundo. Dados do censo de 1920 nos mostram

⁷²SILVA, Cleto da. *Apontamentos Históricas de União da Vitória: 1768 – 1933*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.p. 115.

a grande quantidade de estrangeiros que se encontravam na região do Vale do Iguaçu.

Tabela 3 – Distribuição de imigrantes na região do Vale do Iguaçu em 1920.

Localidade	Brasileiros	Estrangeiros
Palmeira	18225 (95%)	826 (5%)
Palmira	2133 (88%)	290 (12%)
São Mateus	11483 (80%)	2752 (20%)
São Pedro de Mallet	9227 (64%)	5067 (36%)
União da Vitória	7879 (74%)	2649 (26%)
Palmas	9762 (95%)	508 (5%)
Marumbi (Rio Azul)	3523 (89%)	423 (11%)

Fonte: RIESENBERG, A. **A instalação humana no Vale do Iguaçu**. União da Vitória. 1973. P. 116.

Além do número significativo de estrangeiros, outro fator preponderante para uma análise das relações étnicas de União da Vitória e região está no fato de que estas colônias eram em sua maioria sequenciadas etnicamente, com breves interrupções, o que favorecia a conservação das suas características culturais nacionais. Em Cruz Machado, por exemplo, o caso é mais evidente, pois aquela localidade representava um grande vazio demográfico antes de sua ocupação por estrangeiros. Todavia, o processo de aculturação de todo o vale foi ocorrendo de forma padronizada. A década de 1930 é um marco para tal evento, uma vez que além da convivência com o elemento nacional, também havia a pressão exercida pelo governo federal.

No que diz respeito a organização econômica, os colonos se organizavam a partir de pequenas propriedades rurais, prevalecendo o cultivo de milho, feijão e mandioca, base para as relações econômicas da região. O fato de viverem em pequenas propriedades gerou uma aproximação maior entre o colono e a terra, contribuindo para a sua fixação no meio rural.



Figura 2: Ferrovias do Paraná⁷³

Pela lei 744, de 11 de março de 1908, foi criada a Comarca de União da Vitória. Dois anos depois começaram a chegar à região os primeiros operários para serem empregados nas empresas *Southern Lumber Colonization Company* e na *Brazil Railway Company*, ambas norte-americanas. A primeira tratava-se de uma madeireira, com sede em Três Barras/SC, cujo objetivo era extrair madeiras de lei das florestas nativas da região para fins de exportação. A segunda, pertencente ao mesmo grupo de investidores, tinha por fim construir a estrada de ferro que ligaria o Rio Grande do Sul a São Paulo. Com isso, União da Vitória e região receberam mais de oito mil operários para serem empregados na construção da linha férrea. Na medida em que as pequenas madeireiras começaram a perder seu poder de competitividade, e os pequenos proprietários iam perdendo as suas terras para a

⁷³O mapa acima ilustra as vias férreas que foram construídas no Paraná no início do século XX. Destacamos a ferrovia entre Rio Grande do Sul e São Paulo, tornando-se relevantes para o desenvolvimento econômico da região de União da Vitória e Porto União.

formação de latifúndios, a pauperização da população aumentava de forma vertiginosa.

Tais fatores se agravaram quando os operários da construção da estrada de ferro começaram a perder seus empregos. O resultado foi a aglutinação da indignação destas pessoas junto ao dos posseiros, que haviam perdido o seu direito à terra desde a implantação das empresas transnacionais, motivando os conflitos que levaram à Guerra do Contestado, que durou de 1912 e 1916. O fim da guerra marcou a determinação dos limites entre Paraná e Santa Catarina, em 20 de outubro de 1916. Desta forma, pela lei nº 1146 de 06 de março de 1917, Porto União foi elevado a município de Santa Catarina, sendo separado de União da Vitória pelos trilhos da estrada de ferro.



Figura 2: Vista parcial de Porto União/SC e União da Vitória/PR

A foto acima data de 1938. Ao fundo está localizada a estação férrea de Porto União/SC e mais ao fundo a estação de União da Vitória/PR. Em primeiro plano encontram-se as fundações da construção da nova estação, e à direita a praça Hercílio Luz.

A separação das cidades de União da Vitória e Porto União não foi sentida na prática de forma imediata. Ou seja, esta delimitação de fronteiras representou, durante as décadas de 1930 e 1940 muito mais uma divisão estritamente política do que alterações no rumo da economia da região. Ambas as cidades se desenvolveram de forma simétrica, utilizando-se da economia da exploração de madeiras da região.



Figura 4: Getúlio Vargas em visita à Porto União da Vitória - 1930

Em vários artigos, fotos e materiais que contém a identificação das cidades durante as décadas que se seguiram da sua divisão constam o nome “Porto União da Vitória”. Com relação à política, a divisão gerou a formação de dependência de duas capitais: Curitiba e Florianópolis. Durante a estruturação do DOPS no governo Vargas, as Delegacias regionais das duas cidades procuraram trabalhar em conjunto, trocando informações do seu interesse continuamente. Não raro, ao analisarmos os arquivos do DOPS/PR, encontramos informações da Delegacia de Porto União/SC.

2.1 A imprensa e o espaço público: concepções sobre os estrangeiros

Na região do Vale do Iguaçu ocorreu a tentativa desconstrução do discurso legitimador que visava a exclusão do elemento estrangeiro no cotidiano dos espaços públicos. Como principal fonte de informação, a população de União da Vitória e região dispunham de um periódico, fundado em 11 de junho de 1931. O jornal *O Comércio* era publicado semanalmente, tendo como redator e fundador o jornalista Hermínio Millis, mantendo fortes influências na política regional. A sede do jornal encontrava-se em Porto União/SC, à Rua 7 de setembro, número 05.

O enfrentamento de um projeto com vistas a elucidar questões referentes ao trabalho da imprensa exige alguns cuidados especiais. Definições como a qualidade da impressão, as imagens, o tipo do papel, a organização, os proprietários, os anunciantes devem ser relativizados de forma profunda e inicial. O periódico estudado precisa ser entendido como fonte e objeto de pesquisa, portanto, uma série de questões teórico-metodológicas devem ser levadas em consideração. Para Tania Regina de Luca⁷⁴

Assim, os conteúdos de jornais e revistas não pode ser dissociado das condições materiais e/ou técnicas que presidiram o seu lançamento, os objetivos propostos, o público a que se destinava e as relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para compreender outras como formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa/página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela publicidade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, formas de utilização, e padrões estéticos.

Além disso, outros fatores como colaboradores mais assíduos também devem ser observados com mais atenção, visto que com isto é possível entender o direcionamento ideológico que os jornais e revistas seguem. Os relacionamentos sociais de quem frequenta a redação é parte integrante do processo de compreensão da linha editorial, é preciso que o historiador encare este espaço como

⁷⁴ DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.p. 118.

passo importante para a elucidação geral do direcionamento político/ideológico dos editores.

No caso do jornal *O Comércio*, a qualidade de sua impressão, onde consta que durante as décadas de 1930 e 1940 tinha gráfica própria, indica que se tratava de um jornal de ótimas condições, que nada devia em comparação aos jornais da capital do mesmo período. Importa-nos observar que o jornal existe até hoje, e, acompanhando o desenvolvimento da região, perdeu a sua importância na mesma medida em que a região de Porto União da Vitória foi sendo ultrapassada por outras cidades do Paraná e Santa Catarina. Suas propagandas publicitárias estavam ligadas basicamente as empresas de referência nacional, como Casas Pernambucanas, Laboratórios Bayer; e ainda profissionais liberais da região do vale. A circulação do jornal abrangia as cidades de União da Vitória, Porto União e localidades vizinhas, e era o único a circular durante a década de 1930.

As edições a que tivemos acesso encontram-se em poder dos proprietários atuais do grupo de comunicação, que além do jornal, inclui uma rádio. Nosso interesse está entre os anos de 1930 e 1945, desta forma, consultamos desde a fundação, 1931, até 1945. No entanto, por motivos que os proprietários não sabem explicar, as edições dos anos 1942, 1943, 1944, e boa parte de 1945 não dispõem de cópias na redação, localizada atualmente em União da Vitória/PR.

Do que apuramos de forma geral, o grupo de comunicação mantinha estreita relações com o governo varguista, uma vez que além de publicações oficiais estarem presentes no jornal, os redatores e os colaboradores teciam elogios à figura e à forma de governo de Getúlio Vargas. Os artigos em destaque eram sempre aqueles que mencionavam o presidente e os feitos do seu governo. Isso pode ser notado na edição de 15 de agosto de 1935, quando o jornal demonstra indignação contra cidadãos de Porto União e União da Vitória que não respeitam o silêncio no horário em que as rádios apresentam o programa oficial do governo federal chamado de “Hora do Brasil”. Em texto com o título de *A “Hora do Brasil” e os idiotas que a perturbam*, o autor atenta ao fato de que o programa divulgado pelo governo federal intenciona “que se ensinem aos tais a maneira de serem brasileiros”:

Serviço de notável valor para o Brasil, e para os que se interessam pelas coisas deste, o Departamento de Propaganda cumpre a sua alta e patriótica finalidade, já se ocupando dos nossos maiores valores intelectuais e artísticos. Não compreendem isso, porém, certos indivíduos, cá de Porto União, que, insensíveis a tudo que possa interessar à Nação, não se furtam a brutalidade de inventar meios e modos, para que seja prejudicada aqui a recepção da “Hora do Brasil”, com ruídos infernais de motores, ventiladores, etc, ligados, estúpida e criminosamente, à noite.⁷⁵

Em consonância com a política nacionalista de repressão, os vários departamentos de Estado mantinham relativa parceria ao aplicar medidas objetivas no que diz respeito ao cuidado com a divulgação das ideologias do governo. Isso significa que enquanto os departamentos de censura e de divulgação da propaganda oficial funcionavam para manter o cidadão focalizado na política nacional, os departamentos de polícia atuavam na coerção aos que atrapalhavam a organização e a ordem social. Efetivamente, as denúncias tinham total respaldo das autoridades, pois a lei, como vimos anteriormente, respaldava as ações autoritárias. Com base nisso é que o referido artigo do jornal segue pedindo que as autoridades tomem providências:

Por tal razão, pedimos a atenção dos srs. Prefeito Helmuth Muller e Capitão Antonio de Lara Ribas, para que cesse de vez, o abuso em apreço, consoante os dispositivos da lei que regula a matéria. Apelamos para essas duas zelosas autoridades não só porque, segundo os dizeres do ofício que abaixo transcrevemos, compete à elas revolver o caso questionado, mas, ainda, porque estamos no propósito de solucionar o assunto por meios legais.⁷⁶

Os artigos em que se tratam as questões nacionalistas, envolvendo denúncias de estrangeiros que não se acostumavam com a cultura brasileira ganhavam destaque, quase sempre sendo publicados nas primeiras páginas do jornal. De forma incisiva, as opiniões formadas nas páginas do jornal tinham a clara intenção de fortalecer a autoridade do Estado. Figuras, como os comunistas, que genericamente passaram a ser tratados de “estrangeiros”, ou qualquer pessoa que por algum motivo não concordasse com a ordem vigente, passaram a ser tratados

⁷⁵ *O Comércio*. 15 de agosto de 1935.

⁷⁶ *Idem*.

como elementos que atrapalhavam o desenvolvimento da nação como um todo, por isso amplamente perseguido. Neste sentido, os jornais e as propagandas tinham, além de tudo, também função pedagógica. Não raro afirmações sobre as ditas ideologias estrangeiras passaram a ser publicadas no jornal.

Na edição de 17 de janeiro de 1935 o jornal *O Comércio*, de Porto União, Santa Catarina, iniciou uma série de publicações intituladas “Conferência sobre o Comunismo”. Os textos, creditados a Moacir Gaia, colaborador esporádico do citado periódico, foram escritos sem coerência ou cuidado com a citação de fontes. Representam um bombardeio ao comunismo e as ditas “ideologias estrangeiras”. Vejamos alguns trechos:

O comunismo e a instrução pública: No final do império havia começado um plano de alfabetização estupendo e magnífico. Devia ir de 1909 a 1922, e consistia em aumentar a cada ano as verbas para a instrução pública. Assim, em 1909 houve um acréscimo de 15.000.000 de rublos, em 1913 o aumento foi de 400.000.000 de rublos. O resultado foi colossal e inesperado. Em nenhum país do mundo se deu um progresso tão rápido. A luz fumegante do saber começou a penetrar no espírito do acanhado povo russo. Mas para a infelicidade dele, veio o comunismo, que qual avalanche, tudo destruiu.⁷⁷

Mais adiante, o autor se dedica a explicar como a educação comunista se preocupava em doutrinar e desviar as pessoas dos bons costumes:

Os filhos são propriedade do Estado. Os professores tem o encargo de inculcar nas crianças a não existência de Deus, e instruí-las desde cedo sobre as funções sexuais. Pasmai ante os belos e grandiosos resultados que produz o comunismo na juventude: tira das crianças todo o amor e todo o respeito aos pais; cria cidadãos imorais, ateus, sem crenças e sem fé; transforma os jovens em feras e as moças em prostitutas.⁷⁸

Importa-nos afirmar que o referido jornal era o único em circulação em toda a região do Vale do Iguaçu durante a década de 1930. Sendo assim, as suas posições ideológicas acabavam virando a grande fonte de informação e de geração de

⁷⁷ *O Comércio*. Porto União, 17 de janeiro de 1935, p. 01

⁷⁸ *Idem*.

discussão dentro do espaço público nas cidades de União da Vitória e Porto União. Concepções sobre a família, a política, e a formação de visões de mundo encontravam-se totalmente permeadas pelo nacionalismo do Governo Vargas. Ainda no texto de Moacir Gaia, encontramos alguns destes nuances:

A família no comunismo: Pai, mãe e filho já não se pertencem. Tudo é do Estado. Entre os bárbaros, pai e mãe deveriam amar os filhos, na Rússia não. Ela caiu, portanto, mais baixo que os selvagens de outrora. O amor materno, segundo eles, é um sentimento próprio só dos animais irracionais. Para conseguir os direitos conjugais, basta o homem e a mulher viverem três dias juntos.(...) Devassos, libertinos, libidinosos, crápulas, ide, correi para a Rússia, que lá está o vosso paraíso!

Os fatos geradores destas opiniões podem ser entendidos no contexto de formação do nacionalismo durante o período varguista. O comunista é apontado como um entrave para esta formação do Estado nacional brasileiro.⁷⁹

Nos anos de 1934 a 1937 as prisões, torturas, perseguições e extradições aconteceram com mais intensidade. Luis Carlos Prestes, presidente da ANL (Aliança Nacional Libertadora), divulgou seu manifesto em julho de 1935 fazendo alusão ao tenentismo da década de 1920, afirmando a necessidade do combate para o povo se estabelecer no poder. A resposta do governo foi imediata e violenta. A sede da ANL foi destruída e os seus núcleos regionais invadidos pela polícia.

Logo após os militantes comunistas formularem uma revolução contra a política autoritária, o Estado divulgou a Lei de Segurança Nacional, sistematizando a repressão anticomunista. O chefe de polícia federal, Filinto Müller, empreendeu repressão intensa ao receber plenos poderes de ação concedidos pelo poder Executivo. Antissemita declarado, Filinto atuou no problema da entrada de judeus no país, pois estes estavam sempre associados ao comunismo.⁸⁰

⁷⁹CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

⁸⁰MORAIS, F. *Olga: a vida de Olga Benário Prestes, judia, comunista, entregue a Hitler pelo governo Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

O modelo de vigilância adotado pela Polícia Política para controlar as ações dos imigrantes do Eixo durante a II Guerra Mundial já havia sido usado com o intuito de vigiar os militantes comunistas. A partir de 1935 o governo brasileiro passou a exigir salvo-conduto para todos que pretendessem viajar, as rádios difusoras passaram a ser monitoradas e várias licenças para operação de rádios foram caçadas.

Nos jornais, como vimos na publicação citada acima, os discursos em combate ao comunismo ganhou cada vez mais força. A “lógica da desconfiança” foi crucial para o desenvolvimento das políticas repressivas, uma vez que, neste contexto, o conjunto das polícias brasileiras trabalhava sempre com a ideia de que o estrangeiro e os seus descendentes representavam um criminoso em potencial. Assim, a justificativa para a estruturação da perseguição através das investigações policiais era garantida.

Como o Estado mantinha um controle sobre a mídia através do DIP, as publicações eram censuradas caso não atendessem ao modelo nacionalista proposto pelo governo. As campanhas cívicas com a meta de transferir a todos a ideia de se construir um país novo delegavam a toda população a tarefa de denunciar os atos comunistas.

Os estrangeiros e seus descendentes passaram a serem taxados diretamente como perigosos à segurança nacional, uma vez que sua raça e ideologia representavam um problema contra a ordem. Acompanhando esta premissa, o Estado objetivou o afastamento destes elementos das hordas de poder e do contexto político e social do país.

Com a instalação do Estado Novo em 1937, as práticas repressivas ganham um aperfeiçoamento intenso, uma vez que qualquer possibilidade de redemocratização ficou totalmente desacreditada desde então. Os atributos principais deste regime eram a centralização política, autoritarismo e livre de organizações partidárias. O xenofobismo nacionalista e a intolerância fundamentaram as teorias inspiradas na eugenia. Segundo Tucci Carneiro, no Brasil a política de imigração ganhou os sentidos raciais, político e econômico. Desta forma, grupos como alemães, austríacos e poloneses se viram em meio ao chamado “grupo de risco à segurança nacional”. Principalmente nas regiões sul e sudeste,

após 1938, a Polícia Política passou a direcionar a sua estrutura bem equipada e articulada com vistas à vigilância intensiva contra as etnias estrangeiras.

Em consonância com o projeto nacionalista, a imprensa regional de União da Vitória e Porto União intensificou a ideia de formar uma opinião pública baseada na exclusão do elemento estrangeiro. Na edição de 15 de maio de 1935, o jornal *O Comércio* iniciou uma série de matérias referentes a escola localizada na “Comunidade do Quilômetro 15”, na localidade de Valões. Segundo as denúncias encaminhadas pelo veículo de comunicação, os moradores locais exigiam que os professores falassem em “língua polaca”. No discurso, se observa a intenção de acusar a referida comunidade de praticar atos contra o nacionalismo, tão defendido pela elite política nacional.

É o cumulo dos atrevimentos o que se acaba de verificar no “Kilômetro 15” (...) E para que tal fato não se vá repetindo em terras, onde seus habitantes devem, não por favor, e, sim por obrigação, falar a nossa língua, e ser brasileiros, já nos costumes, já na obediência às leis e aos homens encarregados de fazer que estas sejam cumpridas, para que tal fato não se vá repetindo, deixamos aqui o nosso solene protesto ao ato dos colonos do “Kilômetro 15”, e esperamos que o inspetor escolar, tome as providências que o caso exige.⁸¹

A discussão a cerca do tema permeou as páginas do referido jornal durante várias edições. Em resposta ao artigo publicado na edição de 15 de maio, o leitor e professor da escola envolvida no caso, Sr. Vladislau Stabrowski exigiu retificação. Atendido pela equipe do jornal, a nota do professor intenciona a defesa da comunidade e alerta pela preocupação com a liberdade de se comunicar na língua em que desejam os colonos. “é necessário ministrar os ensinamentos no idioma em que aqueles melhor exprimam seus sentimentos, vindos do berço progenitor”. Em resposta, o editor afirma: “os professores são obrigados a fazer com que os alunos, a par da fala, aprendam a amar uma só e única pátria, a brasileira terra!”⁸²

A posição adotada pelo governo brasileiro desde a Revolução de 1930 era a de incutir na sociedade a necessidade de unir o povo em um único ideal de nação. Nos primeiros anos, os estrangeiros gozaram de relativa tranquilidade,

⁸¹ O Comércio. Porto União, 15 de maio de 1935.

⁸² Idem.

principalmente em regiões do interior do país, onde o número de imigrantes concentrados em um mesmo lugar era maior. Os diversos departamentos reguladores do governo, seja o DIP ou os órgãos de segurança pública, estavam interligados no projeto nacionalista. Nas páginas dos jornais da década de 1930, não raramente encontramos estes aspectos de forma direta. No caso de Porto União e União da Vitória percebemos que esta conduta era corriqueira. No desenrolar do caso da escola do “Kilômetro 15”, prevaleceu a ótica nacionalista autoritária encabeçada pelo governo. “Ainda sobre este caso, José Pedrosa, colaborador do “*O Comércio*”, estampou na edição de 20 de maio de 1935 a seguinte frase: “A Nação brasileira é dos seus filhos, como a Polônia é dos poloneses”. Na sequência, segue-se mais um artigo criticando as atitudes dos habitantes da colônia polonesa por “afrontar as leis brasileiras”, uma vez que o país lhes recebeu de “braços abertos”, os estrangeiros deveriam esquecer as suas origens e firmar raízes culturais compatíveis com o Brasil. Comunidades de alemães, austríacos e italianos também são acusadas por pretenderem fazer igual: praticar a língua de origem no cotidiano de suas atividades.

Para solucionar o caso, a presença do Estado foi enfática. Por meio de uma portaria assinada por Elpídio Barbosa, inspetor escolar, ficava determinado: “1) Escrituração da casa, terreno e mobiliário escolar ao Estado; 2) Aceitação incondicional do professor nomeado.”⁸³ De tal forma, o caso foi considerado encerrado, uma vez que, desta maneira, o projeto educacional nas localidades de União da Vitória e Porto União seriam efetivamente monitorados pelo Estado. Entendemos assim, que o processo de legitimação da ação coercitiva do governo trabalhava em conjunto com a formação da opinião pública, através dos meios de comunicação. Na maneira com que foi tratado o problema do ensino em língua estrangeira, estão presentes a intenção de fomentar repulsa aos imigrantes, pois estes representavam um entrave para a formação da brasilidade entre o povo da região.

As escolas, as comunidades e os centros culturais de forma geral, tornaram-se alvo de investigação intensa das autoridades, embora sempre contanto com o

⁸³ Idem.

auxílio da sociedade civil que se via no papel de contribuir com as informações necessárias.

A desativação dos sistemas educacionais implantados pelas comunidades alemãs, polonesas e italianas radicadas no Brasil, a proibição do uso da língua de origem e a prisão daqueles que foram identificados como judeus/comunistas, simbolizou o suicídio simbólico de várias etnias que, por si só, criaram alternativas de resistência.⁸⁴

Neste processo de perseguição, a própria noção do “ser estrangeiro” foi modificada pelos atores sociais que partilhavam desta condição. Com o passar do tempo, alguns membros destas comunidades estrangeiras foram inculcando a ideia de nacionalizar os seus costumes.

O ambiente de desconfiança, pressão e medo pelo qual os imigrantes passaram a conviver transformavam significativamente o cotidiano destas pessoas. Os alemães, antes considerados “imigrantes desejados”, foram se transformando em estrangeiros indesejáveis. A discussão sobre a construção do tipo ideal de nacionalismo que o Brasil deveria fazer emergir levava a supressão dos costumes corriqueiros das etnias estrangeiras. Neste caso, vários grupos passaram mudar as suas práticas para satisfazer os interesses políticos do país. Escolas, que viraram alvo de investigações, tiveram o seu conteúdo e sua linguagem censurados pelo Estado, por este motivo o Colégio, que levava o nome de Teuto –Brasileiro⁸⁵ de Porto União virou alvo do Estado autoritário e teve de encerrar as suas atividades.

Em 1887 a comunidade alemã de Porto União/SC implantou o Colégio Teuto-Brasileiro (*Deutsche Schule*), cujo objetivo era a alfabetização dos filhos de imigrantes alemães. Em torno da Igreja Evangélica Luterana foi edificado um primeiro colégio construído a base de madeira. Com o apoio de voluntários e do próprio cônsul alemão, a escola ganhou novas instalações em 1930, agora em alvenaria, em terreno doado pela Prefeitura de Porto União, ainda em 1901. Isto foi

⁸⁴CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

⁸⁵ Teuto-brasileiro, ou germano-brasileiro se refere aos brasileiros que tem ascendência alemã, podendo ser fortemente ligado a cultura alemã ou não.

possível graças à insistência do Pastor Weiss através de um pedido por escrito para a embaixada alemã em Joinville.

Porto União está se tornando, mais a mais, o ponto central de uma grande colônia de origem alemã, por isso é de grande importância que a escola acompanhe o passo de desenvolvimento do lugar (...). Com conhecimento da diretoria desta escola, envia também o abaixo-assinado ao Consulado alemão, em Joinville, com o humilde pedido de interceder junto à Embaixada alemã. Porto União, 8 de setembro de 1926. (A.)⁸⁶

O pastor Weiss, mais adiante, confirma que recebeu uma “soma satisfatória para a escola”.

No escopo da ampliação do espaço físico do Colégio Teuto-brasileiro na região do Vale do Iguaçu estão as comunidades vizinhas. Localidades como Santa Cruz e Maratá, ambas em Santa Catarina, e Cruz Machado, no Paraná, passaram a enviar suas crianças e jovens para completar os seus estudos nesta instituição. No ano de 1930 foi concluída a construção das novas instalações da escola. Encontramos uma única menção sobre a nova construção nas atas do Colégio Teuto-Brasileiro do dia 3 de janeiro de 1933, onde se afirma que “foram compradas novas cortinas para a construção nova do colégio.”⁸⁷

Acompanhando a campanha de nacionalização, formatada por Vargas, o Colégio Teuto-Brasileiro encerra as suas atividades em 1938, quando muda o seu nome para Colégio Iguaçu. Desta forma, atendendo a Lei Federal n. 7614, de 12 de dezembro de 1938, proibindo as instruções primárias em línguas estrangeiras, e o Decreto n. 406/38, “Lei da Nacionalização”, o Colégio Teuto-Brasileiro de Porto União/SC passa a ser considerado caso de segurança nacional.

A persistência pela nacionalização através da obrigatoriedade do uso da língua nacional estabeleceu o fim da tolerância com ao uso de línguas estrangeiras. Esse fato gerou um agravante: na maioria dos casos, as crianças chegavam até a

⁸⁶ Pastor Weiss, 1963.

⁸⁷ Ata do dia 03 de janeiro de 1933 – Colégio Teuto-Brasileiro.

escola sem falar o português, e muitas vezes sofriam violência psicológica para se adaptar rapidamente ao idioma brasileiro.⁸⁸

A campanha de nacionalização em Porto União e região foi ganhando corpo na medida em que se acentuava a presença do projeto político-ideológico nas esferas públicas. Como vimos anteriormente, a participação da imprensa foi crucial para o acirramento deste processo. No dia 19 de julho de 1934, o jornal *O Comércio* publicou em sua capa um artigo intitulado “Assim é que se nacionaliza!”. Eis alguns trechos reproduzidos:

Todos nós brasileiros e catarinenses sentimos tristeza ante o espetáculo irritante que se observa na zona abrangida pelos municípios que formam a antiga e importante comuna de Blumenau. Devido a ausência de amor, e conhecimento e de respeito à nossa língua, às nossas tradições, ao nosso torrão enfim, quem caminha em terras daquela zona, tem a impressão de não estar pisando em terras brasileiras. E por isso mesmo, atribui-se ao nosso grande Luiz Pinto a frase: “quando passo em Blumenau, sinto falta do Brasil.”(...) Dividido, o município de Blumenau, e criada a comunidade de Indaial, pelo eminente interventor coronel Aristiliano Ramos, com propósito de nacionalizar, foi escolhido pelo Egregio Superior Tribunal de Justiça do Estado, para primeiro magistrado da nova comarca, o juiz Alves Pedrosa.(...) Ultimamente o juiz baixou uma portaria proibindo o terminantemente o uso de línguas estrangeiras em todos os cartórios da comarca de Indaial, estabelecendo que na hora de expediente e em objeto de serviço, os funcionários entre si e com as e com as partes somente se expressem em língua portuguesa.(...) houve quem tentasse desrespeitar, sendo porém imediatamente preso pelo próprio juiz. O Juiz Alves Pedrosa aqui exerceu a Promotoria Pública por quase dois anos. (...) Ainda resta na memória de toda a gente deste município a correção e a energia com que S. Ex. se conduziu a frente de nossa comarca. (...) Ele não se intimidará no cumprimento do dever e na continuação de obra tão brasileira, tão patriótica como seja a nacionalização daquela zona.⁸⁹

Sem assinatura no artigo, a forma impessoal com que a mídia procurava interagir com o público, representa a busca pela criação do imaginário de que aquela opinião expressa no texto era a opinião da coletividade. Neste aspecto, o objetivo se centrava em fazer crer que a ordem vinha sempre de cima. Para fundamentar a sua

⁸⁸RENK, Valquíria. *Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná*. Tese de doutorado em educação, área de concentração em História da Educação, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

⁸⁹O Comércio, 19 de julho de 1934, p. 1.

argumentação, o jornal publicou uma nota transcrevendo a Portaria imposta pelo juiz Alves Pedrosa.

O doutor Severino Nicomedes Alves Pedrosa, juiz de Direito da Comarca de Indaial, do Estado de Santa Catarina, atendendo a que nas Repartições Públicas não é permitido o uso de línguas estrangeiras, e que nesta Comarca, apesar dos repetidos avisos neste sentido, ainda continua este abuso, que representa um verdadeiro escárnio a nacionalidade brasileira.⁹⁰

Até o advento do Estado Novo, o grupo político liderado por Getúlio Vargas tecia amplos elogios para o modelo de governo adotado pelo *III Reich* na Alemanha nazista. A nacionalização era um tema extremamente debatido entre os alemães no mesmo período, e muitas de suas ideias influenciaram o modo de tratar a situação pelos brasileiros. Por isso, esse período de 1930 a 1938 é permeado por paradoxos no discurso oficial, que enquanto rasgava elogios a favor da liderança e do modelo adotado por Hitler na Alemanha, ao mesmo tempo inicia uma perseguição contra a comunidade germânica no Brasil. Isso significa que os alemães foram se transformando de cidadãos modelo de civilização organizada, para imigrantes indesejáveis. Os reflexos estão registrados no cotidiano brasileiro. Ao lado do artigo em defesa da nacionalização, a imprensa publica um discurso do Ministro do Interior do Reich, Dr. Frick, onde afirma que o governo nazista estava agindo com boas intenções em relação aos estrangeiros, inclusive os judeus.

O Ministro do Interior do Reich, Dr. Frick, diante da inquietação manifestada em certos países longínquos, a propósito dos planos do Reich na questão da raça, declarou o seguinte: A legislação nacional socialista no que à raça concerne parte de ser a conservação da pureza racial, de importância decisiva para o povo alemão. (...) Entre as raças estrangeiras, a judaica é a que maior número de representantes conta na Alemanha. A forte influencia judaica nas Altas Escolas alemãs, em cujos corpos docentes eram os judeus representados, na média, por 30%. Nas faculdades médicas de Berlim e Breslau essa porcentagem chegou a 45%. Impedir uma tal desnacionalização tornara-se para a Alemanha uma questão vital; a sua legislação racista representa assim, um ato de defesa, e não de ódio.⁹¹

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem.

O jogo múltiplo de ideologias referendadas pela opinião pública podia ser percebido de forma diferente quando observado na prática. A busca por um modelo de política nacionalista representava demonstrar e afirmar que os governos totalitários europeus estavam andando no caminho certo, e, ao mesmo tempo, inviabilizar as ações estrangeiras no Brasil.



Figura 5 - Capa do Jornal O Comércio, 19 de julho de 1934.

No dia 23 de dezembro de 1934 é posto em circulação o número 74 de *O Comércio*, em Porto União/SC. A matéria estampada na capa chamava atenção para o movimento integralista. Como René Gertz (2010) já afirmara, o integralismo andava em paralelo ao nazismo, principalmente no que se referia ao projeto nacionalista. Desta forma, muitas vezes o embasamento teórico, era emprestado do nazismo. E, de forma mais evidente, existia um ponto de consenso entre o governo Vargas, os integralistas e a Alemanha nazista. Tal ponto é o anticomunismo, por se tratar de uma ideologia internacionalista, quando os demais procuravam justamente o oposto, um nacionalismo a qualquer custo. É neste ponto de convergência que o estudante de Direito, Hirose Pimpão, membro da Seção Integralista Universitária, assinou o artigo intitulado “O integralismo salvará o Brasil!”, onde atentava pela importância de se criar bases sólidas nacionalistas dentro da comunidade de Porto União e União da Vitória.

Começo hoje desta tribuna a dizer algo dobre a doutrina Integralista, para a qual peço toda a atenção do povo consciente e trabalhador que mora em Porto União e União da Vitória. A mocidade de um país depauperado e hipotecado ocorreu toda ao apelo profético do Chefe Nacional, desde o momento em que compreendeu perfeitamente as balelas pregadas pelo Comunismo destruidor e pela Liberal-Democracia utópica. (...) Pois bem. Certo da proibidade do povo destas duas cidades, não me era necessário combater o Comunismo, por que só há comunistas nos grandes centros onde eles podem viver pelos cafés, “burguesmente”, e pregando a doutrina sem conhecê-la. Apesar de tudo isto, não me furtarei ao prazer de por a nu perante ao povo desta parte do Brasil, os absurdos marxistas, mesmo para que, se alguém impudicamente pensar em vir pregar comunismo por aqui, o povo não lhe de ouvidos e o enxote como um cão danado. Quem assim não proceder contra os inimigos da Pátria será um traidor por cumplicidade e, como diz Hitler, quem trai a Pátria não dever ser castigado pela extensão e medida dos seus atos, mas pelos sentimentos relevados.⁹²

O texto segue formulando críticas ao comunismo e a liberal-democracia, num contínuo discurso a favor da formação da brasilidade, por mais que ainda neste momento de forma contida.

⁹²*O Comércio*, 23 de dezembro de 1934.

Em detrimento das liberdades individuais de ação política dos estrangeiros no país fechava-se cada vez mais o cerco contra a comunidade alemã. Em novembro de 1933 foi nomeado como Delegado da 1ª Delegacia Regional, com sede em Porto União, o Sr. Capitão de Lara Ribas, que dez anos mais tarde organizou um dossiê, junto ao DOPS, contra a comunidade alemã em Santa Catarina. Sempre muito elogiado pela imprensa regional, o Lara Ribas aparece em vários momentos nas páginas dos jornais como “aquele que garante a ordem pública.” Segundo as notas presentes nas edições de *O Comércio*, suas ações sempre estiveram voltadas para a manutenção da brasilidade e da segurança nacional. Corriqueiramente o seu nome é citado para lembrar que a região era “guardada” com braço forte, devido também a sua proximidade com o governo federal. Na memória dos cidadãos porto união vitorienses, a figura do Capitão Antônio de Lara Ribas foi necessário para manter os laços regionais ligados com os laços nacionais, dado a diversidade étnica.

Em 19 de setembro de 1935, o jornal *O Comércio* publicou uma nota noticiando a saída de Lara Ribas do comando da Delegacia Regional. Uma promoção lhe foi concedida para que trabalhasse mais próximo da Delegacia Estadual, tornando-se delegado do DOPS. O jornal se referia ao Capitão da seguinte forma:

Organizador da Companhia, de cujo comando se afasta, por ter de seguir para a capital, o sr. Capitão Antônio de Lara Ribas, neste importante mister, não só mais uma viva demonstração da sua capacidade de trabalho, sempre orientada pelas luzes de seu espírito e pela lisura de seus atos, como, também, nova e robusta prova do seu zelo pelo bom nome da Força Pública, na escolha de caracteres para a formação da Companhia, que tem, como oficiais subalternos, aos srs. Tenentes Demerval Cordeiro e Mario Guedes, outros nomes, que asseguram as tradições da Força Policial barriga verde. “O Comércio”, que tem na distinta pessoa do sr. Capitão Antônio de Lara Ribas um valoroso amigo, deixa-lhe aqui consignados agradecimentos que por s. s. foram dispensados(...)⁹³

De forma geral, o jornal *O Comércio*, por se tratar do único impresso das cidades de Porto União e União da Vitória durante a década de 1930, representava a força da propaganda nacional que intencionava persuadir as massas,

⁹³O Comércio, 19 de setembro de 1935.

referendando o projeto nacionalista proposto por Getúlio Vargas. Embora não fique claro que o regime varguista estivesse seguindo rigidamente o modelo totalitário da propaganda, era nítida a influência do discurso oficial, sobretudo durante o Estado Novo, para envolver o povo através das mensagens políticas. Como já afirmou Goebbels, Ministro da Propaganda no governo nazista, “não falamos para dizer alguma coisa, mas para obter um determinado efeito”

3 POLÍCIA, POLÍTICA E VIOLÊNCIA: OS ALEMÃES SOB SUSPEITA NA REGIÃO DO VALE DO IGUAÇU

3.1 Delegacia de Ordem Política e Social

Para a História social do Brasil, o pós-1930 representa redefinições significativas nas formações de grupos urbanos e rurais. Em primeiro lugar importa-nos afirmar que neste período houve um aumento significativo das massas de trabalhadores nas grandes cidades. Como consequências disto, as pequenas cidades do interior também passaram por um alargamento de suas atividades comerciais. Isto significa que o Estado, que se pretendia onipresente, com a tarefa de ele próprio guiar a inovação moral e política do corpo social, deveria empreender novas estratégias de dominação. Deste modo, princípios do liberalismo eram combatidos, uma vez que o controle social exigia cada vez mais uma centralização das atividades sociais como um todo através do Estado.

Grande parte do aparato repressivo que o Estado, cada vez mais cerceador da ação individual, tanto na moral quanto da política, exercida no Governo Vargas, era liderado pela Polícia. Desta forma, a vigilância social representava um instrumento eficaz para a essência da repressão. O crime passou a ser visto de outra forma, impondo-se novas restrições e novos castigos para os delitos.

Claramente a polícia assumia um papel cada vez mais importante na aplicação do projeto político que intencionava o aniquilamento das lutas de classes e de algumas categorias inteiras da população. Com o projeto da nacionalização a

sociedade precisava adquirir um sentido orgânico, no qual a padronização das atividades fosse referenciada por parâmetros, cujo objetivo era disciplinar. Sendo assim, o governo preparava um aparato policial capaz de controlar, padronizar e disciplinar a sociedade como um todo. A individualidade seria negada. O que importava era o estabelecimento do conjunto nacional com comportamentos e sentimentos comuns.

Para tal intento era necessária a anulação do discurso revolucionário empregado pelo golpe de 1930. Isto foi possível pela dissolução das forças políticas organizadas em partidos, e do direcionamento do poder político para a liderança de Vargas. A eficácia era garantida pela atuação do Estado através da propaganda, do terror moral e da violência.

A lógica do medo, que o Estado, através da polícia, pregava junto à população era a confirmação de que a normatização era necessária. O perigo comunista, a crise financeira gerada pelo liberalismo, a imoralidade do povo, a presença do elemento estrangeiro, tudo isso era sinônimo de degradação da sociedade brasileira, que as atividades policiais estariam prontas a repreender e reestruturar. O DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) passou a ser crucial na aplicação das medidas restritivas durante a ditadura Vargas.

Este modelo de prática repressiva toma corpo e organização a partir de 1924, quando é fundado o DOPS. Os departamentos da Polícia Civil foram se estruturando com o intuito de transformar as suas ações em um eficiente aparato de estabelecimento da ordem social. Com a criação de um departamento especializado neste quesito, ficava clara a intenção do Estado em cercear as liberdades individuais. Dos anos de vigência do DOPS, ente 1924 a 1983, os anos do Estado Novo (1937-1945), e depois durante a Ditadura Militar (1964-1983) foram os períodos onde as ações do DOPS se fizeram mais intensas. Isso nos remete ao padrão de violência que durante vários períodos da História brasileira chegou a tornar-se prática do cotidiano, como veremos no caso da violência contra os alemães na região do Vale do Iguaçu.

A Polícia Militar tem suas origens ainda no período Regencial, onde os destacamentos regionais foram criados com o intuito de manter a ordem e segurança nas regiões de conflito. Em agosto de 1854 foi criada a Companhia de

Força Policial no Paraná, destacando-se em vários episódios representativos da história regional. Durante a Guerra do Paraguai cedeu parte do efetivo para o corpo de voluntários, na Guerra do Contestado alargou a sua experiência em lidar com problemas de ordem política e social. Em 1930 aderiu a Revolução que colocaria Getúlio Vargas como seu líder, tendo o General Mario Alves Monteiro Tourinho com seu líder, deslocou uma junta militar para o Rio de Janeiro, com vistas a garantir a posse do governo golpista de Vargas.

Pela Lei de nº 2752, de 31 de março de 1930, a Polícia Civil do Paraná reformula as suas Delegacias especializadas, surgindo a Delegacia de Vigilância e Investigações. No Decreto nº 32 de 10 de outubro de 1930 é criada a Delegacia de Polícia de Costumes e de Segurança Pública. No mesmo ano os órgãos estaduais de repressão passaram a ser diretamente subordinados à Polícia do Distrito Federal, e esta por sua vez, atendia aos mandos no Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Filinto Muller, chefe de polícia do Distrito Federal, mantinha uma estreita relação com Vargas, o que demonstra a relevância política que as instituições policiais ganharam nos quinze anos de seu governo. Segundo Elizabeth Cancelli,⁹⁴ a Chefia de Polícia do Distrito Federal suplantou a hierarquia do Ministério da Justiça, exercendo um poder direto sobre os órgãos de repressão estaduais e federais. No entanto, o resultado era sempre a efetividade do controle pessoal do Presidente da República. Para Cancelli,

O papel da Polícia do Distrito Federal, como braço armado da ditadura instalada por Vargas, fazia parte de uma teia montada pelo regime, em que poderes entravam em choque, mas onde tendia a vencer sempre o sustentáculo do exercício do poder: a polícia, suas perseguições, maquinações e terror.⁹⁵

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, as instâncias da política repressiva efetivaram uma vigia maior aos estrangeiros. Em 1941, com o Decreto lei 3.183 de 09/04/1941 era criada a Delegacia de Estrangeiros, cujo objetivo era a vigilância sob a mobilidade dos estrangeiros no território nacional. As portarias 7.576

⁹⁴CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: UNB, 1994.

⁹⁵ Idem p. 51

de 26/01/1942 e 8.604 de 30/10/1942 determinavam a necessidade da expedição de salvo-condutos para os estrangeiros que pretendessem se deslocar pelo país. Estes documentos só seriam fornecidos depois de prévia aprovação dos delegados regionais.

Desde o golpe de 1930 os setores industriais foram ganhando cada vez mais espaço na política nacional. Cada vez mais as oligarquias cafeeiras de São Paulo perdiam espaço no poder enquanto Getúlio Vargas estava na presidência. Com esta mudança de perspectiva na ordem política e econômica, houve um aumento dos movimentos sociais, gerando insegurança por parte da elite burguesa. O processo de politização das massas gerou o distanciamento da Polícia Militar na resolução dos problemas, dando lugar às investigações da Polícia Civil, aumentando ainda mais a centralização do poder em nível federal.

É possível perceber que a preocupação com a segurança pública não era mais através da ofensiva intensa dos policiais. O DOPS/PR contava com uma rede de delegacias distribuídas em todo o território estadual, cujo objetivo era sistematizar qualquer tipo de informação referente às atividades políticas em todo o Estado. Quando o Brasil se declara inimigo dos países do eixo, o objetivo da repressão passa a ser a coleta de informações sobre o cotidiano dos estrangeiros, a fim de vigiar e traçar o perfil do inimigo externo presente no país. O discurso oficial, que legitimava a vigia, era o de que o elemento estrangeiro encontrava-se infiltrado em território nacional, atrapalhando o desenvolvimento e a formação de uma identidade brasileira.

A comunidade étnica alemã passa a ser intensamente repreendida pelos órgãos de segurança do Brasil todo. Defendemos a premissa de que os instrumentos usados pela Polícia Política durante o Estado Novo representavam a anulação dos direitos inalienáveis do cidadão, privando-o da possibilidade de ação cidadã frente ao Estado. Neste sentido, o crime político torna-se o foco de combate, sendo que os alemães eram vigiados, suspeitos e presos mesmo antes terem cometido qualquer delito, revelando a total arbitrariedade das ações policiais, estabelecendo desta forma a lógica da desconfiança.

A farta documentação produzida pelo DOPS nos permite reconstruir este clima de perseguição pelo qual a comunidade alemã, e outras minorias, viveram

entre os anos de 1933 e 1945. Estes documentos vão além de uma simples burocracia cotidiana das delegacias, mas nos fornece condições para entender o problema do controle institucional da violência ilegal praticada pelas autoridades brasileiras. Além disso, as consultas em periódicos do período demonstram a diversidade das formas ideológicas adotadas pelo governo para legitimar suas ações. Neste sentido, o que nos importa aqui não é apenas os dados coletados entre os órgãos de segurança, mas a busca pelo imaginário social dos anos que as perseguições aos estrangeiros foram intensas. No dizer de Philippe Ariés⁹⁶: “A história da civilização deve cuidar tanto dos sonhos de beleza e da ilusão romanesca, quanto dos números da população e dos impostos”. A recusa por um entendimento puramente político de nosso objeto de estudo está centrado na busca pela invasão do imaginário social em que as populações da região sul do Paraná e norte de Santa Catarina encontravam-se debruçadas durante a ditadura do Estado Novo.

A noção de Estado não se encerra com a determinação de um espaço geográfico delimitador. Um Estado geralmente é antecedido pela construção da nação, seja no discurso ou na prática. O que forma a concepção de nacionalismo podem ser os laços religiosos, como os judeus, que apesar de nascerem em diferentes partes do mundo formam uma nação, a língua, ou elementos simbólicos que se transferem para a esfera política.

Apesar de não ter acontecido nenhuma reforma significativa na estrutura social e econômica do país após a Revolução de 1930, vários movimentos contrários à ordem vigente tiveram um aumento significativo. Desde a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922, o Estado brasileiro concentrou suas ações repressivas na atuação dos movimentos de esquerda. Com a intentona de 1935, Vargas acirrou esta perseguição, sobretudo aos estrangeiros, acusados de trazer uma experiência revolucionária do seu país de origem. De fato, durante a década de 1930 o comunismo ganhou estigma de inimigo externo contrário aos interesses nacionais. Segundo Elizabeth Cancelli :

⁹⁶ARIÉS, P. in: GOFF, Jaques Le. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes. 2001. p. 155.

Dentre todos os inimigos construídos pelo Estado, os comunistas foram os que mais impulsionaram a ação da polícia, mais justificaram sua existência e mais fortemente serviram à associação mítica coletiva da sua ideologia com obra do demônio.⁹⁷

Referendando a premissa de que em todos os aspectos da vida social o discurso político se propunha a formar a opinião pública de acordo com o projeto nacionalista, Francisco Campos, defensor do autoritarismo varguista, afirmou que a transformação da

Tranqüila esfera pública do século passado em um estado de delírio ou de alucinação coletiva mediante os instrumentos de propagação, de intensificação e de contágio das emoções, tornados possíveis precisamente graças ao progresso que nos deu a imprensa de grande tiragem, a radiodifusão, o cinema, os recentes processos de comunicação que conferem ao homem um dom de ubiqüidade, e dentro em pouco, a televisão, tornando possível a nossa presença simultânea em diferentes pontos do espaço. Não é necessário o contato físico para que haja multidão. Durante toda a fase da campanha ou da propaganda política, toda a nação é mobilizada em estado multitudinário.⁹⁸

O efeito causado pode ser notado quando a lei tornou-se mais repressiva. As perseguições contra os alemães encontravam-se legitimadas entre o povo através do discurso político que foi sendo montado durante a Era Vargas. Campos ainda reafirma o caráter irracional da formação da opinião pública. “Nessa atmosfera emotiva seria ridículo admitir que os pronunciamentos de opinião possam ter outro caráter que não seja o ditado por preferências ou tendências de ordem absolutamente irracional.”⁹⁹

Dentro da esfera policial, o fato do Brasil ter se alinhado aos aliados e, conseqüentemente, tratar a Alemanha como país inimigo a partir de 1942, instituiu a perseguição contra os imigrantes germânicos através das DOPS espalhadas por todo o país. Documentos e portarias começaram a ser baixadas e publicadas em vários jornais espalhados pelas capitais e cidades do interior. Os conteúdos destes documentos mudaram significativamente as vidas dos alemães e seus

⁹⁷ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: UNB, 1994. p. 79-80.

⁹⁸ CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. p. 25.

⁹⁹ Idem.

descendentes no território nacional, uma vez que a sua ótica era a diluição da capacidade do exercício da cidadania destes elementos. Na medida em que estas portarias eram publicadas na imprensa, a visão dos brasileiros sobre os imigrantes também se modificaram.

Neste momento, um telegrama intitulado como “Secreto”, ao qual tivemos acesso, foi enviado pelo Cap. F. Flores para Manoel Ribas, Interventor Federal. Trata-se das primeiras orientações que deveriam ser destinadas às delegacias regionais de como deveriam proceder a partir do rompimento diplomático: “Secreto – dia 27/191942. Horas - 20, 54”. Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que o Governo deliberou romper relações diplomáticas e comerciais com o Japão, Alemanha e Itália”. Adiante, o documento busca atualizar a situação e estabelecer parâmetros para as ações dos policiais com os estrangeiros originários do eixo, e revela ainda uma preocupação por parte das forças policiais com o manutenção da ordem em virtude de uma possível declaração de guerra.

Ainda que esta se agrave e o Brasil passe da ruptura diplomática ao estado de guerra, não deverá o povo adotar uma atitude agressiva, para com os súditos das nações adversárias residentes no Brasil, suas pessoas, seus bens, sua honra. Práticas de destruição, perseguição, de violência cometida contra indivíduos desarmados são prescritas pelo direito internacionais e prejudiciais ao nome de uma nação.¹⁰⁰

Mas como podemos constatar, não foi esta a posição adotada pelo DOPS e por parte da população brasileira com relação aos imigrantes dos países envolvidos nos conflitos. Na capital paranaense formou-se um verdadeiro “front interno” durante a Segunda Guerra Mundial, onde alemães e seus descendentes tornaram-se alvos não só do Estado, mas também de cidadãos, que acabaram agindo com todo tipo de violência durante o período estudado.¹⁰¹

Imediatamente após o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, entrou em vigor a Portaria nº 30, de 28 de janeiro de 1942, onde o seu conteúdo restringia todas as ações estrangeiras de forma geral. Desde as leis

¹⁰⁰ Dossiê Dops – Chefatura Antiga. Pasta temática 760 – topografia 86.

¹⁰¹ Sobre a violência empregada contra os alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial, ver: PEREIRA, Márcio J. Politizando o Cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. Maringá: UEM, 2010. Dissertação de Mestrado.

nacionalizadoras de 1938, esta Portaria foi a que mais interferiu nas atividades cotidianas dos alemães. As principais restrições impostas pelo documento foram: 1 – mudar de residência sem comunicação prévia ao DOPS; 2 – portar armas de fogo, mesmo que legalmente registradas; 3 – exercer comércio de armas e munições de nenhuma espécie; 4 – viajar de uma cidade para a outra sem portar o salvo-conduto, que deverá ser requerido junto ao DOPS, onde será analisada a sua concessão; 5 – reunir-se, ainda que em caráter privado, para comemorações privadas, incluindo bailes, aniversários, festas, etc.; 6 – trocar ideias em locais públicos sobre a situação internacional. Ainda reforçava-se a proibição de falar utilizando o idioma de qualquer país do “eixo”, ou manifestar opinião política favorável a estes.

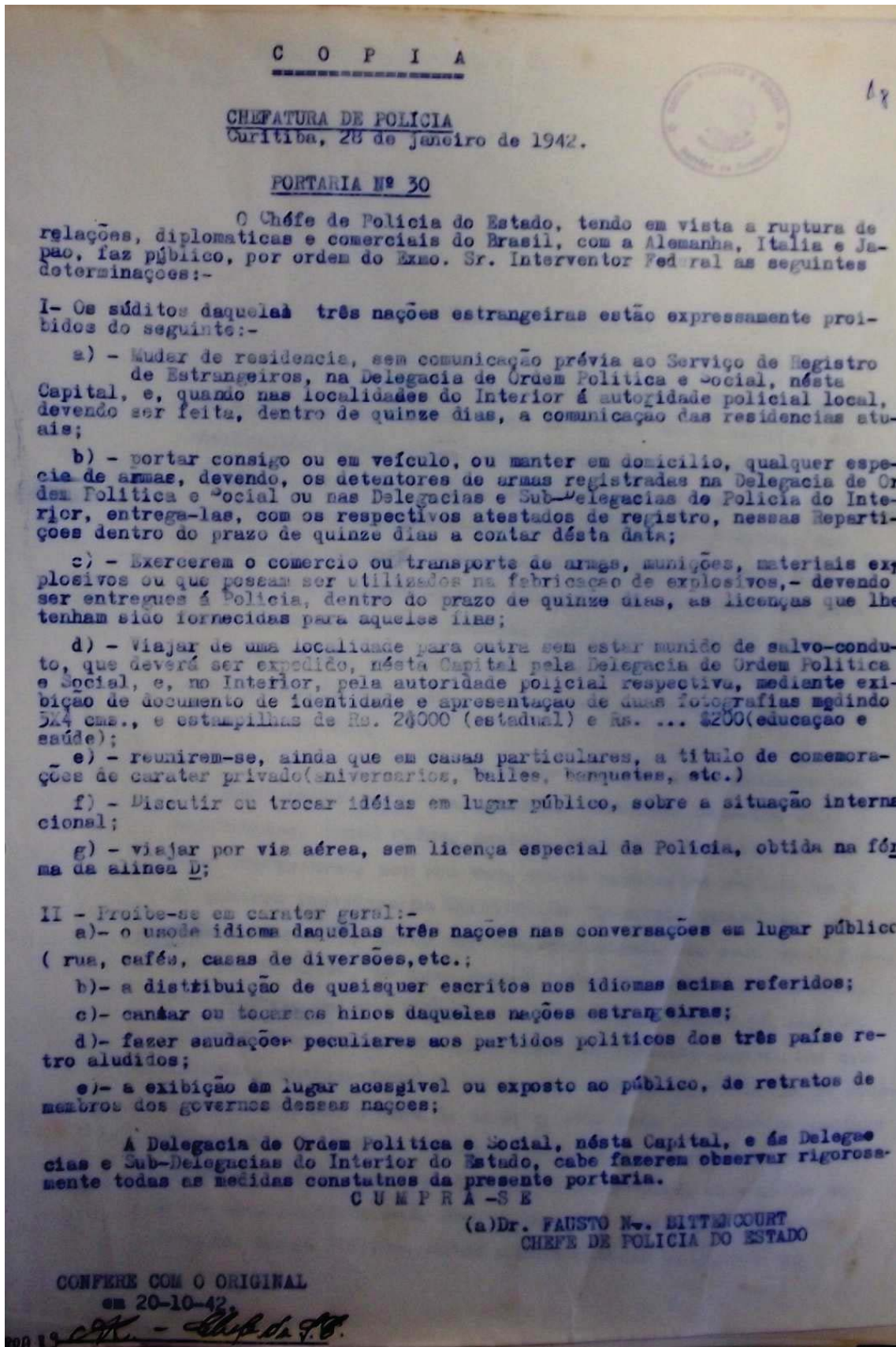


Figura 6: Portaria número 30. Chefatura de Polícia. Curitiba, 28 de janeiro de 1942.
Fonte: Arquivo Público do Paraná- Pasta temática 780b, Topografia 65.

Como ficou evidente que o alvo do Estado brasileiro era o imigrante dos países do “eixo”, as delegacias registraram ocorrências em que alemães tentavam ludibriar as autoridades através da mudança de nacionalidade, como no caso de Sebastião Wimann, morador da cidade de Irati, próximo a União da Vitória, foi detido em Santa Catarina, conforme ofício nº 1886, de 14/09/43, “por pretender-se registrar como ucraniano. A ordem de prisão foi dada pelo delegado de Irati, onde deixa claro que a motivação não foi apenas pela alteração da nacionalidade: “Opino assim, para o referido estrangeiro seja detido correccionalmente e advertido quanto à transgressão cometida, **principalmente por se tratar de súdito de país inimigo.**”¹⁰²

O Conselho de Imigração e Colonização, através da Circular nº 3/360¹⁰³, já havia alertado as delegacias regionais o fato de que imigrantes procuravam registrar-se novamente em outros Estados com o intuito de alterar nomes e a nacionalidade, visando burlar as perseguições das autoridades policiais. Isto demonstra que, por questões de ordem política, aos teuto-brasileiros foi vedada a tranquilidade cotidiana, levando ao extremo de os mesmos perderem a sua própria vontade de serem identificados com a Nação de origem.

3.2 O crime político no Vale do Iguaçu durante o Estado Novo e a guerra.

Em 31 de agosto de 1942, o Governo Federal publica o Decreto número 10.358, declarando estado de guerra entre Brasil e as potências do eixo em todo o território Nacional. O modelo repressivo adotado pelo Estado Novo, aliado à declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha, trouxe um novo sentido no cotidiano para a população de União da Vitória, no sul do Paraná. A ideia de inimigo externo alterou a dinâmica social, tanto para os que estavam envolvidos diretamente, neste caso os alemães e os demais “súditos” do eixo, quanto para os agentes em torno deste processo.

O fato de perceber os imigrantes alemães e seus descendentes como inimigos em potencial carregava uma complexidade de entendimentos. Em 1942,

¹⁰² Delegacia Regional de Irati – Pasta temática 518 – Topografia 57.

¹⁰³ (idem)

quando as perseguições se tornaram mais intensas, além de preservarem as suas tradições, os alemães circulavam por todas as camadas sociais, e mantinham relações em todas as esferas públicas.

Desde 1938, com a campanha nacionalista do Estado Novo, os brasileiros e imigrantes tiveram a sua convivência alterada, modificando a “visão” que um tinha do outro. A legislação imposta pelo contexto de guerra em 1942 completou este processo, com a instauração de medidas que partiam de interrogatórios a prisões, coordenadas por extensa rede nacional de investigações feitas pelo DOPS.

Nos jornais, como vimos anteriormente, o discurso presente era o nacionalista. São inúmeras as publicações depreciativas às ideologias internacionais, quase sempre atribuindo aos estrangeiros, principalmente os que pertenciam aos países do “eixo”. Este discurso por muitas vezes tomou proporções agressivas, tomando como medida a violência e repressão. Veremos neste capítulo como foi o desdobramento da ação policial contra os alemães na cidade de União da Vitória e municípios vizinhos, bem como o as reações da população contra estes imigrantes, chamados “súditos do eixo”, ente os anos 1942 e 1945.

Ao analisarmos os arquivos do DOPS referentes aos anos de 1942 a 1945, na pasta da Delegacia Regional de União da Vitória¹⁰⁴ algumas medidas passaram a ser tomadas a partir deste período, onde ficava clara a preocupação do Tenente Augusto Gomes, Delegado Regional de Polícia, com a segurança da cidade de União da Vitória, principalmente por tratar-se de região de fronteira. No dia 12 de janeiro de 1942 foi enviada uma carta reservada endereçada ao Dr. Fausto N. Bittencourt, Chefe de Polícia, onde salienta as particularidades da cidade, por isso exigindo maior atenção ao local.

União da Vitória é uma cidade fronteira com Santa Catarina, por isso representa um ponto estratégico (...) é um município que concentra um grande número de estrangeiros, com especialidade de alemães e polacos (...) constituindo um verdadeiro paraíso para os chamados 5ª coluna.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Delegacia de Polícia de União da Vitória – Pasta Temática 663b – Topografia - 75.

¹⁰⁵idem

No decorrer da carta, o Delegado afirma que por conta desses perigos que a região convive, deve ganhar reforço de contingente. Além disso, eram feitas comparações com a delegacia de Porto União, instituição que servia como aliado contra os imigrantes e descendentes, taxados sempre de “súditos do eixo”.

A documentação do DOPS demonstra que ações entre as polícias de União da Vitória e Porto União eram conjuntas. Informações sobre as atividades dos imigrantes alemães foram trocadas entre as duas instituições durante os anos de guerra entre o Brasil e Alemanha. Estas informações visavam manter investigações eficientes nas investidas contra os estrangeiros indesejados.

A legislação legitimava os atos repressivos do governo Vargas. Através de decretos-leis no plano federal, e no plano estadual, e também de portarias e normativas regionais e locais. Vejamos alguns exemplos desta legislação referente ao Governo Federal e ao Estado do Paraná:

Data	Lei/Decreto	Instância	Resumo
10/01/1933	Nº22.332	Federal	Cria a Delegacia Especial de Segurança Política e Social
04/04/1935	Nº38	Federal	Define crimes contra a ordem política e social
15/03/1937	Nº177	Estadual	Organização das delegacias: Delegacia de Ordem Política e Social; Delegacia de Segurança pessoal; Delegacia de Vigilância e investigações.

10/11/1937-Golpe do Estado Novo e outorga da nova constituição

Data	Lei/Decreto	Instância	Resumo
02/12/1937	Nº37	Federal	Extinção dos Partidos Políticos

18/04/1938	N°383	Federal	Vedado aos estrangeiros qualquer atividade política no Brasil
04/05/1938	N°406	Federal	Sobre a entrada de estrangeiros no território nacional
25/08/1939	N°1545	Federal	Sobre a adaptação dos brasileiros, descendentes de estrangeiros, ao meio nacional

28/01/1942 - Rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e as potências do eixo:

Data	Lei/ Decreto	Instância	Resumo
28/01/1942	N°30	Estadual	Restrição aos estrangeiros devido ao rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e as potências do eixo
20/03/1942	N°90	Estadual	Intervenções nos clubes e sociedades nas comunidades italianas e alemãs
01/09/1942	N°65	Estadual	Dispõe sobre a entrega de aparelhos de rádio por parte dos estrangeiros pertencentes às nações do eixo
31/08/1942	N°10.358	Federal	Declara estado de guerra em todo o

			território nacional
12/11/1942	N° 147	Estadual	Estabelece a obrigatoriedade do Salvo-conduto para a locomoção de súditos do eixo e países satélites
05/04/1943	N° 128	Estadual	Dispões sobre o acesso ao litoral por parte dos súditos do eixo
03/10/1945	N° 381	Estadual	Revogas as portarias 30, 65, 147, 41, tendo em vista o fim do estado de guerra

A polícia do Paraná fez a petição de um documento com a relação de empregados da Empresa de Eletricidade e Telefones Alexandre Schlemm S.A., que prestava serviços às duas cidades. No dia 10 de junho de 1942 a relação foi enviada, contendo o nome e endereço dos funcionários, e suas respectivas nacionalidades. Logo viu que se tratava de um grupo com um grande número de funcionários alemães e descendentes. A resposta vem diretamente do Gabinete do Secretário de Segurança de Santa Catarina, Capitão Antônio de Carlos Mourão Ratton, no dia 07 de agosto de 1942, parabenizando a Delegacia de Porto União pelo trabalho, fornecendo mais informações sobre os funcionários citados no relatório:

Agradeço sinceramente os seus cumprimentos e bem assim a sua inteligente colaboração que, para mim, é bastante expressiva e, sobremaneira, valiosa. Informo-lhe o seguinte: Walter Bach Está preso nesta capital. Sua atividade tem sido controlada desde 1938. Nazista destacado, distribuidor de material de propaganda na zona de Porto União a

Palmas. Correspondente consular alemão. Erich Bach: nazista do núcleo de Porto União. Desde 1938 tem se retraído. Está sob vigilância. Bertholdo Hay: Está sob vigilância desde 1938, pois ocupava cargo na Diretoria dos Cantores Alemães de Porto União. (...) Registram antecedentes: Max Becker, residente no Maratá, ex-integralista, alemão, fez parte da NSDAP e era a seu endereço que ia toda a correspondência partidária do núcleo nazista de Porto União. Foi também organizador de exibição de filmes nazistas em Porto União. Estão, todavia, fichados todos os elementos da relação, visto serem mencionados em relatório da delegacia regional de Porto União. Do amigo grato, seu grande admirador, Cap. Ratton.¹⁰⁶

Os funcionários da Schlemm S.A. são citados com suspeitos pelo relatório. Alguns receberam acusação de participação no Movimento Integralista, outros estariam diretamente ligados ao NSDAP. Assim, a justificativa policial era a de que o crime de fato existia, por isso a necessidade de vigilância integral dos “suspeitos”.

Olhando para o contexto geral, sem ater-se unicamente aos casos particulares, percebemos que a repressão gerou a perda de emprego e as suas atividades de trabalhos foram suspensas apenas pela suspeita, o que gerou a marginalização social de vários imigrantes e seus descendentes.

¹⁰⁶ Delegacia de Polícia de União da Vitória – Pasta Temática 663b – Topografia - 75.

Empresã de Eletricidade e Telefones Alexandre Schlemm S. A.

PÓRTO UNIÃO
Estado de Santa Catarina
Concessionária dos serviços de iluminação elétrica pública e particular e do serviço telefonico de Pôrto União e União da Vitória
UNIÃO DA VITÓRIA
Estado do Paraná

PÓRTO UNIÃO
Rua 7 de Setembro N. 20 - Caixa postal, 71
912 CATARINA

Pôrto União, 10 de Junho de 1942

Lista dos Empregados da EMPRESA DE ELETRICIDADE E TELEFONES ALEXANDRE SCHLEMM S.A.

Empregados residentes em União da Vitória- S. do Paraná:

Nome	Nacionalidade-	Rua e nº
Alfredo Langg-Dir. Tico. geral.-	Brasileiro-	Rua Sel. Amazonas nº 4
Paulo Zumkehr- Técnico eletri- cista	Suísso	Rua Castro Alves nº 32
Eduardo Hill- Servente	Alemão-	Rua Castro Alves nº 37
Antonio Bauer- Laguinista	Austriaco -	Rua Dr. Carlos Cavalcanti-41
Carlos Claus- Eletr. Instalador-Alemão-		R. Dr. Carlos Cavalcanti nº 9/
Henrique Scheibe- Escriiturário	Alemão-	Avon. Municipal- s/nº
Arestidos Adam- Cobrador	Brasileiro-	R. Prof. Am. zilia nº 21
Paulina Canfield- Telefonista	Brasileira-	R. Prof. Cloto nº 21
Max Jorge Beckert- Laguinista	Brasileiro-	Salto Palmital- Colonia Concordia
André Claus	Alemão	Salto Palmital
José Becker	Alemão	Salto Palmital

Empregados residentes em Pôrto União:

Alexandre Carlos Schlemm-Morante-	Brasileiro-	R. 13 de Maio nº 9
Antonio Snieker- Eletr. Instalador-Alemão -		R. Vitória nº 4
Emílio Schwartz - Servente-	Brasileiro-	R. Polina Schmidt nº 4
Helena Codagnone- Telefonista	Brasileira-	R. Trudente de Moraes nº 2

Residente em Joinville:

Rodolfo Alexandre Schlemm-Dir. Presidente-	Brasileiro-	Rua Duque de Caxias nº 365
--	-------------	----------------------------

EMPRESA DE ELETRICIDADE E TELEFONES
ALEXANDRE SCHLEMM S. A.

(Assinatura)
Diretor

12

976628-95

Figura 6: Relatório dos Funcionários da Empresa Schlemm. Porto União 12/06/1942.

Fonte: Arquivo Público do Paraná.Pasta Temática 663b – Topografia - 75.

O documento anteriormente mencionado revela a preocupação das autoridades policiais dos Estados do Paraná e Santa Catarina em um suposto complô nazista contra a segurança nacional. Este quadro manteve-se até 1945. Durante o período é grande a quantidade de imigrantes sob vigilância. O ofício nº 1476, de 26 de setembro de 1942, expedido pelo Capitão de Lara Ribas, Delegado do DOPS/SC, tinha a intenção de alertar o Delegado Regional de União da Vitória sobre as atividades Nazistas naquela cidade.

Para as providências que V.S. julgar acertadas, abaixo transcrevo o trecho dum relatório apresentado pelo Dr. Delegado Regional de Porto União sobre atividades nazistas e de ex-combatentes alemães em União da Vitória, Paraná.¹⁰⁷

No referido relatório constam os nomes de dois militares e um dentista, que supostamente eram membros do NSDAP, investigados por “espalhar” ideias de Hitler por toda a cidade, além de um dos acusados estar sob suspeita por enviar o seu filho para a Alemanha, a fim de receber instruções militares.

Apenas dois meses após Getúlio Vargas assumir o poder no Brasil, já era publicada a primeira medida restritiva em relação à entrada de imigrantes no país. O decreto 19.482, de dezembro de 1930, já criava a “lei dos 2/3”, que na prática significava que todas as empresas tinham que manter dois terços de suas vagas de trabalho destinadas aos brasileiros natos. Esta lei indicava a intenção de proteger o trabalhador brasileiro do desemprego, colocando o imigrante como um dos responsáveis pela falta de vagas e pela insegurança social.

Neste contexto, o Capitão Antônio de Lara Ribas, ao lado de João Kuehne, Comissário de Polícia, Chefe da Seção da Ordem Política e Social, organizaram um dossiê em forma de documentário intitulado “O punhal nazista no coração do Brasil”. Nos moldes do que já tinha feito Aurélio da Silva Py no Rio Grande do Sul, os relatórios tinham por objetivo denunciar as ações de supostas conspirações nazistas entre os teuto-brasileiros. Deste modo, as autoridades e os policiais poderiam ter acesso à todas as informações levantada pelos investigadores. Estes conteúdos

¹⁰⁷ Delegacia de Polícia de União da Vitória – Pasta Temática 663b – Topografia - 75.

foram de vital importância para o governo definir as suas estratégias de perseguições. Os discurso não era de definir os culpados, mas sim de prendê-los antes que cometessem algum “crime”. O elemento genericamente chamado de alemão, que incluía os imigrantes e seus descendentes, era mantido sempre na “lógica da desconfiança”, estabelecendo um controle social, uma vez que, seria muito mais fácil capturá-los, pois os indivíduos que já eram previamente tratados como suspeitos estavam sob constante vigilância. Assim afirmamos que as autoridades brasileiras trabalhavam com a lógica suspeita e vigilância para definir os elementos estrangeiros que eram “perigosos”, sendo no nosso caso, a identificação direta dos alemães com o nazismo.

Na documentação de que tivemos acesso constam fotos e relatórios produzidos pelos órgãos de segurança pública do Estado de Santa Catarina. No prefácio escrito pelo Capitão Antônio Carlos Mourão Ratton, Secretário de Segurança Pública, foi elaborado um histórico referente ao desenvolvimento da Alemanha enquanto Nação, afirmando a todo tempo que o objetivo dos germânicos foi o de submeter outros povos à escravidão. Segundo Ratton, *opangermanismo* seria emplacado em uma espécie de “psicose coletiva”, que avançaria até mesmo nas colônias alemãs além-mar, neste caso nitidamente referindo ao Brasil. A premissa produzida pelos representantes do DOPS de que o imperialismo alemão estaria agindo em terras brasileiras foi referendada por citações de alguns pensadores alemães. Ratton afirma ainda que era necessário fechar o cerco aos colonos do Estado de Santa Catarina: “Temos conhecimento da elaboração e organização traiçoeira dos núcleos nazistas em nosso país e, particularmente, neste Estado.”¹⁰⁸

Desde o ano de 1938, quando as leis de regulação das ações estrangeiras no país se tornaram mais expressivas, as atividades coletivas nas comunidades alemãs passaram a ser encaradas como nocivas a segurança nacional. Ainda segundo o secretário de segurança pública,

¹⁰⁸RATTON, A. C. in: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943.

Todas essas organizações, acobertadas por pretextos recreativos, esportivos ou culturais, não tinham senão um objetivo penetrante: preparar o ambiente e obedecer às determinações vindas do Fühler.¹⁰⁹

Como já vimos anteriormente, em Porto União e União da Vitória todas as organizações sociais envolvendo a cultura germânica, de escolas a clubes de recreação, foram alvos de perseguições pela Polícia Política. De forma direta, Antônio Carlos Mourão Raton pretende justificar estas perseguições, afirmando que tais medidas eram necessárias para “assegurar a nacionalização”. Como secretário de segurança pública, acusa os estrangeiros da não assimilação a cultura brasileira, gerando um problema sem precedentes que as Delegacias Regionais deveriam resolver. Neste sentido, justifica a intenção do Capitão de Lara Ribas em produzir um estudo referente aos colonos alemães alocados em Santa Catarina.

Neste trabalho interessantíssimo, em que meu ilustre colega da pasta da Justiça expôs eruditamente o aspecto político do problema da nacionalização do ensino, se divulgaram as sábias e enérgicas providências postas em prática por aquela Secretaria de Estado, no sentido de impedir a desnacionalização das novas gerações catarinenses, especialmente nos núcleos de colonização estrangeira.¹¹⁰

Os arquivos do DOPS se tornam extremamente elucidativos quando comparamos o discurso falado nas propagandas, nos livros, artigos e imprensa em geral, que partilhavam com o Estado Novo, às práticas diárias de repressão aos estrangeiros. As formas objetivas com que os agentes de segurança contribuíram para construir o imaginário social, pautado na ideia de “perigo alemão”, foram cruciais para a legitimação de todo o regime. O Estado, como já afirmara Oliveira Vianna, tinha aqui o papel de tutor da nação.¹¹¹ Neste processo, chamado pelo

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ RATTON, A. C. in: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943. p. 12.

¹¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *A utopia de Oliveira Vianna*. In: BASTOS; MORAES. (orgs.) *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: UNICAMP, 1993.

secretário de segurança pública de “saneamento patriótico”, a polícia tornou-se a base prática para a sua conclusão.

Os livros produzidos por Aurélio da Silva Py, *A 5ª Coluna no Brasil*, e por Antonio de Lara Ribas, *O punhal nazista no coração do Brasil*, devem ser entendidos, sobretudo, como literatura militar. Os seus autores, o primeiro chefe de polícia do Rio Grande do Sul, e o segundo Delegado de Ordem Política e Social de Santa Catarina, fixaram as suas análises no contexto de beligerância pelo qual o país vivia. Portanto, a autoria e responsabilidade destas publicações são do Estado. As próprias editoras destas obras já são um indicativo do seu direcionamento político. No caso do livro de Aurélio Py, a obra foi publicada pela Editora José Olympio, que entre outras obras, tinha no seu rol de publicações livros de intelectuais defensores do autoritarismo estatal. Dentre eles estão: Oliveira Viana, Graciliano Ramos, Azevedo Amaral, entre outros. Já no caso do livro do Capitão Antônio de Lara Ribas, a publicação ficou a cargo da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, sendo assim, o seu pronunciamento tinha equivalência de qualquer pronunciamento oficial. Obedecendo aos objetivos do DIP, a ordem era publicar obras que legitimassem a política autoritária do Estado Novo.

A natureza destas publicações está no alinhamento entre o Brasil e os EUA durante a Segunda Guerra Mundial. A formalização da guerra entre Brasil e Alemanha, em 1942, levou o Estado a situar os alemães como inimigos em potencial, sendo as ações cotidianas destes, intensamente observadas pelos órgãos de segurança nacional. Além disso, estas publicações intencionavam fornecer relatórios da atuação policial, demonstrando a eficiência da polícia no combate ao crime, justificando assim a necessidade do aumento no envio de recursos para este fim.

O problema geral em torno da publicação de Lara Ribas concentra-se na assimilação dos alemães junto à cultura nacional, independente do modo como este processo deveria ocorrer. Segundo o Capitão Lara Ribas, as acusações do *pangermanismo* remontam ao século XIX, com Bismark e Frederico II, que hoje representam um estado de insegurança devido à presença destes estrangeiros no país.

Essa infiltração se tornou mais fácil ainda em consequência da má direção imprimida pelos governos passados às correntes imigratórias, permitindo que estrangeiros para aqui viessem e se instalassem nas regiões mais ricas e férteis do país, formando quistos raciais perigosos à unidade nacional (...). Nos quais os germânicos e seus descendentes conservaram, com raríssimas exceções, os seus costumes, cultura e língua.¹¹²

Generalizadamente, as acusações da polícia política eram de que os alemães representavam a porta de entrada para o partido nazista no sul do país, na afirmação de que estas facilidades eram permitidas pelo modelo democrático estabelecido no Brasil. Desta forma, justificava-se o golpe de 1937: “Com o Golpe de 10 d novembro de 1937, a República retomou, pela mão firme de Getúlio Vargas, a estrada luminosa.”

O relacionamento dos alemães com a política durante o período do governo Vargas deve ser observado com cautela. Tudo que se referia a atividade política nas comunidades alemãs era relacionado ao nazismo. Este discurso criou o equívoco de afirmar que mesmo os alemães que não eram filiados ao NSDAP, ou nem mesmo se dizia simpatizante das ideologias do partido, era taxado de “nazista”, o que certamente acabou levando a inúmeros equívocos de denúncias e prisões em comunidades alemãs no Brasil. No Paraná e Santa Catarina, os arquivos de relatórios e denúncias do DOPS nos indicam isto.

Nos relatórios do DOPS, produzidos pelo capitão Lara Ribas, constam todas as cidades catarinenses que mantinham núcleos do partido nazista. Blumenau servia, segundo ele, como o “braço forte” da organização no Estado, além de outras cidades, como Porto União e Canoinhas. Segundo o relatório, nas regiões próximas ao Vale do Iguaçu operava a “Frente de Trabalho Alemã” (DAF), sob a liderança de Carl Spanaus.¹¹³ As acusações do Estado contra os alemães vão de encontro com as ações efetivas, que variaram desde as operações de vigilância, até prisões pautadas nas leis de segurança nacional. Nos relatórios produzidos pelo DOPS, os alvos de investigações com maior atenção dos policiais foram “escolas, hospitais, maternidades, sociedade de todos os gêneros, comércio e indústria, pertencentes a alemães ou a descendentes seus”

¹¹²RIBAS, A. L. IN: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943. p. 19..

¹¹³Idem. p. 25.

A polícia política delegou preocupação especial também com a propaganda do NSDAP. O rádio, o cinema e as escolas foram as primeiras fontes de comunicação investigadas. Com o tempo, os investigadores passaram a observar as conferências, as excursões com fins de pesquisa, grupos de teatro, entre outros. Segundo o dossiê escrito por Lara Ribas, pelas regiões do interior, como é o caso de Porto União, os grupos teatrais e escritores realizavam visitas para despejar propagandas de cunho político, a mando do alto comando do NSDAP. Neste sentido, o rádio também seria um instrumento de ligação com a pátria alemã. Não raro os arquivos do DOPS nos mostram a apreensão de aparelhos de rádios, em poder de imigrantes alemães, sob a acusação de utilizá-los para sintonizar as ondas curtas de Berlim.

Assim como no restante de Santa Catarina, os jornais em língua alemã também tiveram as suas licenças para a circulação cassadas. As acusações do Delegado de Ordem Política e Social eram de que estes jornais eram “reconhecidamente contrários as ideias nacionalizadoras do Governo Brasileiro”. Em Porto União circulava o *NeueDeutscheZeitung*. Proveniente de Porto Alegre, tinha como distribuidor em União da Vitória João Carlos Barth, e em Porto União Rodolpho Matzembacher. “Em face do perigo que ofereciam, foram esses jornais interditados definitivamente em 1941, quando já publicavam suas edições em português.”¹¹⁴. Todos foram fechados e recolhidos pela própria polícia. No caso de Porto União, constatamos que os jornais alemães já deixaram de circular desde 1938, pois não há mais nenhuma propaganda ou registro de exemplares a partir deste período.

Os clubes sociais também foram alvos das investigações do DOPS. Nos relatórios apresentados junto às delegacias, todas as associações que reuniam grupos de origem germânica foram tratadas como “portas de entrada para o nazismo no país.” Da mesma forma que Aurélio Py, Antônio de Lara Ribas afirma que, através dos arquivos da polícia, é possível afirmar que as seguintes instituições de Santa Catarina eram filiadas à “Liga de Sociedade Alemã no Exterior:

¹¹⁴RIBAS, A. L. IN: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943. p. 44.

Esporte Clube Teutônia, Esporte Clube Rio da Areia, Esporte Clube União, Associação de Assistência de Blumenau com as suas filiadas: Johannastiftskreis, EvangelischeKirchengemainde, Frontkaempferbund, Marineverein, Concórdia, Liderkranz, Turnverein Blumenau, Schuetznverein “General Osório”, Handwerkerverein Blumenau, Liga das Sociedades Alemãs de Joinville com as suas filiadas, Clube Germânia, EvangelischerFrauenhilfswerein “Helenestift”, KatolischerVolksverein, DeutscherTeaterverein, Clube Germânia de Joinville, SchulvereinZu Joinville, **Clube União de Porto União, Schulverein¹¹⁵ de Porto União**, Maennergesangverein “Saengerbund” Brusque, Deutsche – EvangelisherKirchengemein, de Nova Teutônia.¹¹⁶

As investidas policiais contra as agremiações de origem alemã levaram a alterações na conduta diária dos seus membros, uma vez que acusação do DOPS era de que os seus participantes se reuniam com fins políticos, ou seja, divulgar o nazismo entre a comunidade alemã. Na maioria dos casos, a própria comunidade civil brasileira cooperou como o Estado, delatando os clubes, admitindo a representação dos alemães como “súditos do eixo”, assim como foram denominados na forma da lei.

Nas mais diversas atividades cotidianas os alemães foram investigados em Porto União e União da Vitória. Representando o DOPS, o Delegado Estadual Capitão de Lara Ribas, afirma que a Federação Alemã de Ginástica mantinha vínculos com clubes de esportes em Santa Catarina. Segundo ele, membros do NSDAP participavam das diretorias dos clubes para assessorar a aproximação dos seus membros com a Alemanha nazista. O Sport Club de Jaraguá foi denominado pela polícia de “ponto de apoio” do NSDAP na região. Além destes, cidades do interior estariam representadas pelos membros do partido.

As informações foram julgadas boas porque mais tarde a submissão dessa sociedade foi completa, recebendo ela aparelhos de ginástica doados pela Federação Alemã de Ginástica (...). As provas que acabamos de oferecer são suficientes para provar a infiltração nazista no seio das sociedades a que aos referimos. Queremos, entretanto, esclarecer que em muitas outras cidades e vilas do interior, tais como Porto União, Cruzeiro, Canoinhas, São Bento, Vitória, Rio do Peixe, etc., existiram fomentadores nazistas procurando solapar o espírito sadio de brasileiros descendentes da raça

¹¹⁵ Trata-se do Colégio Teuto-brasileiro de Porto União. Na tradução do alemão, Schulverein significa Associação de educação. O colégio foi fechado pela polícia em 1938, tornando-se Colégio Iguaçu.

¹¹⁶RIBAS, A. L. IN: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943p. 53.

germânica componentes de organizações semelhantes às que acabamos de examinar.¹¹⁷

Os clubes recreativos, as associações e as escolas foram sem dúvida pontos de ligação entre os membros das colônias alemãs com a cultura germânica. A prática da língua entre estas pessoas fortaleciam os laços de tradição trazidos com a imigração. Tendo à disposição hospitais, escolas, igrejas e diversas associações próprias, onde o seu conteúdo, embora alusivo a Alemanha, nem sempre era político, durante o Estado Novo estiveram na mira do nacionalismo e da repressão política, embora desde as suas fundações, até 1937, nunca terem sido perseguidas pelas autoridades policiais. Várias destas agremiações foram afetadas em primeiro momento pela legislação, como o Decreto-lei 59 de 11 de dezembro de 1937, que limitava as ações das sociedades civis, e, logo em seguida, o Decreto-lei 383 de 18 de abril de 1938, que vedou aos estrangeiros as atividades políticas no Brasil.

Desde a publicação do “Manifesto de outubro”, em 1932, Plínio Salgado deu início ao Movimento Integralista Brasileiro. Como já analisamos anteriormente, o integralismo esteve em muitos momentos ideologicamente ligado o nazi-fascismo alemão. Os arquivos do DOPS nos mostram que as localidades com números significativos de alemães passaram a ser investigadas não apenas com relação às ações do NSDAP, mas também a infiltração da AIB nestes locais. O Comissário de Polícia, Chefe da Secção de Ordem Política e Social, João Kuehne, completa os relatórios do Capitão Antônio de Lara Ribas com um dossiê intitulado *O Integralismo nazi-fascista em Santa Catarina*, onde afirma que a AIB formou núcleos de atuação em “*idades onde o elemento étnico alemão supera os demais, isto é, Joinville e Itajaí.*”¹¹⁸

A documentação produzida pelo DOPS indica que a intenção era a de provar que na cidade de Porto União o Movimento Integralista mantinha um núcleo

¹¹⁷RIBAS, A. L. IN: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943. p. 64.

¹¹⁸KUEHNE, J. in:DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA.. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943. p. 109.

partidário, por se tratar de um local com número significativo de alemães. João Kuehne¹¹⁹ afirma

Já mencionamos que justamente em zonas chamadas “alemãs”, foram fundados os primeiros núcleos. Dando organização ao movimento, criou a Chefia Integralista as seguintes regiões de “governadores regionais”: Especial: Florianópolis; 1ª – São José, Palhoça, Biguassu; 2ª – Brusque, Nova Trento; 3ª – Blumenau, Hamônia, Timbó; 4ª – Rio do Sul, Bom Retiro; 5ª – Joinville, Campo Alegre, São Francisco, Parati; 6ª – Jaraguá, São Bento, Mafra, Itaiópolis; 7ª – **Canoinhas, Porto União**; (...)

Os dados mencionados cruzam com algumas publicações do jornal de Porto União. No dia 1º de agosto de 1935, *O Comércio* publicou a Portaria nº 147, encaminhada pela Chefia de Polícia do Estado de Santa Catarina, determinando a proibição das manifestações públicas da “Ação Integralista”.

1-Nenhum meeting de caráter político será permitido sem prévio requerimento escrito e dirigido a esta Chefatura, que apreciará o pedido e decidi-lo-á, de acordo com as necessidades da garantia da ordem e Segurança Pública. 2 – Ficam terminantemente proibidas até segunda ordem o uso de uniformes, desfiles e caravanas promovidas por elementos partidários da Ação Integralista, neste Estado. 3 - Às autoridades policiais desta capital e do interior cabe o extricto dever de cumprir as presentes instruções, prendendo e atuando os seus infratores, de acordo com a Lei de Segurança Nacional. Cumpra-se. Claribalte Galvão. Chefe de Polícia.¹²⁰

Nos registros policiais das cidades “gêmeas” do Vale do Iguaçu consta a participação efetiva de algumas figuras como membros do Partido Nazista. As delegacias de União da Vitória e Porto União procuravam a todo tempo trocar informações que fossem relevantes para ambas a fim de estabelecer rigorosa vigilância destes sujeitos. É preciso lembrar que na ótica do período a ligação com sistemas políticos estrangeiros caracterizava crime, e, portanto passível de repressão. Desta forma, a atuação policial refletia a referida legislação. Na véspera da virada do ano de 1942 para 1943 as duas delegacias trocavam correspondências sobre a investigação dos senhores Henrique Scheibe e Eugênio Klein. No dia 31 de

¹¹⁹ Idem p. 128.

¹²⁰ *O Comércio*, 1 de agosto de 1935.

dezembro de 1942, o 2º Ten. Jayme do Nascimento, Delegado Regional de Polícia de União da Vitória, enviou ofício para a delegacia de Porto União informando da necessidade de maior cuidado com a presença de “possíveis criminosos” na cidade.

Cumpre-me dizer-vos, que de fato reside nesta cidade o súdito alemão Henrique Scheibe, que em outra época fôra preso quando no exercício de delegado de Polícia desta Delegacia, o sr. Sylvio Malheiros de Araújo, por suspeita, e conseqüentemente, logo após, posto em liberdade por ordem do Dr. Licínio de Basbosa, adido a esta DOP e S, em missão especial nesta localidade, por nada haver sido apurado contra o mesmo, apesar de ele ter feito parte do Partido Nazista que existiu em Porto União – Santa Catarina – e do qual era chefe Eugênio Klein, por cujo motivo este indivíduo sempre debaixo de rigorosa observação desta D. R., não sendo verdade que tenha sido na sua casa lugar de reuniões de alemães, tendo, entretanto, sido redobrada a observação em torno do referido indivíduo.¹²¹

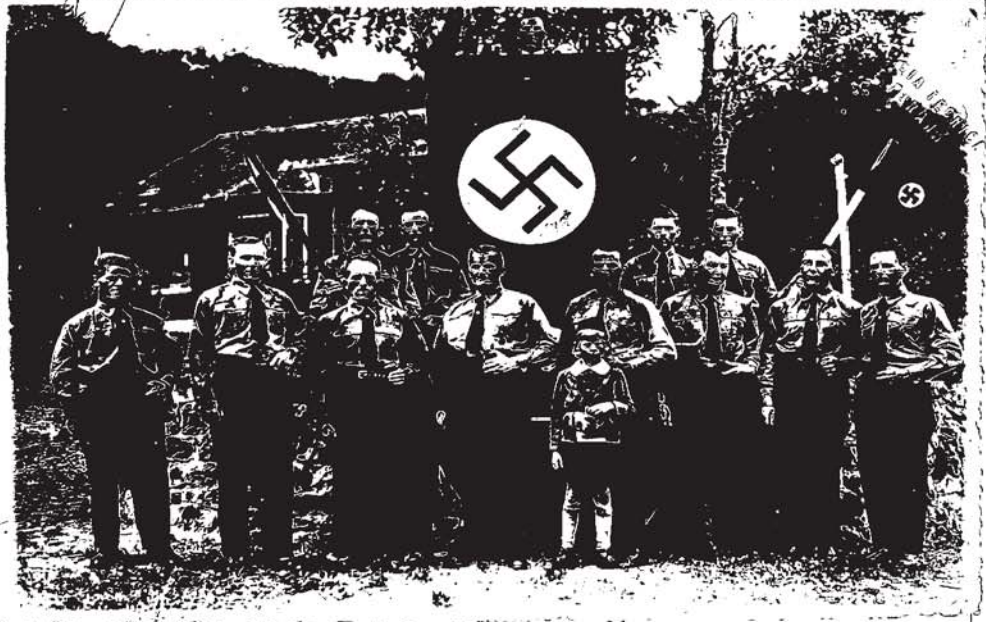
¹²¹Delegacia de Polícia de União da Vitória – Pasta Temática 663b – Topografia - 75.



Secretaria do Interior e Justiça

ESTADO DO

M.



DA DIREITA A ESQUERDA.

Henrique Scheibe - União da Vitoria - ERICH BACH - Ilha das Flores - Henrique Kent - retirou-se de U. da Vitoria ha muitos anos - WALTER BACH - Ilha das Flores - FRITZ MELAN - não sabe onde está - OTTO SCHUBARDT - seguiu para a Alemanha em 1937 - GUILHERME BUGENHAGEN - detido em Joinvile - GERMANO THOMAS - detido em Joinvile - EUGENIO KLEIN - seguiu a Alemanha em 1938 - HENRIQUE KLEIN - União da Vitoria - EMILIO BLAFFERT - Porto União, um pouco retirado da cidade - Martim van Petenvenkler - seguiu a Alemanha em 1936 ou 1937

O que segura a bandeira - OTTO HOCHSTEIN - não sabe onde se encontra.

INFORMAÇÕES PRESTADAS POR HENRIQUE KLEIN.

105

9766 = B. 105

Figura 8: Reunião de membros do Partido Nazista

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Pasta Temática 663b – Topografia - 75.

De fato o depoimento de Henrique Klein levou os investigadores do DOPS de União da Vitória à coletar informações mais precisas sobre o paradeiro de alguns dos membros ou apenas simpatizantes do NSDAP.

A polícia política buscava formatar a imagem do “inimigo público” ao se referir aos alemães e seus descendentes. Como é o caso de Luiz Bros, detido, passou a ser identificado pela polícia como “súdito do eixo”. E ainda, a manutenção da vigilância, como no caso de Carlos Apner, pintor alemão, residente em União da Vitória, que conseguiu um salvo conduto com o prazo de 10 dias para realizar trabalhos com grupos escolares em Vera Guaraní e Dorizon, ambas localidades próximas.¹²²

Várias foram as medidas legais que recaíram sobre a população das Cidades de Porto União e União da Vitória. De tal maneira, as leis não modificaram apenas o cotidiano dos “subversivos do eixo”, mas para que elas tivessem sucesso a população brasileira e os imigrantes que nada tinham a ver com o nazismo tiveram de reorganizar todo o seu modo de viver para atender aos objetivos do Estado nacional.

3.3 A denúncia contra o elemento subversivo.

De fato as relações de poder entre imigrantes alemães e seus descendentes com relação ao Estado brasileiro havia se tornado muito clara: não havia espaço para justificativas, ou estavam a favor e obedeciam as regras impostas, ou eram contra. Obviamente se posicionar contra estas regras era o mesmo que assumir a responsabilidade de um criminoso.

As práticas diárias durante o estado de guerra abriram novas possibilidades que iam além de discussões étnicas, e deram margem para que brigas pessoais se transformassem em denúncias, que partiam desde as restrições de falar a língua alemã em público até as afirmações mais graves, que geralmente eram relacionadas

¹²²idem.

aos imigrantes que se diziam simpatizantes do nazismo, e opinavam contra o Brasil e sua política.

A vigilância era extrema, e fez com que a população reinventasse uma consciência de dever público ao criar cidadãos atentos aos passos do inimigo comum, o “perigo alemão”.¹²³As denúncias contra alemães, descendentes e até mesmo pessoas de seu convívio se tornaram corriqueiras.

Através da análise da documentação, percebemos que as interações sociais entre os indivíduos de várias comunidades étnicas que haviam se estabelecido na região do Vale do Iguaçu foram alteradas. A guerra – apesar de ser travada a milhares de quilômetros – fez aflorar sentimentos nacionalistas e de identidades nacionais, trazendo à luz as alteridades presentes na sociedade que formava as cidades de União da Vitória, Porto União e região.

Ao defender uma posição de potencial inimigo, ao mencionar os alemães como “súditos do eixo”, o Estado automaticamente criou uma política de segregação, obrigando um grupo minoritário a permanecer nos seus limites, que não eram os mesmos válidos para toda a sociedade. Embora a comunidade alemã fosse considerada integrada à sociedade brasileira, os fatos gerados pelo projeto de nacionalização a Segunda Guerra Mundial acabaram por deixar estas pessoas em uma posição de inferioridade e exclusão de algumas esferas sociais. Isto possibilitou a geração de todas as generalizações possíveis, pois a identidade coletiva passou a se sobrepor pela individual em muitos casos. Uma vez que estes imigrantes foram privados de suas liberdades individuais perderam posições de poder da qual outros membros da sociedade poderiam desfrutar. Para Norbert Elias, “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais outro grupo estigmatizado é excluído”.¹²⁴

Este estigma e exclusão são percebidos a todo tempo, tanto no discurso policial quanto nas denúncias feitas por cidadão contra os imigrantes. Neste momento o cidadão brasileiro muitas vezes se percebia como “convocado” pelo seu país a combater os “súditos do eixo”.

¹²³Sobre o tema do “perigo alemão” ver: GERTZ, RENÉ. O perigo alemão. Porto Alegre. Editora da UFPRS, 1991.

¹²⁴ ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2000.

A proibição da língua materna para os imigrantes representou uma das maiores privações vividas por estas pessoas neste período. Tanto que as escolas em que se praticava a língua alemã foram todas fechadas e em grande parte substituídas por outra controlada pelo Estado brasileiro. A proibição da prática das falas estrangeiras estava justificavam a todo tempo as prisões e repressões, pois era preciso unificar a língua nacional.

Fica claro o descontentamento de parte da população com a presença de imigrantes, sobretudo após a declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha. As acusações de espionagem e de aproximação com o nazismo partiam em grande parte desta fonte, a língua.

Em União da Vitória e Porto União, os próprios cidadãos tomavam algumas atitudes que vinham a cooperar com o trabalho investigativo da polícia, o que se tornou cotidiano nas cidades estudadas. Por este motivo, em 13 de dezembro de 1943, após denúncias, a polícia de União da Vitória levou à prisão os estrangeiros “Carlos Haus e Herbert Storl, por falarem o idioma alemão em via pública. Declararam que não iam deixar de falar o seu idioma e que ninguém tinha nada haver com o que estavam tratando.”¹²⁵ Em outros momentos, prisões aconteceram após denúncias de cidadãos que afirmavam que seus vizinhos alemães “conversavam em língua estrangeira a todo tempo dentro de suas casas”.

Na maioria dos casos os sujeitos que contrariavam a lei eram levados à delegacia, onde recebiam uma advertência e posteriormente eram libertados. Alguns casos acabaram por ganhar maiores dimensões, como no caso descrito no ofício nº 337/43, sobre Francisco Zanine, residente de União da Vitória, cujo documento a qual tivemos acesso não indica a sua nacionalidade, mas que estaria fazendo “propaganda em favor das nações totalitárias”, dizendo: “Quando a Alemanha ganhar a guerra, o Brasil terá melhor regimento; que o Brasil não tem exército; e que basta que a Alemanha de um grito para que o Brasil se entregue”. Ainda, no mesmo documento, está registrada uma denúncia contra o encarregado dos mecânicos da rede de ferrovias, cujo depósito ficava em União da Vitória, Luiz Canalli, que havia dito: “O Governo brasileiro é bobo em mandar forças para a guerra, porque morrem todas no caminho.” Na parte final do documento encaminhado ao Capitão de Lara

¹²⁵Delegacia de Polícia de União da Vitória – Pasta Temática 663b – Topografia - 75.

Ribas, em Porto União, se afirma: “Segundo informações, estes indivíduos conspiram em favor das nações do ‘eixo’, e os funcionários da Estrada, receiam dar comunicação às autoridades temendo uma represália dos mesmos”. Prontamente sem seguida, a delegacia regional de Porto União envia um ofício reservado ao delegado de União da Vitória onde escreve:

Passa às mãos de V. S. uma cópia do ofício nº 337/43, da DOPS de Florianópolis, de cujo teor solicito V.S. se intere, fazendo as necessárias investigações, em caráter reservado, comunicando a esta DOPS. Cordiais saudações.¹²⁶

Além de demonstrar a disposição entre a população civil em denunciar as atitudes suspeitas, a documentação acima demonstra a efetividade da comunicação entre as delegacias das duas cidades da fronteira entre Paraná e Santa Catarina.

Outro caso que nos chama a atenção é uma denúncia feita contra um proprietário de uma casa de carnes, o alemão Paulo Lange. Recaiu nele a culpa por ter arrancado um cartaz de “bônus de guerra” de seu estabelecimento. Os investigadores do DOPS foram até o seu açougue para averiguar os fatos, que consideraram de “menosprezo a uma campanha de sentido verdadeiramente patriótico”. Os resultados das investigações não concluíram que o proprietário fosse realmente o culpado, mas mesmo assim foi solicitada a sua prisão pelo Delegado Regional de União da Vitória, Ten. José Henrique Dias, pois segundo a polícia: “si não foi pelo acusado, pelo menos não cuidou o bastante para que se evitasse, tendo-se em vista que o cartaz encontra-se no recinto do seu estabelecimento”.¹²⁷

No desfecho desta ocorrência, percebemos as medidas de caráter exemplar que o DOPS costumava aplicar aos alemães, dando ênfase ao problema de ordem étnica que envolve o assunto.

Bem por isso e para que não se repitam fatos desta natureza, principalmente, se tratando de elementos do “Eixo” a prisão lhe imposta foi um necessário corretivo. Nesta data, foi o mesmo posto em liberdade,

¹²⁶Delegacia de Polícia de União da Vitória – Pasta Temática 663b – Topografia - 75.

¹²⁷ Idem.

depois de advertido que na reincidência, lhes serão aplicadas penalidades mais severas.¹²⁸

Na cidade de Mallet, próximo a União da Vitória e Porto União, o cidadão Olivério de Toledo, que exercia o cargo de Coletor Federal encaminhou um relatório para a DOPS em Curitiba alertando sobre as suspeitas de atividades subversivas na cidade. O alvo das denúncias eram os estrangeiros pertencentes ao eixo e seus descendentes. Ao referir-se aos japoneses alega que não há o que denunciar pelo fato de que não há elementos desta nacionalidade naquele município. Quando cita os Italianos afirma que “existem alguns, já radicados, habituados aos nossos costumes, sem perigo segundo o que parece”. Já ao referir-se aos alemães alerta:

Nesta vila existe apenas um estabelecido com comércio. Este é um rapaz casado com brasileira, trabalhador e não se manifesta de nenhuma forma. Nome João Sascher. BRASILEIROS DESCENDENTES DE ALEMÃES: existem alguns que penso que devem ser vigiados pela polícia como: Olof Alcides Sudbrak: Chegou nesta cidade mais de três anos atrás. Solteiro, aparentando 30 anos de idade, inteligente, muita capacidade, conhecedor de vários Estados do Brasil. Alugou um quarto na hospedaria da Pensão Malet, e lá trabalhava até altas horas da noite, datilografando. Comprou em Concórdia uma Serraria, com terrenos e pinhais. Continuou aqui fazendo maus negócios como e esperiência, perdendo dinheiro. Sempre com muito dinheiro. Atualmente está residindo em Concórdia. O escrivão da Coletoria Federal em União da Vitória, Snr. José Antonio de Oliveira Moreira, morava em um quarto contíguo e poderá lhe fornecer mais informações. Penso que é um elemento que deve ser vigiadíssimo pela polícia.¹²⁹

Logo em seguida, o delator alerta para o perigo que representa a presença de outro descendente de alemães que reside em Mallet, no entanto, segundo Olivério de Toledo, deve ser vigiado pela polícia

Artur Jahrmann: Homem de uns 50 anos, mais ou menos. Gerente das Indústrias Pacoba Ltda. Tem uma amante de origem alemã que mora em sua companhia. Já está aqui há mais de 5 anos. Homem culto e de uma vasta correspondência. Foi em 1938 eleito presidente da associação de escoteiros, trabalhando comigo na associação. Inimigo capital do ingleses, norte americanos e judeus. Torcedor fervoroso da Alemanha. Diz ser

¹²⁸ Delegacia de Polícia de União da Vitória – Pasta Temática 663b – Topografia - 75.

¹²⁹ Delegacia de Polícia de Rio Azul – Pasta temática 614, topografia 69.

brasileiro natural de São Paulo. É um elemento que a polícia deve fazer uma batida no escritório e na casa.¹³⁰

As denúncias demonstram a eficácia do controle social. Por mais simples que as ações aparentassem, já eram cabíveis de suspeição, seja formal ou informalmente direcionada à polícia. Em muitos casos as delações representaram apenas tempo perdido para os policiais da DOPS, mas também demonstram o comprometimento de vários setores da população em cooperar com a política estado novista. No centro destas denúncias estava a questão étnica, era o que embasava a primeira suspeita, para em seguida prosseguir com uma investigação mais intensa.

3.4 O “perigo alemão” através das ondas do rádio

Segundo o DOPS, as transmissões de programas de rádios representavam um possível elo entre as comunidades alemãs no Brasil e o governo nazista. A programação diária em ondas curtas da Transmissora Alemã no Brasil foi tão intensa, que a polícia do Rio Grande do Sul, através do Tenente-Coronel Aurélio Py, cita em seu dossiê o quão alarmante é o número de correspondências que passam mensalmente pela Repartição dos Correios destinados a estação com sede em Berlim. O discurso era de que pelo rádio as comunidades alemãs poderiam receber instruções diretas do Reich.¹³¹ Além do Decreto lei nº 1940, de 31 de dezembro de 1939, que tornava obrigatória a transmissão do programa “Hora do Brasil”, no dia 01 de setembro de 1942 o Governo do Estado do Paraná publicou a Portaria nº 65 que determinava a entrega dos aparelhos de rádio receptores de súditos do eixo; preenchimento de um auto de apreensão; os aparelhos entregues eram lacrados e ficariam depositados nas sedes das delegacias regionais; os infratores poderiam ser retidos se não cumprissem a determinação; o DOPS era responsável pela

¹³⁰ Idem.

¹³¹ PY, Aurélio. *A quinta Coluna no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1942, p. 175.

fiscalização. Além disso, todos os cidadãos eram proibidos de comercializar aparelhos de rádios com qualquer “súdito do eixo”.¹³²

A delegacia regional de União da Vitória registrou várias apreensões. Os documentos demonstram também certo entrave nas interpretações da lei pelas delegacias. Em 02 de junho de 1943 o 2º Ten. João Batista Lopes, Delegado Regional de União da Vitória, enviou um telegrama para a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança pública onde questiona se “pessoas de nacionalidade austríaca poderiam possuir aparelho receptor de rádio”. A resposta veio em seguida com a seguinte mensagem: “na circular 147 encontra-se discriminado súdito do eixo”, portanto, neste período os austríacos também deveriam ser proibidos de portar rádios. Da mesma forma, encontramos um telegrama enviado no dia 02 de agosto do mesmo ano com remetente de Curitiba, onde escreve-se: “Resposta telegrama 43: Ukranianos não podem adquirir rádios”.¹³³ Percebemos, neste sentido, até mesmo um despreparo das forças policiais de cidades do interior quanto à aplicação da lei. Deste modo, como o trânsito de estrangeiros e descendentes era intenso nessas comunidades do Vale do Iguaçu, cabia ainda a identificação de quem deveria ser considerado “inimigo em potencial”.

Além de atingir diretamente as comunidades alemãs, a proibição de posse de rádios transmissores também atingiu indiretamente aqueles que viviam do comércio destes aparelhos e de seu conserto.

É preciso lembrar-se do aspecto cultural do rádio. Pois não era apenas um aparelho eletrônico que estava sendo retirado das residências, mas também em muitos casos isto representava a privação de uma das únicas formas de entretenimento e fonte de notícias que estes imigrantes tinham de seus familiares durante a guerra.

Nos distritos próximos a União da Vitória as prisões também marcaram o cotidiano das comunidades. Em Cruz Machado, imigrantes alemães foram levados à sub-delegacia para fornecer esclarecimentos sobre o porte de aparelhos de rádio “com grande alcance”. Na tentativa de burlar a lei, alguns alemães acabavam

¹³²Secretaria de Segurança Pública (Antiga Chefatura de Polícia) – Pasta Temática nº 1747 – Topografia 209.

¹³³Delegacia de Polícia de União da Vitória – Pasta Temática 663b – Topografia - 75.

registrando seus aparelhos em nomes de parentes de outra nacionalidade, que não tivesse nenhuma restrição. Em 04 de setembro de 1943, na “Linha Guaraní”, Distrito de Cruz Machado, Paulo Weigmann, de nacionalidade alemã, foi levado à sub-delegacia pelo Aspirante a Oficial Haroldo Cordeiro, sub-delegado de polícia,

(...)junto com seu aparelho receptor de rádio da marca ‘telefunken’, sem número, com cinco válvulas, com ligação para seis voltas (acumulador), registrado na repartição dos correios deste distrito em nome de sua filha adotiva Gertrudes Novack, de nacionalidade polonesa.¹³⁴

Nos autos da apreensão ainda constam algumas assinaturas de pessoas que denunciaram o fato e serviram como testemunha para a prisão. Da mesma forma, no dia 20 de setembro de 1943, ocorreu a prisão de Paulo Heins Reich, de nacionalidade alemã, que acabou recebendo voz de prisão por manter em sua residência um rádio receptor da marca “corsário”, registrado em nome de sua esposa, de nacionalidade brasileira.¹³⁵

Como medida cautelar, a DOPS de União da Vitória enviou uma ordem para o sub delegado de Cruz Machado, em 30 de dezembro de 1943, ordenando o envio de todos os aparelhos de rádio apreendidos para que permaneçam na Delegacia Regional de União da Vitória. Esta prática visava a centralização das ações punitivas a fim de posteriores levantamentos de natureza quantitativa e qualitativa das atividades policiais da região.

Na cidade de Rio Azul, um relatório produzido pela DOPS de Curitiba afirmava que notícias da Alemanha eram transmitidas pelo rádio e trocadas posteriormente entre os imigrantes dentro do município.

Propagandistas do Eixo que recebem notícias irradiadas de Berlim diariamente, às 07, 15 hrs, e transmitem aos seus assecclas (grifo nosso): Rio Azul-Miguel Bachtzen, Pedro Faszko, Alexandre Illadzuck, Felipe Jacobucci, e Edmundo John.Paulo Frontin- Demétrio Mussak,

¹³⁴ Delegacia de Polícia de Cruz Machado – Pasta temática 477, Topografia 53.

¹³⁵ Idem.

Miguel Mussak, todos orientados por Valentin Kutz e Palatinskei, este professor e jornalista residente nesta capital e aquele funcionário ferroviário, atualmente em serviço de reflorestamento, o qual, em 1939 andou pelas colônias tentando organizar voluntários para o exército ucraniano, em organização, sob proteção da Alemanha. **Tem também naquelas zonas, elementos que se torna necessário serem internados em campos de concentração, caso a situação do país se agrave** (grifo nosso).¹³⁶

O rádio, no entanto, ganhava duas funções ambíguas neste período: de um lado representava uma ameaça por poder ajudar a divulgar ideias nazi-fascistas, servindo então de comunicação para os “espiões do eixo” no Brasil, mas de outro era um aliado do governo Vargas por servir de instrumento de propaganda dos ideais nacionalistas e de promoção pessoal do presidente.

Os documentos de 1944 e 1945 referentes ao cumprimento da lei nº 65 de 1942, já estão na sua maioria relacionados às devoluções dos aparelhos aos seus respectivos donos, os quais enviavam pedido formal junto a DOPS. Cada rádio recolhido foi armazenado nas delegacias regionais, e após 1944 vários pedidos de devolução destes aparelhos foram destinados ao DOPS. No que pudemos verificar muitos dos rádios, que estavam sob a responsabilidade dos policiais, foram devolvidos sem condições de uso, ou jamais chegaram às mãos de seus proprietários.

3.5 Pós-guerra: fim ou recomeço?

Na medida em que a vitória dos Aliados contra os países do Eixo tornava-se eminente na Segunda Guerra Mundial as tensões sociais diminuía também no Brasil. A maioria dos documentos da delegacia regional de União da Vitória, a partir da metade do ano de 1944, demonstra uma gradual diminuição da coibição das atividades cotidianas dos alemães e seus descendentes.

¹³⁶ Delegacia de Polícia de Rio Azul – Pasta temática 614, topografia 69.

A Portaria de número 273, de 07 de novembro de 1944, revoga a Portaria 147, iniciando a mudança de postura do governo brasileiro com relação aos imigrantes do eixo. Desta forma, os italianos, a partir desta revogação, passaram a ter trânsito livre em todo o território nacional. Os imigrantes passaram então a ter suas liberdades individuais garantidas novamente de forma ainda tímida em 1944. Em 1945, jornais da capital paranaense começam a publicar protestos contra a política nacional, embora ainda persistam, em menor número, reportagens que enaltecem as atividades do governo de Vargas. Com a portaria número 41, de 02 de fevereiro de 1945, todos os brasileiros, natos e naturalizados, poderiam transitar livremente pelo território nacional, sendo que os últimos deveriam portar sempre a carteira de identificação pessoal 19, o que determinava que japoneses e alemães deveriam ter salvo-conduto para viajar.

A guerra só acaba em definitivo para os “súditos do eixo” em outubro de 1945, quando a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública publicou a Portaria número 381. Com o fim dos conflitos entre os Aliados e as potências do Eixo, todas as restrições estabelecidas contra os “súditos do eixo” a partir das Portarias 30, 65, 147 e 31, que resumem toda a política repressiva aos alemães, são revogadas em definitivo.

Podemos afirmar que a campanha de nacionalização tenha cessado junto com o fim do Estado Novo. O saldo gerado por este processo não é tarefa fácil de calcularmos, mas podemos afirmar que a língua, símbolos e a cultura nacional brasileira penetraram de forma intensa em todos os quistos étnicos do país. Deste modo, apesar da forma ditatorial com que governou, a figura de representante da classe trabalhadora fora preservada por Getúlio Vargas¹³⁷, e a “culpa” pelos excessos cometidos contra os imigrantes ficou diluída na conta dos cidadãos anônimos; desde o delegado regional, o vizinho delator até as figuras mais influentes do governo Vargas.

Grande parcela da população imigrante acabou cooptando com a ideia de que era necessária a sua assimilação à nacionalidade brasileira, embora não de forma totalmente consciente, mas amarrada pela incessante propaganda empreendida durante o Estado-Novo.

¹³⁷ Isto pode ser notado principalmente no seu segundo mandato, marcado pelo “populismo”.

Por fim, não é possível assegurarmos se os imigrantes alemães e seus descendentes retomaram o seu cotidiano tal qual era no período anterior às leis coercitivas implementadas durante o governo Vargas. Em sua maioria, embora profundamente marcados pelo estigma de “nazista” ou “súdito do eixo”, continuaram a compor o mundo social, político e do trabalho nas comunidades do Vale do Iguaçu. Grande parte destes grupos optou pelo esquecimento de alguns de seus aspectos corriqueiros culturais, assegurando cada vez mais a integração com a cultura nacional. A diferença é que ficava cada vez mais claro que, independente do dialeto praticado, das práticas religiosas, enfim, da cultura em geral, todos, mesmo que de forma forçada, tornavam-se brasileiros.

Considerações finais

A política de imigração teuta estabelecida pelo Estado brasileiro a partir do século XIX representou muito mais do que um processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Estas populações estrangeiras encontraram na América do Sul países recém-independentes, o que implicou no enfrentamento de questões que iam além do universo do trabalho, adaptação ou assimilação cultural. Neste contexto, o Brasil buscava resolver questões inerentes à formação da nação e identidade nacional.

A construção de um Estado Nação não implica somente na definição do seu espaço geográfico. O nacionalismo, como conceito moderno, está intimamente ligado ao passado, aos mitos, aos símbolos inventados, aos fatos verdadeiros. Desta forma, são infinitos elementos que compõem uma cultura e se enraízam na representação da Nação, como uma comunidade imaginada.

Já no período imperial, grupos de intelectuais brasileiros buscavam caracterizar a população brasileira, sob forte influência das teorias raciais europeias. Após a Proclamação da República, entra em prática a gestão de um projeto de nação a partir da construção de elementos puramente nacionais. Prevaleceu a ideia de branqueamento da raça, em oposição aqueles que defendiam a mestiçagem como possibilidade para o Brasil. Sendo assim, a imagem do alemão serviu até a década de 1920, no aspecto estético, como “tipo ideal” de cidadão.

Quando Vargas assumiu o poder em 1930, a construção da nação brasileira torna-se um projeto de governo. O nacionalismo tornou-se a tônica deste projeto. As representações criadas por símbolos e rituais são de vital importância para a consolidação da brasilidade neste período. Com a preocupação de acelerar este processo, as autoridades brasileiras articularam movimentos de vigilância, controle e repressão aos que não se incluíam a esse “tipo ideal”. Estas estratégias procuravam idealizar quais características seriam referências para a identidade nacional, referendadas por intelectuais e políticos.

A legitimidade da repressão foi sendo construída pelo governo Vargas ao longo da década de 1930, sendo legalizada durante o Estado Novo. O processo de

nacionalização, dentre várias roupagens, foi aplicado efetivamente pela Polícia Política, sendo o braço mais forte da campanha de nacionalização, investindo contra comunidades estrangeiras. Deste modo, o cotidiano dos alemães e seus descendentes foi sobremaneira alterado. O objetivo disto era desmantelar a cultura germânica, considerada nociva à homogeneização da cultura brasileira.

Os estrangeiros que habitavam o Brasil tinham a possibilidade de serem naturalizados. Grande parte dos alemães, italianos e outros eram legalmente reconhecidos como cidadãos brasileiros. No entanto, em um momento de exceção, como no Estado Novo, e ainda agravado pela guerra, voltaram a ser apontados como elementos estranhos à cultura nacional e, durante o estado de guerra entre o Brasil e a Alemanha, genericamente chamados de “súditos do eixo”. Acompanhando estas ações, a assimilação destes estrangeiros com “rótulos” serviu para a identificação de quem era o inimigo - alemão nazista, italiano fascista, integralista e comunista.

Todo o aparato censor foi estendido à sociedade em geral. Através da denúncia, das prisões e das privações os comportamentos dos estrangeiros eram regulados em todo o território nacional. Na análise dos documentos produzidos pelo DOPS do Paraná e Santa Catarina, constatamos que estes alemães foram submetidos a perseguições em distintos momentos: primeiramente por suas manifestações culturais, que incluíam a prática da língua e a adoração de símbolos nacionais, entrarem em choque com o projeto de nacionalização, e também em um momento beligerante, quando se tornaram inimigos militares.

Pela grande presença da comunidade alemã na região do Vale do Iguaçu, um dos maiores problemas gerados era relacionado ao uso da língua. Enquanto o Estado Novo via na prática da língua portuguesa um forte instrumento de nacionalização, as comunidades germânicas praticavam a língua alemã como forma de ligação com a sua cultura originária da Europa. Por isso a ordem do fechamento de Escolas que ensinavam em alemão e a proibição de falar a língua alemã em público. De fato, aí é que houve bastante resistência.

Os conceitos de Nação e Estado também se tornaram pontos conflitantes entre os alemães e o Estado brasileiro na região estudada. Sendo assim, ao verificar os documentos, percebemos que a intenção de muitos dos imigrantes e

descendentes era a de construir sua vida aqui, ter seus direitos preservados como cidadão brasileiro, mas ao mesmo tempo preservar sua ligação com a nação de origem, cultuando seus símbolos, língua, etc.

Em União da Vitória e região pudemos verificar que na medida em que o Estado criado por Vargas avançava a sua política de nacionalização, os alemães foram pressionados a deixar de lado seus costumes, chegando ao ápice quando o Brasil se alinha com os Aliados durante a Segunda Guerra. Bastava ser alemão, ou mesmo descendente, para que a acusação de nazista ganhasse respaldo. Neste período, prevaleceu a “lógica da desconfiança”, onde todo elemento pertencente a comunidade alemã era considerado suspeito, isso justifica o fato das restrições ao acesso à aparelhos de rádio, por exemplo. Isto quer dizer que todos eles eram inimigos em potencial, apesar de elogiar aqueles que zelavam pela cultura e costumes brasileiros.

Através deste clima de instabilidade social, o governo mantinha a população sempre em alerta, e ao mesmo tempo fazia crer que o Estado Novo era o único capaz de “salvar” os brasileiros do inimigo. O “perigo alemão” tornou-se, por muitas vezes, uma forma de capitalizar recursos e influência política. Isso justifica, em grande parte, a generalização do termo nazista quando se dirigia a alguns grupos alemães, por meio de dossiês e relatórios produzidos pela polícia.

Quando as correntes migratórias começaram a vir para o Brasil com grande intensidade, teorizou-se muito sobre a cor, o tipo físico ideal para o trabalho, a cultura aliada à índole do cidadão, mas não houve um projeto que procurasse integrar os estrangeiros à cultura nacional de forma gradativa. Foi exatamente neste ponto que o projeto estadonovista buscou criar mecanismos de ação imediata para resolver estes impasses, por isso a lei e a força foram aplicadas.

Apesar dos problemas gerados, defendemos a ideia de que houve sim uma proximidade das culturas brasileiras e germânicas nos seus espaços de convivência, e se tratando da região do Vale do Iguaçu, podemos afirmar que isto foi bem intenso. Seja por esforços individuais, coletivos, financeiros, ou pelos relacionamentos mais naturais, os alemães e seus descendentes acabaram ocupando locais privilegiados nas áreas econômicas e política de União da Vitória e Porto União. O que de fato não houve, foi a completa assimilação, como imaginavam os intelectuais brasileiros.

Estas relações sociais sempre estiveram cercadas pelo aspecto étnico, resultando na coexistência do elemento estrangeiro e brasileiro. O quadro começa a mudar quando ocorrem alterações globais, impulsionadas pelo clima de guerra já existente nos anos 1930, que afetaram a política brasileira. No caso do Brasil, o Estado Novo de Vargas criou medidas que modificaram e dificultaram esta coexistência.

Por fim, podemos ponderar algumas possibilidades de análises para a compreensão do período em que alemães e seus descendentes sofreram com a repressão política no Vale do Iguaçu.

A nossa proposta de pesquisa não teve como premissa encontrar “mocinhos” e “bandidos” na relação entre o Estado brasileiro, durante a Era Vargas, e as comunidades alemãs que aqui haviam se estabelecido, até porque acreditamos que esta não é a tarefa do historiador. Sendo assim, nossa ideia foi atenuar interpretações para justificar a ação do DOPS na repressão aos imigrantes considerados como “súditos do Eixo”.

A primeira delas diz respeito ao projeto nacionalista empregado pelo governo Vargas para assegurar a soberania Nacional a qualquer custo. Vários intelectuais brasileiros das décadas de 1920 e 1930, como Silvio Romero e Francisco Campos, defendiam a ideia de que elemento alemão era de difícil “assimilação” a cultura nacional, por isso tornara-se um entrave para o desenvolvimento do país. Neste sentido, não foi apenas com o Estado Novo que o imigrante alemão tornou-se indesejado, pois as leis que afetaram estas populações começaram a ser publicadas ainda no início do governo de Getúlio Vargas. Este clima de insegurança, portanto, era resultante da política nacional, e por sua vez, das complicações da política internacional.

Mas, de fato, em União da Vitória e região, as motivações que levaram às prisões de alemães e seus descendentes estavam muito mais fundamentadas na premissa da desconfiança estabelecida pela mera correlação destes elementos ao nazismo e, portanto, perigosos, do que com fatos concretos de que representavam uma ameaça à segurança da região do Vale do Iguaçu. No período em que as acusações e prisões se tornaram sistemáticas, entre 1942 e 1945, o NSDAP já tinha 4 anos de extinção no país, e muitos dos seus membros, que representavam pequena parte da comunidade alemã, estavam totalmente desarticulados.

No entanto, o problema maior não foram as prisões, possíveis castigos físicos, mas sim a punição psicológica, o estigma e o preconceito vivido cotidianamente por estas populações. O simples fato de se verem totalmente privados de participar da sociedade partilhando os mesmos direitos dos seus vizinhos gerou feridas ainda não cicatrizadas por completo, por isso a necessidade de fazer estes documentos falarem sobre o período em que ser alemão ou descendente destes representava um inimigo em potencial da Nação brasileira.

Finalmente, procuramos abordar de forma clara um período da nossa historiografia regional que ainda se mostra extremamente fértil. Não esperamos esgotar o tema e a documentação com a nossa pesquisa, mas sim suscitar novas perguntas a partir de nossa simples colaboração.

Fontes

Arquivo Público do Estado do Paraná - Dossiês temáticos da Delegacia de Ordem Política e Social:

Chefatura Antiga (diversos) 1941 - 1945, número 760, topografia 86.

Delegacia de Polícia de Cruz Machado 1943 – 1945, número 477, topografia 53.

Delegacia de Polícia de São Mateus do Sul 1942 - 1945, número 640, topografia 72.

Delegacia de Polícia de Paulo Frontim 1943 - 1945, número 587, topografia 65.

Delegacia de Polícia de Rio azul 1942 – 1945, número 614, topografia 69.

DOPS – Documentos antigos, número 780b, topografia 89.

DOPS – Documentos antigos, número 780a, topografia 89.

Delegacia de Ordem Política 1942 -1943, número 768, topografia 87.

Movimento dos alemães anti-fascistas do Brasil, número 1379, topografia 163.

Nazismo: informes de delegacias e fotografias, número 1428, topografia 168.

Propaganda nazista, número 1609, topografia 195.

Arquivos digitalizados fornecidos pelo Arquivo Público do Paraná

Secretaria de segurança pública. Documentos e informações referentes à Irati.

Secretaria de segurança pública. Documentos e informações referentes à União da Vitória.

Secretaria de segurança pública. Documentos e informações referentes à Bituruna.

Jornais

O Comércio – Porto União/SC

Maio de 1932 a janeiro de 1942.

Documentos diversos

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA.

Dossiê “O punhal nazista no coração do Brasil”. Capitão Antônio de Lara Ribas, Delegado da Ordem Política e Social de Santa Catarina; João Huehneum, Comissário de Polícia, Chefe da Seção da Ordem Política e Social. 1943.

ATAS DA ASSOCIAÇÃO (COLÉGIO TEUTO-BRASILEIRO) **DeutscherSchulverein** – **Porto União**. Período: 16 nov. 1919 a 13 mar. 1935. Tradução de GRAUPMANN, Ingrid I. M. União da Vitória, 2010.

Jubileu de Ouro: Igreja luterana de Porto União da Vitória (1913-1963). Pastor Weiss.

Relatório apresentado ao Presidente Getúlio Vargas pelo Interventor Federal no Estado do Paraná Manoel Ribas: 1932 – 1939.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AZEVEDO AMARAL, Antônio J. *Ensaio brasileiro*. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930.
- AZEVEDO AMARAL, Antônio J. *O Estado autoritário e a realidade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1938
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.
- BOBBIO, Pedro Vicente (org). *Lex, Coletânea de Legislação*. São Paulo: Lex, ano II. 1938.
- BOBBIO, Pedro Vicente. *Lex, Coletânea de Legislação*. São Paulo: Lex, ano II. 1942.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 2005.
- CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: UNB, 1994.
- CANCELLI, Elizabeth. *Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente*. In. PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *República, identidade nacional e anti-semitismo (1930-1945)*. Revista história, São Paulo, n. 129-131, 1994. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83091994000100012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 nov. 2011.

- CARVALHO, José Murilo de. *A utopia de Oliveira Vianna*. In: BASTOS; MORAES. (orgs.) *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- CERVO, A.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- CERTEAU, M. et. el. *A invenção do Cotidiano: 2, morar, cozinhar*. Petrópolis: Artes de fazer, 1997. p. 31
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- GAMBINI, R. *O duplo jogo de Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.
- GEARY, D. *Hitler e o Nazismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- GERTZ, Rene. *O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, nazismo e integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GERTZ, Rene. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- GERTZ, Rene. *A Alemanha é aqui?* In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Ano 6, número 61, outubro de 2010.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GOFF, Jaques Le. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/IHGB, 1931.
- HILTON, Stanley E. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HOBBSBAWN, E. *Era dos extremos: o breve século XX 1914 -1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JUNIOR, Airton Paulaus. JUNIOR, Luiz Cordon. *Políticas Públicas de Saúde no Brasil*. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p.13-19, dez.2006

LAUERHASS, Ludwing. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

MAIO, Marcos Chor (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

McCANN, Frank D. *A aliança Brasil-Estados Unidos: 1937/1945*. Rio de Janeiro: Biblex, 1995.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

MORAIS, F. *Olga: a vida de Olga Benário Prestes, judia, comunista, entregue a Hitler pelo governo Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEUMANN, Rosane Marcia. "Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor". São Leopoldo: UNISINOS, 2003. (Dissertação).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar, 1982.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999.

PERRAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RENK, Valquíria. *Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná*. Tese de doutorado em educação, área de concentração em História da Educação, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

REVOLTA INTEGRALISTA. In: ABREU, Alzira et alii. (orgs.) *Dicionário históricobiográfico do brasileiro: pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no Vale do Iguaçu*. União da Vitória. 1973.

Secretaria de Estado e Justiça. *DOPS- a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ: 1993.

SEYFERTH, Giralda. *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SEITENFUS, Ricardo A. Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

SILVA, Cleto da. *Apontamentos Históricos de União da Vitória: 1768 – 1933*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

SPENTHOF, Odair José. *Nacionalização, resistência e adaptação: alemães em Passo Fundo e Carazinho durante o Estado Novo*. Passo Fundo: UPF, 2002. (Dissertação)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial*. 2 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VARGAS, Getúlio. *Biografia*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_getuliovargas.htm> Acesso em 15 de julho de 2012.

VARGAS, Getúlio. *O pensamento político de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Júlio de Castilho. 2004.

VARGAS, Getúlio. *Estado Novo*. Disponível em: <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=152>> Acesso em 12 de junho de 2012.

VIANNA, Oliveira. *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Nacional, 1930.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. Brasília, UNB. 1999

WACHOWICZ, Rui Christovan. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1995.

WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasileira, 1940.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

ZAGO, Denise. *A Campanha de Nacionalização em Videira: "um tempo para ser esquecido"*. Passo Fundo: UPF, 2007. (Dissertação)

